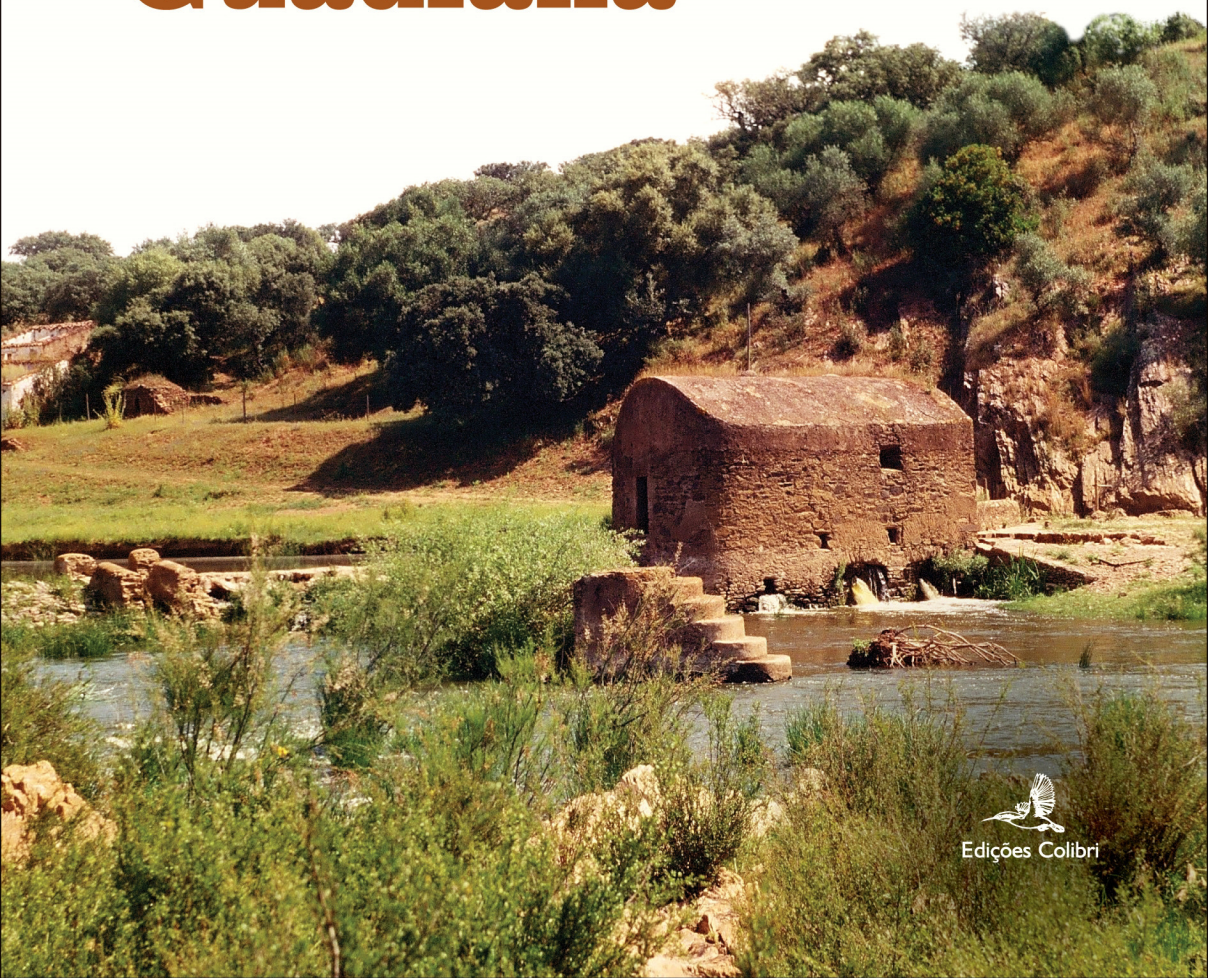


LUÍS SILVA

Os Moinhos e os Moleiros do Rio Guadiana

UMA VISÃO ANTROPOLÓGICA



OS MOINHOS E OS MOLEIROS DO RIO GUADIANA

UMA VISÃO ANTROPOLÓGICA

Luís Silva

OS MOINHOS E OS MOLEIROS DO RIO GUADIANA

UMA VISÃO ANTROPOLÓGICA



Edições Colibri

Biblioteca Nacional de Portugal
– *Catálogo na Publicação*

SILVA, Luís, 1971-

Os moinhos e os moleiros do rio Guadiana : uma visão antropológica. –
1ª ed. – (Extra-colecção)
ISBN 978-989-689-770-3

CDU 316

Edição financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do plano estratégico do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (UID/ANT/04038/2013).

Título: Os Moinhos e os Moleiros do Rio Guadiana
– Uma Visão Antropológica

Autor: Luís Silva

Editor: Fernando Mão de Ferro

Capa: Raquel Ferreira

Depósito legal n.º 440 658/18

Lisboa, Maio de 2018

Às alentejanas e aos alentejanos

ÍNDICE

Agradecimentos	9
Introdução	11
Tema de estudo	11
Metodologia	14
Plano do livro	16
Capítulo 1. Passado e presente dos moinhos do Guadiana	17
1.1 Notas históricas e tipológicas sobre os moinhos de água	17
1.2 Os moinhos do Guadiana	22
Capítulo 2. Componentes socioeconómicos dos moinhos do Guadiana	41
2.1 Propriedade e formas de exploração dos moinhos	41
2.2 Fregueses e usos das farinhas	48
Capítulo 3. Os moleiros do Guadiana	63
3.1 Considerações gerais	63
3.2 O ofício dos moleiros visto pelos seus praticantes	69
Bibliografia	91
Anexos	99

Índice de quadros

Quadro I. Distribuição geográfica dos moinhos do Guadiana a sul do Caia	23
Quadro II. Número de moinhos por estação de moagem	25
Quadro III. Número de aferidos por moinho	25
Quadro IV. Propriedades abarcando moinhos no Guadiana e num afluente	31
Quadro V. Datas de desativação dos moinhos do Guadiana ativos em 1950	38

AGRADECIMENTOS

O trabalho de investigação apresentado neste livro foi desenvolvido pelo autor aproximadamente nas últimas duas décadas. A sua execução só foi possível graças à colaboração de diversas pessoas e instituições a quem cumpre agradecer.

O estudo contou com o apoio económico de diferentes instituições, a saber, (i) a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, entidade financiadora do projeto *Práticas, Representações e Cultura de Fronteira. Interrogação Antropológica a Sul do Caia* (PCSH/C/ANT/322/92), coordenado por Joaquim Pais de Brito e acolhido pelo antigo Centro de Estudos de Antropologia Social; (ii) a EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A., entidade financiadora do *Estudo dos Moinhos de Água do Guadiana e Afluentes* inseridos na área do regolfo da barragem de Alqueva e do açude de Pedrogão, coordenado por Miguel Lago e acolhido pela empresa ERA – Arqueologia, Lda.; e (iii) a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, entidade financiadora de duas bolsas de investigação individuais, uma orientada por João Leal e acolhida pelo Departamento de Antropologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (PRAXIS XXI/BM/10614/97), outra supervisionada por Amélia Frazão Moreira e acolhida pelo Centro em Rede de Investigação em Antropologia (SFRH/BPD/93515/2013). Agradeço a todas estas instituições e pessoas o seu apoio.

Agradeço a João Leal as informações dadas a respeito do trabalho de pesquisa desenvolvido por Jorge Dias e a sua equipa. As eventuais fragilidades e os aspetos menos conseguidos do livro são, no entanto, da minha inteira responsabilidade.

Agradeço ao Campo Arqueológico de Mértola, ao Arquivo histórico da Câmara Municipal de Mourão e às bibliotecas municipais de

Olivença, Elvas, Vila Viçosa, Reguengos de Monsaraz, Moura, Serpa e Beja o apoio dado no decurso da pesquisa.

Agradeço ao Museu Nacional de Etnologia a reprodução da maior parte das fotografias antigas aqui apresentadas.

Agradeço a António Tropa e Ju a hospitalidade que me proporcionaram em Moura. Agradeço a José Júlio e Paula a hospitalidade que me ofereceram em Vila Viçosa.

Agradecimentos especiais vão para os antigos moleiros e os antigos acarretadores ou maquilões pela imprescindível colaboração no estudo.

Agradeço às instituições que apoiaram a edição do livro.

Agradeço ao editor a publicação do manuscrito.

INTRODUÇÃO

Tema de estudo

Entre finais da década de 1940 e os anos 1990, inspirados pelo difusionismo alemão e pela Escola de Cultura e Personalidade norte-americana, Jorge Dias e uma equipa formada por Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, entre outros, empreenderam um vasto e ambicioso projeto antropológico de estudo do modo de vida rural em Portugal no seu todo. A ideia era, por um lado, abranger a totalidade do país segundo a visão tripartida – «Mediterrâneo, Atlântico e Transmontano» – preconizada pelo geógrafo Orlando Ribeiro (1967 [1945]), e, por outro lado, estudar o modo de vida dos camponeses no seu todo, através de trabalho de campo.

Especial atenção foi conferida à cultura popular e às tecnologias empregues na produção e na transformação de produtos agrícolas, vistas como componente essencial do modo de vida rural, no contexto de uma economia pré-capitalista, de fraca circulação monetária, assente na autoprodução e no autoconsumo. Desse projeto derivam as extensas monografias sobre as aldeias de montanha no Norte do país: Vilarinho da Furna (Dias 1948a) e Rio de Onor (Dias 1953), os aspetos da vida pastoril (Dias s/d), a arquitetura tradicional portuguesa (Oliveira 1992), os instrumentos musicais populares portugueses (Oliveira 1966), as festividades cíclicas em Portugal (Oliveira 1984) e as máscaras portuguesas (Pereira 1973).

Dele também resulta a *Bibliografia Analítica da Etnografia Portuguesa* (Pereira 2009 [1965]), onde são exaustivamente compilados os textos de cariz etnográfico – e não só – que foram publicados no país desde meados do século XIX até aos primeiros anos da década de 1960 sobre os mais variados tópicos: ergologia, tecnologia e economia, usos e costumes, crença popular, literatura popular, música e dança, teatro

popular, diversões, vestuário e ornatos, alimentação, ciência popular, entre outros.

O trabalho de investigação de Jorge Dias e a sua equipa sobre as denominadas tecnologias tradicionais portuguesas inclui dois conjuntos de textos. O primeiro é formado por 17 extensas monografias descritivas, cobrindo tópicos como os arados (Dias 1948b), os aparelhos de elevar a água de rega (Dias e Galhano 1953a), os espigueiros (Dias, Oliveira e Galhano 1994 [1963]), os sistemas de moagem de cereais, sobretudo os moinhos de água e os de vento (Dias, Oliveira e Galhano 1959a, 1959b; Galhano 1978; Oliveira, Galhano e Pereira 1983), os sistemas de atrelagem de bois (Oliveira, Galhano e Pereira 1973), o carro de bois (Galhano 1973), a tecnologia do linho (Oliveira, Galhano e Pereira 1978) e do azeite (Pereira 1997), os pisões (Oliveira e Galhano 1977), as atividades agro-marítimas (Oliveira, Galhano e Pereira 1975), a alfaia agrícola (Oliveira, Galhano e Pereira 1976), as rocas (Pereira 1967), os sistemas de serração de madeiras (Pereira 1990a) e as construções primitivas em Portugal (Oliveira, Galhano e Pereira 1969a); a que se juntam três monografias centradas nos Açores, uma sobre os moinhos de vento – onde também é tratado o caso de Porto Santo – (Oliveira, Galhano e Pereira 1965), outra sobre os instrumentos musicais populares (Oliveira 1982) e outra ainda sobre a tecnologia tradicional agrícola (Oliveira, Pereira e Galhano 1987).

O segundo conjunto de textos integra 18 ensaios, artigos ou entradas de dicionários sobre alguns desses objetos de estudo, nomeadamente, os espigueiros (Oliveira 1965, 1971), a debulha dos cereais (Galhano 1967), as tecnologias de moagem de cereais (Dias 1968, 1993a [1964]; Oliveira 1967), a atrelagem dos bois (Oliveira 1985; Oliveira, Galhano e Pereira 1969b), os arados (Oliveira, Galhano e Pereira 1988) e as relhas dos arados (Dias e Galhano 1953b), os pisões (Oliveira e Galhano 1960-1961) e as técnicas de fiação e tecelagem (Pereira 1960-1961), estudados à escala nacional, bem como o pio de piar os milhos na Serra de Padrela (Dias 1949a), os moinhos de descascar milho miúdo e o mijolo brasileiro no concelho da Guarda (Dias e Galhano 1950), o carro de bois transmontano (Galhano 1972), a apanha do sargaço no Norte de Portugal (Oliveira e Galhano 1958), o metate em Vilarelho da Raia (Dias 1949b) e a extração do azeite no Minho (Pereira 1990b).

Por um lado, o trabalho de investigação de Jorge Dias e a sua equipa caracteriza-se pelo que João Leal (2000, 2009) considera ser uma «etnografia de emergência», tendo em vista o estudo de um mundo que urgia registrar antes do seu desaparecimento, iniciado em Portugal nos anos 1950, quando começou o êxodo rural e se inverteu a tendência de crescimento demográfico verificado nos campos do país desde meados do século XIX, como documentado pelos sucessivos recenseamentos gerais da população portuguesa.

Por outro lado, esse trabalho caracteriza-se pela preocupação de ilustrar a riqueza cultural e a diversidade da cultura material dos campos de Portugal e, por extensão, do próprio país. Bons exemplos disso mesmo encontram-se em textos como o *Atlas Etnológico de Portugal Continental* (Dias e Galhano s/d), em que são apresentadas cartas de distribuição de um conjunto de alfaías agrícolas, entre elas os arados, as enxadas, as grades e os espigueiros, mas também os jugos e os carros de bois (ver Brito 1989).

Por seu intermédio, ganham visibilidade as paisagens tecnológicas de antanho (Branco 2009) (sobretudo as da região Norte do país, onde o trabalho de campo foi mais aturado), paisagens cuja transformação foi documentada na exposição e no livro *O Voo do Arado* (Baptista, Brito e Pereira 1996). E surge um retrato daquilo que Arjun Appadurai (1986) designa como «a vida social das coisas» e ainda as coisas da vida social.

Mas essas coisas ou esses objetos de estudo são sujeitos a uma escassa análise socioeconómica, como acontece nitidamente com as tecnologias tradicionais de moagem de cereais em Portugal, um dos mais tópicos mais trabalhados por Jorge Dias e a sua equipa, com a publicação de cinco monografias e três ensaios, acima elencados. O presente livro propõe-se ajudar a colmatar esta lacuna de conhecimento, mediante o estudo dos moinhos e dos moleiros do rio Guadiana.

O Guadiana é um dos mais longos rios internacionais da Península Ibérica, com mais de 800 quilómetros de extensão, sensivelmente um quarto dos quais banham o território português. Faz fronteira entre Portugal e Espanha em dois troços, a saber, o do alto Guadiana internacional, compreendido entre a foz do rio Caia, perto de Elvas, e a foz da ribeira de Cuncos, nas proximidades de Mourão, e o do baixo Guadiana internacional, desde a confluência do rio Chança, junto ao

Pomarão, até à foz, nas vizinhanças de Vila Real de Santo António e Aiamonte.

No troço correspondente ao alto Guadiana internacional, embora o rio funcione como linha fiscal ou de vigilância, a fronteira não está formal e diplomaticamente demarcada devido ao litígio em torno da posse de Olivença e o seu termo. Acontece que este território, que foi anexado por Espanha no início do século XIX, é considerado pertencer a Portugal de e por direito, sobretudo pelo Grupo de Amigos de Olivença, uma vez que Olivença entrou nos domínios de Portugal pelo Tratado de Alcanizes (1297) e Espanha subscreveu o texto emanado do Congresso de Viena (1814-1815), comprometendo-se a devolver o território o mais rapidamente possível, o que nunca aconteceu.

Alguns dos moinhos (portugueses) edificados no rio Guadiana já foram objeto de estudo etnográfico, concretamente em duas das cinco monografias sobre moinhos de cereais que foram produzidas pela equipa de Jorge Dias (Galhano 1978; Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 123-127), no estudo dos moinhos do distrito de Beja desenvolvido por Armando Galvão, Francisco Mosca, Jorge Amador e José Barnabé (1979), e na pesquisa de Rui Guita (1991) sobre os moinhos do concelho de Mértola. No entanto, a despeito das nossas contribuições (Silva 2003, 2004), não existe qualquer estudo antropológico exaustivo sobre os moinhos e os moleiros do Guadiana a jusante do Caia, coisa que este trabalho de investigação procura providenciar.

Metodologia

Os materiais etnográficos apresentados neste livro foram recolhidos sensivelmente nas últimas duas décadas, particularmente em 1994-1995, quando colaborámos num projeto de investigação sobre a fronteira luso-espanhola a sul do Caia; em 1997-1998, quando estudámos as práticas e as representações em torno da identidade e da cultura nacionais na aldeia portuguesa de Montes Juntos (Alandroal) e na vila espanhola de Cheles (Badajoz) (Silva 2016a, 2016b); em 2000, quando integrámos a equipa multidisciplinar que estudou os moinhos inseridos no regolfo da barragem do Alqueva e do açude de Pedrógão (Lança 2003); e, mais recentemente, em finais de 2017, no âmbito de uma pesquisa sobre o turismo no e em redor do lago Alqueva.

Os principais métodos de recolha de dados foram a observação direta da totalidade dos moinhos edificados no troço do Guadiana em análise, excetuando quatro exemplares: Azenha da Rocha, Azenha da Rabadoa, Moinho do Escalda e Moinho da Brava, tendo em vista o levantamento das características arquitetónicas e tecnológicas dos edifícios, norteado pela análise de cartas militares à escala de 1/25 000 e por fontes de informação oral; a recolha de fotografias antigas dos moinhos e dos moleiros; pesquisa bibliográfica e documental em bibliotecas e arquivos centrais e municipais; conversas informais com residentes nas povoações em redor do Guadiana; e um conjunto alargado de entrevistas abertas, a grande maioria das quais foram gravadas, perspetivando o registo da memória oral.

No total, entrevistámos 51 antigos moleiros residentes nos concelhos de Elvas (1), Vila Viçosa (2), Alandroal (6), Reguengos de Monsaraz (7), Mourão (2), Portel (1), Moura (14), Serpa (7), Vidigueira (5), Beja (4) e Mértola (2), povoação a jusante da qual deixam de haver condições para a instalação de moinhos hidráulicos devido à profundidade do rio. Paralelamente, entrevistámos cerca de uma dezena de não moleiros que também se dedicavam ao transporte de sacos de sementes das casas dos fregueses para os moinhos e de sacos de farinhas no sentido inverso, designados por «acarretadores» ou «maquiões», residentes nos concelhos de Vila Viçosa (2), Reguengos de Monsaraz (1), Mourão (1), Portel (1), Moura (2), Serpa (1) e Beja (1).

Em 1995, tivemos ainda ocasião de falar com um antigo moleiro de Vilanova del Fresno, Inácio Porras, mas a conversa foi muito breve devido à precária condição de saúde em que se encontrava no Hospital de Badajoz, onde veio a falecer pouco tempo depois. De resto, são muito escassos os dados que conseguimos recolher relativamente aos aspetos socioeconómicos dos moinhos do rio Guadiana a sul do Caia edificados em território espanhol, cuja desativação, vê-lo-emos no capítulo seguinte, foi anterior à dos moinhos portugueses.

Plano do livro

Este livro organiza-se em três capítulos. O Capítulo 1 trata dos aspetos técnicos dos moinhos hidráulicos em geral e dos moinhos do Guadiana a sul do Caia em particular, incluindo o historial, as tipologias, as características arquitetónicas e a distribuição geográfica dos edifícios.

O Capítulo 2 examina os tipos de propriedade e as formas de exploração dos moinhos neste troço do Guadiana ao longo dos tempos, sobretudo no último século da sua atividade, dando ainda conta dos fregueses, das operações prévias à moagem de cereais e dos usos das farinhas coevas.

O capítulo 3 debruça-se sobre o ofício dos moleiros e a sua regulamentação, bem como sobre o estatuto social e as experiências dos (últimos) moleiros do Guadiana (e dos seus afluentes e subafluentes e ainda dos tributários destes), privilegiando o ponto de vista dos antigos praticantes.

CAPÍTULO 1

PASSADO E PRESENTE DOS MOINHOS DO GUADIANA

1.1 Notas históricas e tipológicas sobre os moinhos de água

Contemporânea da agricultura qualificada iniciada no período Neolítico, a moagem de cereais para fins de alimentação humana e animal é «um dos capítulos mais fascinantes da história das técnicas» (Borges 1980-1981: 37). Os grãos de cereal foram primordialmente triturados de forma manual, no âmbito doméstico, com recurso a almofarizes, pilões, mós planas e rebolos (Borges 1981a; Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 11-43).¹ A farinação propriamente dita surgiu num estágio relativamente tardio da humanidade com os sistemas mecânicos de moagem, designadamente, os moinhos de água, sobre os quais incide este texto, e, mais tarde, os moinhos de vento e os moinhos de sangue, incluindo os moinhos de tração animal, denominados «atafonas», e os moinhos de tração humana (cf. Escalera e Villegas 1983; Oliveira, Galhano e Pereira 1983; Vasconcelos 1983).

Embora o sistema motor e o mecanismo de moagem propriamente ditos sejam similares, os moinhos de água subdividem-se em dois tipos, em função da posição da roda motriz, nomeadamente, moinhos de roda horizontal, nórdicos ou gregos, e moinhos de roda vertical ou romanos (Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 104-107, 169-170). A refe-

¹ Sobre os processos mais arcaicos de moagem de cereais e a sua sobrevivência entre as populações rurais do país, ver Mário Cardozo (1959) e Rocha Peixoto (1903).

rência mais antiga que se conhece sobre moinhos de roda horizontal, concretamente de rodízio, consta de um epigrama que se presume escrito no ano 85 a.C. por Antipatros de Salónica (Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 69), ou por Antifilo de Bizâncio (Bloch 1935: 539), e do qual Claude Rivals (1976, citado por Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 69) apresenta a seguinte versão:

«Mulheres ocupadas a moer o trigo, cessai de fatigar os vossos braços. Podeis dormir à vontade e deixar cantar os pássaros, cuja voz anuncia o retorno da aurora. Ceres ordena às Náiades que façam aquilo que faziam as vossas mãos: elas obedecem, atiram-se para cima de uma roda e fazem girar um eixo; o eixo, por meio dos raios que o rodeiam, faz rodar com violência as mós, que arrasta. Eis-nos que voltamos à vida feliz e tranquila dos nossos pais. Aprendemos a preparar os alimentos e a recolher sem custo os frutos dos trabalhos de Demeter».

Já os moinhos de roda vertical foram inicialmente descritos por Vitrúvio em 25 a.C. (Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 70) ou em 20 a.C. (Borges 1981b: 70), em termos que o configuravam como um engenho ainda pouco conhecido e usado na época (Dias 1993a [1964]: 210). Os primeiros moinhos de roda vertical eram seguramente de propulsão inferior, sendo a roda motriz acionada pelas águas correntes do rio, pelo que também são designados por «azenhas de rio ou de palhetas» (Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 169 e 181).² Mais tarde, provavelmente no século V (Borges 1981b: 71) ou no século IX da nossa era (Dias 1993a [1964]: 208), surge um outro tipo de moinho de roda vertical, o de propulsão superior, de queda ou de copos, sistema que também foi aplicado a outras máquinas hidráulicas, como moinhos de azeite e de papel, pisões, forjas e serras (Dias 1968: 89).³

² Incluem-se aqui também os moinhos de barcas, pela primeira vez mencionados no século VI da era cristã (Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 72).

³ Sobre a diferença entre moinhos de roda vertical de propulsão inferior e moinhos de roda vertical de propulsão superior, ver Nelson Borges (1981b), Jorge Dias (1993a [1964]) e Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira (1983).

Independentemente do tipo de roda motriz, a moagem hidráulica significou um progresso de extraordinário alcance técnico, permitindo não só a libertação de uma volumosa massa de mão-de-obra que podia ser empregue noutras atividades produtivas, mas também a criação do ofício dos moleiros como atividade artesanal especializada, abordada no capítulo 3.

Porém, dada a articulação estreita entre a tecnologia – elemento chave entre os que integram as forças produtivas de determinado modo de produção – e as estruturas sociais e económicas dos grupos humanos, a implantação e a realização prática da moagem hidráulica só aconteceram séculos após a sua invenção. Quando foram abandonados e/ou substituídos os conceitos que enformaram e sustentaram as bases das antigas civilizações mediterrânicas, cujo modo de produção assentava na utilização massiva da mão-de-obra escrava como fonte de energia fundamental, o que sucedeu no final do período expansivo e conquistador do Império Romano, particularmente a partir dos séculos III ou IV da era cristã (Escalera e Villegas 1983: 24).

A partir de Roma, o moinho de água difundiu-se para outras partes da Europa, ainda que essa difusão não tenha sido rápida devido às «contingências catastróficas que se seguiram à desintegração do Império» (Borges 1981b: 72). De todas as formas, entre os séculos III e XII da nossa era, multiplicam-se as referências à difusão dos moinhos hidráulicos por quase todas as regiões da Europa (Borges 1981b: 72; Escalera e Villegas 1983: 28). Em Portugal, não há existam dados que nos permitam situar exatamente a entrada destes engenhos no território, mas parece que eles foram aqui introduzidos pelos romanos, não restando dúvidas quanto à sua utilização durante a ocupação romana (Dias 1993a [1964]: 208).

O facto de o Código Visigótico contemplar uma legislação sobre os engenhos hidráulicos de moagem, na qual, para além de se regulamentar a construção de açudes, se sancionam os delitos cometidos para com os moinhos e as suas represas, bem como furtos de objetos que lhe pertençam, é, de acordo com Henrique da Gama Barros (1950: 30-31), motivo suficiente para admitir a suposição de que, no século V, eles já eram de uso vulgar na Península Ibérica; este mesmo facto faz com que Javier Escalera e Antonio Villegas (1983: 28) admitam a suposição de que, em território hoje espanhol, o moinho de água já era comum antes do século VIII.

Seja como for, em Portugal e em Espanha, a existência do moinho de água prova-se com indubitável segurança já no século X, sendo abundantes os textos que, daí em diante, aludem a moinhos e/ou às suas bases (Escalera e Villegas 1983: 28-29; Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 78).

A par dos moinhos de roda horizontal, a partir da segunda metade do século XI (Escalera e Villegas 1983: 31; Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 80), esses mesmos textos fazem referência às azenhas, termo que, para alguns autores (Dias 1968: 89; Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 80), designa os moinhos de água de roda vertical. Tendo em conta a derivação etimológica das palavras e o facto de, no século X, no Norte só conhecerem o moinho, quando a azenha já havia sido introduzida no Sul, Alberto Sampaio, Orlando Ribeiro e Oliveira Marques (citados por Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 80) opinam que os moinhos que os romanos trouxeram para Portugal foram os de roda horizontal e que as azenhas foram introduzidas pelos árabes. José Pires de Gonçalves (1961-1962: 111) veicula uma opinião similar relativamente ao antigo concelho de Monsaraz.

Jorge Dias (1968: 89-90) entende que esta tese é verosímil, mas impossível de comprovar. Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira (1983: 80), por seu turno, consideram que o argumento linguístico não é suficientemente forte para corroborar a hipótese segundo qual a generalização das azenhas em Portugal «teria tido lugar a partir do domínio árabe», uma vez que «os Romanos conheceram bem e usaram, sobretudo, a roda vertical» e que a «documentação existente sobre moinhos de água não autoriza a sua repartição com maior incidência das azenhas no Sul do país».

Apesar de necessitarem de um caudal maior de água para o seu funcionamento e de a sua instalação ser mais dispendiosa, os moinhos de roda vertical têm sobre os de roda horizontal a vantagem de serem mais rentáveis: por um lado, a velocidade a que circula a mó andadeira é bastante superior aos da roda horizontal; por outro lado, ao invés dos de roda horizontal, que trabalham normalmente à razão de uma roda por casal de mós, a roda vertical pode acionar mais do que um aferido (Dias 1993a [1964]: 213). Daí que, no início do século XVII, o moinho de roda vertical tenha substituído o moinho de roda horizontal em muitas áreas onde ele existiu durante séculos, sobretudo na Europa Central (Jespersen 1953, citado por Oliveira, Galhano e Pereira 1983:

77). À exceção da Galiza e da Serra de Cádiz, em Espanha, as coisas passaram-se de maneira similar, mas entre os séculos XV-XVI (Escalera e Villegas 1983: 30, 72).

Em Portugal, porém, por uma multiplicidade de fatores naturais, sociais e económicos – entre eles a existência de inúmeros cursos de água com um acentuado desnível e sujeitos a cheias, combinada com o facto de, em muitas regiões do país, os moinhos serem coletivos ou de proprietários que cediam aos seus vizinhos o direito de moer, mediante o pagamento de uma percentagem em farinha (Dias 1993a [1964]: 213-214), nada favorecendo a introdução de melhoramentos mecânicos tendo em vista o aumento de produção –, os moinhos de rodízio não só subsistiram até muito recentemente, como também eram em número muito superior ao dos moinhos de roda vertical.

Em 1965, um inquérito (incompleto) da Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos (citado por Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 95) identificou 2 500 moinhos de vento e cerca de 28 000 moinhos de água ativos em Portugal continental e insular, mas sem precisar o tipo de roda motriz. Sensivelmente no mesmo ano, Jorge Dias (1968: 90) identificou aproximadamente 10 000 moinhos em atividade no país: 3 000 moinhos de vento e 7 000 moinhos de água, 5 000 dos quais eram de rodízio.

De igual modo, o estudo aqui apresentado permitiu verificar que todos os moinhos do Guadiana eram movidos por rodas de tipo horizontal, o mesmo sucedendo com a grande maioria dos moinhos dos seus afluentes e subafluentes, embora existissem moinhos de roda vertical em alguns dos mais pequenos destes cursos de água, entre eles as ribeiras de Varche e de Pardais.⁴

No entanto, enquanto os moinhos dos afluentes e subafluentes do Guadiana, na sua maioria, mantinham rodízios, no princípio do século XX, os moinhos deste rio viram os rodízios serem substituídos por rodetes de cochas, que permitiam um período de laboração mais prolongado, pois podiam trabalhar parcial ou totalmente submersos (Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 122-123).

⁴ Para mais informações sobre as azenhas da ribeira de Pardais, ver a obra *Memórias de Vila Viçosa* do padre Joaquim José da Rocha Espanca (1983-1992).

1.2 Os moinhos do Guadiana

Em rigor, a entrada e a difusão dos moinhos de cereais no rio Guadiana permanecem desconhecidas. Há, no entanto, alguns documentos e dados bibliográficos e etnográficos avulsos que emprestam um pouco de visibilidade a tais processos. Historicamente, presume-se que a existência de moinhos no rio Guadiana remonta à ocupação romana (Gonçalves 1961-1962; Viana 1946: 33). O facto de Jorge Dias (1968: 89) ter encontrado ruínas de moinhos de rodízio num lugar chamado Represa, junto a Beja, que foi habitado pelos romanos, também aponta nesse sentido.

Contudo, a referência documental mais antiga que se conhece sobre tais moinhos encontra-se no acordo de limites assinado em Badajoz por D. Afonso X de Leão e Castela (1221-1284) e D. Afonso III de Portugal (1210-1279) corria o ano de 1267,

«onde se alude às azenhas e aos moinhos do Guadiana e aos caneiros ‘que estan fechos de viejo e de nuevo’ e se recomenda que eles se conservem tal como estão e que se alguém quizer edificar ou refazer novas azenhas e moinhos e caneiros os execute por forma que não prejudique os que já existiam nem tampouco as margens do rio e que as barcas do trafego fluvial ‘que andaren en Godiana que se partan por medio e se fagan por medio’» (Gonçalves 1960-1961: 110).

Já o historiador João dos Santos Ramalho Cosme (1994) apresenta documentos alusivos à existência de duas azenhas em Serpa e outras tantas em Mourão em 1281. Atestando a importância que os moinhos do Guadiana tiveram na Idade Média, o foral que D. Dinis (1261-1325) outorgou a Serpa em 1295 consigna que «tendas, moinhos e fornos de homens de Serpa sejam livres de pensão» (Affreixo 1993 [1884]: 41), ao passo que o foral que D. Manuel (1469-1521) doou a Mourão em 1510 introduz uma taxa de «quatro reais» sobre as mós dos moinhos e das atafonas (Cosme 1982).

Um século mais tarde, na sua *Descrição do Reyno de Portugal*, Duarte Nunes de Leão (1610: 31) menciona, a propósito do rio Guadiana, os «moinhos que nelle ha que todo o anno moem naquelas secas terras de Alem Tejo, onde não há copia de outras moendas de

rios perennes, nem moinhos de vento». Por seu turno, José Maria da Graça Affreixo (1993 [1884]: 229) faz saber que, em finais do século XVIII (1793), existiam 27 moleiros no concelho de Serpa – 1 na Aldeia Nova, 14 em Brinches e 12 em Serpa –, o que ilustra a pluralidade de moinhos então ativos no Guadiana a sul do Caia.

O conjunto de moinhos aí edificados foi sendo acrescentado, em conformidade com o crescimento demográfico, entre meados do século XIX e os anos 1920, década em que, segundo os nossos interlocutores, foram construídos os dois últimos exemplares: o Moinho do Bolas erguido no concelho do Alandroal e o Moinho Novo do termo de Reguengos de Monsaraz. No levantamento que efetuámos na década de 1990, identificámos 118 moinhos, as ruínas de 6 pisões, 3 moinhos e 10 outros edifícios cuja funcionalidade não conseguimos descortinar, bem como as ruínas de 26 caneiros ou pesqueiras.

Desses 118 moinhos, 108 encontram-se em território português, 9 situam-se em Espanha e 1 é internacional, a saber, a Azenha d'El Rei de dentro, onde existem um aferido português (Alandroal) e dois espanhóis (Cheles). Como mostra o quadro I, é nos concelhos do Alandroal e de Beja que se concentram o maior número de moinhos do Guadiana em território português – 20 e 19, respetivamente –, encontrando-se o concelho de Portel no extremo oposto, com apenas 3 exemplares, ao passo que os moinhos espanhóis se erguem sobretudo nos termos de Olivença, Cheles e Vilanova del Fresno.

Quadro I. Distribuição geográfica dos moinhos do Guadiana a sul do Caia

Portugal		Espanha	
Concelho	Moinhos	Termo	Moinhos
Elvas	10	Badajoz	1
Alandroal	20	Olivença	3
Mourão	7	Cheles	3
Reguengos de Monsaraz	10	Vilanova del Fresno	3
Portel	3		
Moura	10		
Vidigueira	11		
Serpa	13		
Beja	19		
Mértola	6		
Total	109		10

Os referidos 118 moinhos repartiam-se por 81 estações de moagem. Excetuando o caso elvense do Moinho da Alagada, que era alimentado pelas águas de uma levada, da qual só já detetámos vestígios, todas as estações de moagem tinham um açude, erguido no Guadiana em períodos de estio, quando era mais fácil desviar o curso de água.

Segundo Armando Galvão, Francisco Mosca, Jorge Amador e José Barnabé (1979: 14), o açude reveste a forma de um

«grosso muro de pesadas pedras, mais ou menos afeiçãoadas em jeito de cunha, justapostas e sobrepostas, com o gume da cunha no sentido da corrente, por forma que a pressão das águas contribua para as unir e apertar, umas de encontro às outras. A execução requeria o emprego de mestres em tais obras, com saber de experiência feito, pois a menor fraqueza do açude significava a abertura de fendas na época caudalosa e, conseqüentemente, o desmoronamento certo da represa. A estabilidade das paredes era reforçada através da plantação de uma herbácea aquática, conhecida por ‘junça’, cujas raízes estendendo-se e introduzindo-se, profusamente, pelos interstícios, formavam um emaranhado tal que a estabilidade das pedras se comportava como se de um bloco monolítico se tratasse. Pelo corte transversal, o açude tem o desenho de um trapézio em que a parte inferior, alicerçada no fundo rochoso, atingirá 4 m. e a base superior rondará 1,5 m. A altura depende da profundidade do rio no local. Em regra, procurou-se zona espraçada e pouco profunda».

A maior parte das estações de moagem identificadas no presente estudo possuíam apenas um moinho/edifício, embora algumas delas tivessem dois e três edifícios, como mostra o Quadro II. Se incluirmos os acima mencionados 19 edifícios em ruínas, vimos estações de moagem com quatro (Moinho do Porto e Moinhos Velhos) e até com cinco engenhos hidráulicos (Azenhas da Canada, Azenhas das Águas Perdidas e Azenhas das Carochas).

A maioria dos moinhos tinham dois ou três aferidos ou casais de mós, mas identificámos vários exemplares com menos e com mais casais de mós, três deles com cinco (Moinho da Palmeira, Moinho do Gato e Azenha da Aldeia) e um com seis (Azenha do Vau de D. Isabel) (ver o Quadro III). Normalmente, havia um aferido destinado a moer trigo e um outro para as restantes sementes.

Quadro II. Número de moinhos por estação de moagem

Moinhos por estação	Número de estações
1	54
2	18
3	9

Quadro III. Número de aferidos por moinho

Aferidos por moinho	Ocorrências
1	19
2	30
3	45
4	15
5	3
6	1
Indeterminado	5

Os aferidos estavam habitualmente colocados ao fundo da parede a jusante do compartimento, por uma questão de natureza funcional, associada à distância que medeia as adufas (boca dos canais) e a roda motriz. Mas, se, nuns casos, como, por exemplo, o da Azenha da Aldeia, as adufas estão ao nível do próprio edifício, noutros casos, como no Moinho de Miguéns, os canais apresentam um prolongamento para montante do mesmo, por vezes, superior a um metro. Isto remete-nos para uma diversidade que se prende com a localização das comportas dos canais: no primeiro caso, elas estão colocadas no interior do edifício, junto à parede a montante, enquanto que, no segundo caso, elas tendem a estar na parte exterior do edifício. A título exemplificativo, refira-se, para o primeiro caso, a Azenha d'El Rei de fora e, para o segundo caso, os Moinhos Velhos. Neste segundo tipo, existe um passadiço na parte montante e exterior do edifício que dá acesso às comportas das adufas.

Quanto às mós, eram constituídas por blocos de pedra em forma cilíndrica, com um orifício no centro, denominado «olho», entre os

quais se produzia, pela rotação da mó de cima (a andadeira) sobre a de baixo (o poiso), a moagem do cereal. No contexto em estudo, existiram três qualidades de mós: alvas, ralas e francesas. Também conhecidas por mós nacionais, as mós alvas eram formadas por blocos de calcário ou quartzite, amiúde extraídas em Cascais e em São Luís.

As mós ralas eram talhadas de blocos de granito ou de outra pedra granulosa, frequentemente extraídos na região do Alentejo, especialmente nas Pias, mas também no Pedrogão.⁵ E as mós francesas eram formadas por blocos ou gomos de pedras siliciosas ligados entre si com cimento e firmados com cintas de ferro, extraídos da área de Paris. As mós alvas e as francesas eram transportadas de comboio até à estação mais próxima do moinho – com destaque para as estações de Beja, Baleizão, Quintos, Serpa, Brinches, Cuba e Moura –, para onde eram levadas em carros de parelha.

O número de casais ou pares de mós correspondia invariavelmente ao número de rodas motrizes. Na parede em frente da qual se encontram dispostos os aferidos, existiam vigias destinadas à entrada da luz com vista sobretudo ao picar das mós. O número de vigias, normalmente, igualava o número de aferidos. Alguns moinhos tinham ainda uma abertura na parede dianteira à porta de entrada, destinada à passagem das pessoas. Tal prende-se, nuns casos, com o facto de as comportas do moinho estarem no exterior do edifício, noutros caos, com o acesso ao pontão que liga dois moinhos e noutros, ainda, com o acesso às comportas do caneiro. A primeira situação é exemplificada pelos moinhos da Abóbada, da Cinza e da Volta, bem como pela Azenha do Vau de D. Isabel. A segunda situação, que tende a andar a par da terceira, encontrava-se, por exemplo, nos Moinhos do Cirieiro, nas Azenhas do Laço e nas Azenhas de Corte Piorninho.

O caneiro era uma pesqueira fixa instalada no leito do rio, a jusante dos paredões dos açudes, aos quais era adicionada uma rampa afunilada com uns orifícios laterais na base, chamados «ouvidos», e com um ligeiro declive no sentido inverso ao curso de água, feita de pedra e cal e com estacas verticais de varas de arbusto (no concelho de Mértola) ou em ferro (nos outros concelhos). O modo como capturavam o peixe é o seguinte:

⁵ Sobre a importância das mós na aldeia das Pias, ver Luís Borges (1986).

«Quando os peixes sobem o rio e se lhes depara o açude, procuram o ponto onde é mais fácil galgá-lo – e esse ponto é a esquina de junção entre a rampa e o açude. Porém, quando saltam [ou entram pelos ouvidos da rampa], os peixes são logo apanhados pela corrente e arrastados para dentro da armadilha e das suas redes» (Abreu e Fernandes 1990: 208).

José Pires Gonçalves (1961-1961: 110) considera estarmos perante um «criminoso meio de destruição e aniquilamento faunístico das populações aquícolas do Guadiana», «onde o peixe, privado das condições naturais de defesa, era odiosamente capturado e destruído», cuja existência se prova já no século XIII, quando foi assinado o acima referido Tratado de Badajoz (1267). Mas há quem seja de opinião que o dispositivo é de origem árabe (Abreu e Fernandes 1990: 208).

No rio Guadiana, a sul do Caia, que saibamos, existiram caneiros junto aos açudes de mais de duas dezenas de moinhos: Rodete, Abóbada, Mociços, Beatas, Bolas, Cinza, Volta, Gato, Cordeiros, Valadares, Cirieiro, Porto de Évora, Novo, Caneiro, Catalão, Bilores, Brava, Canais, Aldeia, Fazendas Novas, Laço, Canada, Farrobo, Machados e Misericórdia. Embora haja vestígios da existência de dois exemplares no açude que alimentava o Moinho da Brava, geralmente, só existia um caneiro por açude.

Neste estudo, só encontrámos memória oral da atividade de cerca de metade destes caneiros, nomeadamente, os dos moinhos do Barrocal, dos Mociços, da Volta, do Gato, do Porto de Évora, Novo, do Caneiro, de Catalão, de Bilores, dos Canais e da Brava, e os das Azenhas do Laço e da Misericórdia. Registado em 1994-1995, o testemunho de um antigo acarretador de São Romão, Inácio António Crespim, é, neste ponto, elucidativo:

«A pesqueira do Moinho do Rodete não trabalhou em meu tempo. Rebentou com uma cheia. O meu pai é que a mandou amarrar, mas, depois, largou porque [...] puseram uma contribuição muito grande. A [do moinho] da Abóbada e a dos Mociços trabalhavam porque já estavam feitas e o meu pai, para fazer aquilo, tinha que pagar uma grande contribuição; as que estavam feitas não as podiam desmanchar. A pesqueira pertencia ao moinho. Quem explorava o peixe que aquilo dava era a gente. A

gente é que o vendia. Aquilo era uma fortuna aí na Guadiana. Até foi por isso que não deixaram amanhar aquela do meu pai; para o fazer, tinha que pagar uma grande contribuição e, então, o meu pai desistiu».

Ao que apurámos no terreno, há inclusivamente casos em que a desativação do caneiro foi posterior à desativação do moinho, designadamente, no da Volta, no da Brava e no dos Canais, bem como na Azenha da Misericórdia. Os dois últimos exemplares a funcionar – os dos moinhos da Brava e dos Canais –, foram destruídos pelas forças de segurança por volta de 1990, na sequência de uma deliberação judicial.

Atendendo à informação constante das cartas militares à escala de 1/25 000, complementada por testemunhos orais recolhidos nas povoações em redor do Guadiana a sul do Caia, apesar de estarmos perante moinhos de água de roda horizontal, como vimos anteriormente, o termo azenha é usado em 24 das suas respetivas 86 designações (ver o anexo I).

Os nomes dos moinhos sobre os quais recolhemos elementos, por vezes, repetidos, refletem um de sete motivos: (1) o nome do(s) proprietário(s); (2) a condição social, o cargo ou o grau académico do(s) proprietário(s); (3) o sítio onde se localiza o moinho ou alguns dos seus aspetos mais marcantes: herdade, pontes e vaus ou portos; (4) a proximidade ou ligação a um ou outro mecanismo tradicional: pisão, caneiro, barca de passagem; (5) alguma característica arquitetónica ou tecnológica: abóbada(s) e rodete(s); (6) a sua posição relativa face a outros moinhos: Moinho Novo de Cima e Moinho Novo de Baixo, Moinho das Cabanas de Cima e Moinho das Cabanas de Baixo; e (7) circunstâncias fortuitas: por exemplo, Moinho do Cú de Pato é, segundo José Pires Gonçalves (1961-1962: 142), uma intencional deriva popular do topónimo Cão de Pato, enquanto as Azenhas d'El Rei, segundo alguns habitantes de Montes Juntos, tomaram o nome de um antigo monarca português, presumivelmente D. João IV (1604-1656), que caçara na área.

Na grande maioria dos casos (62 em 86), a designação dos moinhos do Guadiana reporta-se a apenas um moinho/edifício. Mas há 20 casos em que a mesma designação abrange dois moinhos, designadamente, Azenhas d'El Rei, Moinhos do Bolas, Moinhos do Meirinho, Moinhos da Espada, Moinhos do Porto de Évora, Moinhos do Caneiro, Moi-

nhos da Barca, Moinhos de Catalão, Azenhas dos Almojarifes, Azenha Velha, Moinhos de Besteiros, Azenhas do Laço, Moinhos dos Doutores, Azenhas dos Manuéis, Azenhas da Canada, Azenhas das Águas Perdidas, Azenhas da Rasquinha, Azenhas de Corte Piorninho, Azenhas de Fagundes e Azenhas dos Machados.

E há quatro casos em que ela inclui três corpos independentes, como sucede nos Moinhos de São Rafael e nas Azenhas do Porto do Vale Beirão, da Barca e das Carochas. Normalmente, quando inclusos num mesmo nome, os corpos independentes formavam uma mesma propriedade. Porém, em alguns casos, como no dos Moinhos de São Rafael e no das Azenhas do Porto do Vale Beirão, os edifícios constituíam propriedades distintas.

Do ponto de vista arquitetónico, todos os moinhos do Guadiana foram edificados de molde a poderem ser submersos e a resistirem às cheias do rio, por vezes, durante três ou mais meses, pelo que são precisamente designados por «moinhos de submersão». O edifício dentro do qual trabalham estes moinhos tem uma construção peculiar no país (Galhano 1978; Oliveira, Galhano e Pereira 1983). *Grosso modo*, estamos perante um edifício abobadado em tijolo, com dois pisos, construído em pedra e argamassa de cal, dispendo de chaminé e de pequenas aberturas na abóbada e/ou nas paredes tendo em vista a saída do ar durante a subida do nível das águas, muitas vezes reforçado por arcos de pedra na abóbada e por contrafortes do mesmo material no exterior das paredes viradas a jusante.

A título ilustrativo, reproduzimos abaixo a descrição do caso tipo dos moinhos do Guadiana – os Moinhos Velhos – estudado por Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira (1983: 124-126):

«Do tipo arquitetónico que acima descrevemos, a sua construção em pedra miúda, ligada por uma argamassa muito forte, e a abóbada é de tijolo, reforçada por arcos de pedra; e mostra o respiro no fecho. A porta rasga-se numa das paredes de topo, voltada para a margem; em frente a ela, espraia-se um pequeno logradouro ensombrado por ramagens, que se prolonga por uma passagem colada à fachada que olha a montante: deste lado, sob ela, abrem-se as bocas dos canais, em abóbada muito abatida; e encostadas à parede, situam-se as caixas das comportas que regulam a entrada de água, e são daí manejas. Na parede oposta à porta existe

um postigo, que dá para o açude; e na fachada que olha a vazante ficam, entre os contrafortes de reforço, as bocas de saída dos poços de rodetes, arqueadas e muito baixas, em número de três (correspondentes a outros tantos pares de mós), desenhando-se porém na parede, acima deles, a arcaria dos antigos caboucos, quando estes moinhos utilizavam rodízios de penas; mais acima ainda abrem-se três pares de postigos, os mais pequenos em baixo, para iluminação dos poços, os mais altos para iluminação das moendas, no piso superior. Os canais que levam a água aos poços **pas**sam assim das comportas, a montante, até esses poços, a vazante, por baixo do edifício do moinho. [...] No pavimento, ao lado das mós, situa-se o alçapão de uma estreita escada que dá acesso ao poço, permitindo que se proceda à sua montagem, limpeza, eventuais reparações, etc., quando necessário».

Quando começavam as chuvas de Inverno, diferentemente das mós e da roda motriz, a porta e todas as outras madeiras eram retiradas do moinho e colocadas num local abrigado (cf. Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 123), não raramente no monte, isto é, na casa destinada à habitação do moleiro e/ou à guarda dos pertences do moinho, por isso também conhecida por «casa de despejo». Quando descia o nível das águas, que, por vezes, chegava à casa do moleiro, o interior do moinho era totalmente lavado antes da sua reativação.

A exceção a esta regra encontra-se no Moinho dos Canais, onde, a par de um edifício permanente, existia um aferido com uma cobertura temporária. Como referem Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira (1983: 111),

«Nestes casos, apenas as infraestruturas, com o aparelho interno aí situado [...], são estáveis e sólidas [...]; o piso de cima, onde se encontra a moenda, é uma casota ou barraco tosco de materiais leves e pobres, tabuado, **gesta** ou ramagens, cobertura de colmo e, por vezes, estrados amovíveis, que se monta todos os anos no bom tempo e que, quando chega a invernia, se remove, ou se abandona e se deixa perder, arrastado pelas cheias que poupam as mós e as infraestruturas».

Entretanto, existia um sistema de complementaridade entre os moinhos do Guadiana e os de outros cursos de água que permitia produzir

farinhas praticamente ao longo de todo o ano. No Inverno, quando o excesso de água inviabilizava a atividade dos moinhos do Guadiana, a moagem de cereais era realizada preferencialmente nos moinhos dos seus afluentes e subafluentes e ainda nos dos tributários destes. A ocorrer um incremento de caudal nestes cursos de água, seria por breves períodos. Nas palavras de um antigo moleiro de São Marcos do Campo, Francisco Lopes Moreno, entrevistado em 1994-1995, «as cheias do rio Degebe eram como a fervura do leite».

Tendo em conta as palavras dos nossos interlocutores, em dado período temporal, existiram mais de duas dezenas de propriedades que englobavam moinhos no Guadiana e noutro curso de água, em áreas relativamente próximas (ver o quadro IV).

Mas também havia moinhos de submersão junto à foz dos principais afluentes do Guadiana, nomeadamente, os rios Caia, Degebe e Ardila, bem como as ribeiras de Lucefecit, Azevel, Alcarrache, Godelin, Odearce e Oeiras. Veja-se a descrição de um destes moinhos, o do Alvarinho no rio Ardila, publicada em finais do século XIX por José Maria Melo de Mattos (1899: 849-850):

«As casas para a azenha são construídas em schisto lamellar travando-se as pedras e preenchendo-se os interstícios com laminas de schisto que se batem a martelo. Toda a construção fica assim travada de modo que as agoas não a destroem, excepto se contra ela bater algum madeiro arrastado pelas cheias. Sobre as paredes assim construídas assenta-se a abobada de tijolo que é argamassada e construída sem o emprego de simples, como é de uso em todo o Alemtejo. Estas abobadas são recobertas superiormente por uma camada de tijolos lambazes como aqui lhe chamam, deixando a construção com a forma abaulada ou na de telhado, mas de maneira que uma das vertentes fique para o lado de montante e a outra para jusante do rio. As aberturas para as janellas por onde se faz a ventilação, aliás insuficiente, são guarnecidas em geral de schistos travados como as paredes e boleadas de modo a darem pouca presa ao combate das agoas, de modo que as portas que fecham tais aberturas quasi nunca teem batentes. Para economizarem o material, as paredes assim formadas não apresentam uma espessura uniforme, mas distribuem o material de maneira a formar gigantes do lado de jusante da edificação».

Quadro IV. Propriedades abarcando moinhos no Guadiana e num afluente

Nome do moinho do Guadiana	Nome do moinho noutro curso de água
Moinho do Porto	Azenha de Busca-Vides, ribeira de Varche
Azenhas d'El Rei	Moinho do Bufo, ribeira de Lucefecit
Moinho Novo de Cima	Moinho do Roncanito, ribeira de Lucefecit
Moinho da Moinhola	Moinho do Inchado, ribeira de Lucefecit
Moinho do Miguéns	Moinho do Azinhal, ribeira de Azevel
Moinho da Volta	Moinho do Major, ribeira de Azevel
Moinho de Calvinos	Moinho das Piteiras, ribeira de Azevel
Moinho do Gato	Moinho do Coronheiro de Baixo, ribeira de Azevel
Moinhos de Mendonça	Moinho do Tojal, rio Degebe
Moinho do Pisão	Moinho da Abóboda, rio Degebe
Moinhos de Catalão	Moinho da Varge, rio Brenhas
Azenha da Rocha	Moinho de Selmes, ribeira de Odearce
Azenhas dos Almojarifes	Moinho do Demo, ribeira de Odearce
Azenha do Correia	Moinho da Fonte Santa, ribeira de Odearce
Azenha da Aldeia	Moinho do Pisanito, barranco da Amoreira
Azenhas do Laço	Moinho do Laço, ribeira de Enxoé
Azenhas da Canada	Moinho da Canada, ribeira de Enxoé
Azenhas do Porto do Vale Beirão	Moinho do Vale de Figueiras, ribeira de Enxoé
Azenha do Farrobo	Moinho do Cubo, ribeira de Enxoé
Azenha da Ordem	Moinho da Carocha, ribeira de Enxoé
Azenha da Misericórdia	Moinho de Canilhas, ribeira de Enxoé
Azenha dos Bugalhos	Moinho da Abóboda, ribeira de Enxoé

A maioria dos moinhos edificados nos afluentes e subafluentes do Guadiana e nos seus respetivos tributários são, no entanto, construções menos sólidas, por vezes, caídas e dotadas de telhado de uma ou duas águas. Como nota Patrícia Correia (2003: 45),

«eram construções menos robustas, menos resistentes, de grossas paredes de xisto e/ou de granito, ligadas por argamassa de

argila (mais raramente de cal), com a utilização de tijolo nos vãos e em algumas divisórias interiores, por vezes rebocadas e caiadas no interior e exterior. A cobertura era, geralmente, inclinada de uma ou duas águas, com telhas de canudo e caniços, sustentadas interiormente por vigas de madeira».

No Verão, invertia-se a situação. Estando os moinhos dos demais cursos paralisados por falta de água, a atividade de moagem centrava-se nos moinhos do Guadiana. Porém, sobretudo até aos anos 1960, quando foram erguidas grandes barragens na bacia hidrográfica espanhola, entre elas as de Garcia de Sola e de Orellana, havia anos em que o Guadiana também secava no Verão, podendo inclusivamente ser atravessado a pé enxuto em muitos pontos do rio e levar à paralisação dos moinhos.

A petição apresentada a D. João V (1689-1750) para construir um moinho na Albufeira de Mourão e que este confirmou por alvará em 1730 ilustra-o:

«Faço saber que o licenciado Manoel Rosado Alves, médico na villa de Mourão, comarca da cidade de Elvas, me representou por sua petição que a câmara da mesma villa lhe dera licença para fazer hum moinho de Albufeira, fábrica nova neste Reino, o qual com a represa da água havia de moer mais de coatro meses no Veram, tempo em que os moradores da dita villa e seu termo e mais terras circunvezinhas tinhão huma grande utilidade, não só por se secarem as águas, e ser aquella terra estéril dela no dito tempo, mas pellos moinhos do Guadiana nam poderem moer, assim pella falta de água, como pellas innundações o impediam; o que tudo era em prejuízo universal dos moradores da dita villa e seu termo e ainda das vacadas, pois pella falta de água se lançavam estas muitas vezes fora da Coutada» (Cosme 1982: 62-63).

Nas Azenhas das Carochas, nas proximidades de Mértola, o problema da falta de água nos períodos de estio era contornado através do aproveitamento da água das marés, como ilustra o depoimento seguinte:

«Lá ainda tínhamos a coisa das marés, porque as marés, só quando são muito quebradas, muito pequeninas, é que não dão

água no açude. E quando o rio, de Verão, estava seco, só estava ali um dia ou dois que se moía pior, com pouca água; de resto, havia sempre fartura de água. Quando as marés corriam para o lado de cima [do açude], a gente fechava as comportas, o pego enchia-se e já tínhamos água para moer; a gente tinha que moer de maré em maré. Enquanto a meia-maré está enchendo, não se pode moer porque a água de baixo tem mais força do que a água de cima. Às vezes, as marés calhavam a descer uma ao sol posto e outra quase de manhã, tinha que se moer de noite. Se o rio for mais cheio, mesmo que a maré esteja enchendo, a água de cima tem mais força que a de baixo e, então, já se mói» (José Francisco Mestre, antigo moleiro de Corte Gafo de Baixo, entrevistado em 1994-1995).⁶

No Verão, quando a água disponível era insuficiente para trabalhar, a montante de Mértola, onde as marés não se fazem sentir, a atividade dos moinhos do Guadiana foi durante muito tempo conseguida pelos moleiros através da construção de presas e da moagem por presada. No dizer de um antigo moleiro de Pedrógão, António Fialho Cristo, a propósito dos Moinhos de Catalão, entrevistado em 1994-1994,

«Quando a ribeira andava mais baixa, aproveitava-se a abóbada de dentro; quando estava mais alta, vínhamos cá para a outra de fora. Nessa altura, mais ou menos, havia sempre água. Houve ali uma altura, um ano ou dois, que houve um período de falta de água. A gente, eles e eu, púnhamos lá uns paus, umas pedras, às vezes, com estrume, tapávamos ali aquilo [o açude] provisoriamente para aproveitarmos toda a pinguinha de água. Era moer de presada. Às vezes, aproveitávamos a água que juntava durante a noite; de manhã, aproveitávamos aquela água e moíamos ali umas quantas horas».⁷

⁶ Acerca de moinhos de maré em Portugal, ver Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira (1983: 129-135).

⁷ Como refere José Leite de Vasconcelos (1980), no Alentejo, chamam «ribeira» ao rio Guadiana e «barranco» aos cursos de água que secam no Verão.


No entanto, um pouco à semelhança do ocorrido noutras partes do país, onde a disputa de água estava na origem de conflitos entre moleiros e agricultores nas terras de regadio (Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 93-95), houve casos em que o aproveitamento das águas do Guadiana durante o estio foi objeto de discórdia, como sucedeu entre o dono do Moinho Novo de Cima e o dono do Moinho Novo de Baixo no século XIX:

«[Os donos] andaram em demanda e aquele de Baixo é que se matou pelas mãos dele. Porque o de Cima tem três aferidos e o de Baixo tem dois e, então, devia dar dois dias de água ao de Baixo e três ao de Cima. O juiz procurou qual a fazenda que tinha mais valor, lá lhe disse que era o de Cima e, então, deu 18 horas para o de Cima e 6 horas para o de Baixo, três dias para o de Cima e um para o de Baixo. Era na falta de água, o de Cima moía três dias e o de Baixo só um, foi decretado pelo tribunal. Isso não foi no meu tempo, foi no tempo de meus avós» (José Glórias, antigo moleiro de Cabeça de Carneiro, entrevistado em 1994-1995).

Mais recentemente, em meados do século XX, para obviar à falta de água no Guadiana, alguns moinhos foram equipados com um motor de explosão adaptado a um casal de mós, como ocorreu no Moinho dos Clérigos, nos Moinhos do Caneiro, nos Moinhos dos Doutores e nas Azenhas de Fagundes.⁸ Em alguns casos, como nos Moinhos do Caneiro e nas Azenhas de Fagundes, para não permanecerem inativos durante as invernadas, esse mesmo motor (a diesel) foi posteriormente colocado junto à casa do moleiro, situada a meia chapada, mimetizando aquilo que havia sido feito de início na Azenha d'El Rei de fora e no Moinho de Mendonça sito na margem direita do Guadiana.

O recurso a moinhos de vento em períodos de falta – ou excesso – de água no Guadiana foi-nos testemunhado por um reduzido número de

⁸ Os motores foram também instalados em alguns moinhos dos afluentes do Guadiana, como, por exemplo, no Moinho de Porto Mourão no rio Ardila, no Moinho de Santo António no rio Brenhas, no Moinho da Solitária na ribeira do Enxoé, no Moinho da Pipa na ribeira de Murtiga e no Moinho das Amendoeiras no barranco de Quintos, bem como em alguns moinhos de vento, particularmente nas áreas de Serpa e Beja.

antigos moleiros e acarretadores dos concelhos de Serpa e de Beja. Isso é consistente com a suposição de José Pires Gonçalves (1961-1962: 111), segundo a qual «a moedura de cereais – trigo e centeio – no antigo termo de Monsaraz se fazia principalmente nos moinhos de água do Guadiana e que só muito exceccionalmente  am farinados em moinhos de vento».

Porém, entre o século XIV e as primeiras décadas do século XX, há documentos e notícias que referem a existência de fabricantes de pão e muitas herdades do Alentejo que tinham atafonas, onde se recorria à moagem de cereais nos períodos de seca do Guadiana e dos seus tributários (D'Almada 1889: 403; Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 48; Picão 1983 [1903]: 17; Vasconcelos 1982: 15-16). Mais recentemente, nas épocas de estio, a moagem de cereais foi essencialmente feita nas fábricas industriais, para onde muitos moleiros acarretavam (à maquia) os cereais dos seus fregueses, como teremos ocasião de verificar no capítulo 3.

Entretanto, os testemunhos diretos de antigos moleiros permitem-nos seguir de forma aproximada as vicissitudes sofridas pelos moinhos do Guadiana desde o início do século XX. Por seu intermédio, a história dos moinhos do Guadiana configura-se como um modelo de resistência face à concorrência das fábricas de moagem, cuja introdução em Portugal José Cutileiro (1977 [1971]: 36-37) situa em meados do século XIX e que surgiram nos principais núcleos populacionais do Alentejo no limiar do século XX.

Segundo o historiador Joel Serrão (1900, citado por Castelo-Branco 1959: 43), em Portugal, a capacidade de produção dos sistemas tradicionais de moagem já vinha sendo considerada deficitária face às necessidades de consumo desde o primeiro quartel do século XIX. A este respeito, Fernando Castelo-Branco (1959: 44) refere o privilégio que alguém pediu para a introdução no país da primeira moagem a vapor, projetada por Jacome Rattón em 1811. Contudo, a exemplo do que havia sucedido com os moinhos hidráulicos, vimo-lo anteriormente neste capítulo, a implantação e a realização prática da moagem industrial deram-se muito tempo após a sua invenção, quando foram vencidas as resistências por parte das estruturas sociais e económicas vigentes.

Com efeito, os moinhos do Guadiana permaneceram em atividade até à década de 1980, altura em que ainda laboravam sete moinhos: o

da Abóbada, o de Miguéns, o de Mendonça, o dos Clérigos no concelho de Reguengos de Monsaraz, os de Catalão, os Moinhos Velhos e o dos Canais. Para além disso, como vimos anteriormente, foram construídos dois exemplares nos anos 1920, o que reflete a importância que estes engenhos ainda tinham na altura.⁹

O cronista Vitorino d'Almada (1888, 1891) refere, a respeito da extinta freguesia da Ajuda e da barca que navegava perto de Elvas, que um dos 118 moinhos identificados neste estudo, o Moinho da Rendeira, em finais do século XIX, «já só dispunha das paredes», enquanto outros se mantinham ativos: o da Cascalheira, o do Picão, o do Organista, o do Porto, o da Safra e os dois moinhos portugueses em São Rafael. No presente estudo, não encontramos testemunhos orais da atividade de alguns destes e outros moinhos do Guadiana, nomeadamente, o da Alagada, o da Cascalheira, o da Rendeira, o do Picão, o do Organista, o do Barrocal, o das Avessadas, o Velho e o das Abóbadas, bem como o da Azenha Velha e o da Azenha da Rabadoa, e os moinhos espanhóis de Malpique, Verjana e Escobedo.

Outros moinhos, ao que apurámos no terreno, deixaram de trabalhar nas décadas de 1920 (Moinho de Valadares), 1930 (Moinho da Palmeira) e, principalmente, 1940 (Moinho do Porto e Azenha da Rocha, do lado português, e, por causa da Guerra Civil de Espanha (ver Escalera e Villegas 1983: 45), os restantes moinhos da margem esquerda do alto Guadiana internacional, incluindo aqueles que tinham sido adaptados para produzir hidroeletricidade: o de São Rafael e o de la Fábrica. Mas a atividade dos moinhos do Guadiana mantém-se com todo o esplendor até 1950, altura em que ainda laboravam 91 moinhos, todos eles portugueses.¹⁰

⁹ Segundo Francisco Ramalho Santos, antigo moleiro de São Marcos do Campo, a construção do Moinho Novo e do respetivo açude, em 1922, levou, pela subida do nível das águas, à desativação dos Moinhos de Valadares, o que motivou o pagamento de uma indemnização por parte do responsável ao lesado.

¹⁰ Noutro lugar (Silva 2004: 225), mencionamos a existência de mais de 30 moinhos em atividade em 1960, mas esta relação reporta-se às designações, designações estas que, não raramente, abrangem mais do que um moinho, como vimos anteriormente.

A desativação destes moinhos deu-se sobretudo nos anos 1950 e 1960, quando se iniciou e acentuou o êxodo rural, com o encerramento de 67 unidades, prosseguindo na década de 1970 e culminando na de 1980 (ver o Quadro V).

Quadro V. Datas de desativação dos moinhos do Guadiana ativos em 1950

Períodos	Moinhos desativados
1950-1959	31
1960-1969	36
1970-1979	17
1980-1990	7

A cessação da atividade dos moinhos do Guadiana deveu-se à conjugação de vários fatores, sobretudo à mecanização da agricultura e à sangria populacional dos campos, mas também à concorrência das fábricas de moagem, das moagens industriais, e à transformação dos hábitos alimentares das populações alentejanas, em que o pão perdeu o seu valor quase absoluto e se generalizou o fabrico e o consumo de pão comercial ou de padaria. Em termos globais, foram estes motivos que estiveram na origem da desativação dos sistemas tradicionais de moagem de cereais em Portugal e noutros países europeus, de modo quase simultâneo (cf. Escalera e Villegas 1983: 48-50; Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 498). Como nota Jorge Dias (1993a [1964]: 179), «à luz da história da técnica, isto não passa de um fenómeno natural de adaptação a novas necessidades socioculturais».

De resto, a história de cada um dos moinhos do Guadiana é mais difícil de traçar do que a história do seu conjunto. De facto, os moinhos foram construídos em épocas distintas, como refletido na respetiva toponímia: Moinho Velho, Moinho Novo de Cima, Moinho Novo de Baixo, Moinho Novo (o do Alandroal e o de Portel), Moinhos Velhos e Azenha Velha. Neste sentido, José Pires Gonçalves (1961-1962: 109-110, 142) presume que o Moinho de Valadares já existia na primeira metade do século XIII e que o dito Moinho do Cú de Pato remonta, pelo menos, ao século XV.

Acresce que uns moinhos foram construídos de raiz, ao passo que outros foram adaptados a partir de edifícios com outras funções, sobretudo de antigos pisões, como sucedeu, por exemplo, com o Moinho da Espada construído do lado de Reguengos de Monsaraz e com o Moinho do Pisão erguido no mesmo concelho; mas possivelmente também de antigas azenhas, a julgar pela toponímia, incluindo o topónimo Moinhos da Azenha da Barca, registado na relação de foros e rendas da Misericórdia de Serpa nos anos 1830 (Affreixo 1993 [1884]: 195), e pela referência feita às azenhas no Tratado de Badajoz (1267).

O pisão era um engenho hidráulico de roda vertical, como a azenha, destinado a tornar os panos – saragoças e estamenhas – mais firmes e lisos. Neste estudo, não encontramos testemunhos orais sobre a atividade de qualquer pisão no rio Guadiana. Mas José Affreixo (1993 [1884]: 51-52, 229-230) reporta a sua introdução pelos romanos, a sua destruição durante a ocupação moura, o seu restauro pelos freires d'Avis e a intensa atividade que ainda mantinham em finais do século XVIII em Brinches, onde a indústria da lã proliferava.

José Pires Gonçalves (1961-1962: 143), por sua vez, refere que o pisão da Espada foi aforado a José Mendes Papança, morador na então aldeia de Reguengos, em 1788. Ao que tudo indica, estamos perante pisões de madeira associados à pequena indústria de lanifícios que no passado prevaleceu no Alentejo, como refere Fradesso da Silveira (1864: 51).¹¹

Para além de terem conhecido períodos de atividade e inação, inclusive durante a Guerra de Restauração da Independência de Portugal (1640-1668) (ver Cosme 1994), muitos moinhos do Guadiana foram ainda abandonados, degradados, reconstruídos, modificados e ampliados ao longo dos tempos. Por exemplo, os moinhos do Porto, do Freixial e de Calvinos, bem como a Azenha da Ordem, constam de dois corpos ligados exteriormente e sem qualquer divisória interna, excetuando um arco, o que indica que o corpo primitivo foi acrescentado.

Também a Azenha d'El Rei de fora teve um aferido com uma cobertura temporária, de mato, que, no século XX, foi substituída por

¹¹ Sobre pisões em Portugal, ver Veiga de Oliveira e Fernando Galhano (1960-1961, 1977). Acerca das doenças profissionais dos pisoeiros, ver Bernardino Ramazzini (2016 [1700]: 85-93).

uma cobertura de cimento. Já a Azenha d'El Rei de dentro dispunha de uma abertura ou janela na sua parede divisória interior, correspondente à linha de fronteira entre Portugal e Espanha, que, segundo um antigo moleiro de Cabeça de Carneiro, José Glórias, foi encerrada por ocasião da Guerra Civil de Espanha (1936-1939).

José Pires Gonçalves (1961-1962: 134-135) faz ainda saber que, no século XVIII, o proprietário do Moinho dos Clérigos situado no atual termo de Reguengos de Monsaraz, o desembargador José Gil Tojo Borga e Quinhones, «pelo estado de ruína da moenda, teve de a mandar reedificar com grande despesa do seu próprio bolso»; isto porque o moleiro que havia aforado o moinho, Manuel Pestana, «como os lucros do moinho fossem fartos, [...] depressa enriqueceu e acabou os seus dias como lavrador na herdade de Ceuta», tendo «esquecido e votado o moinho ao abandono».

Na década de 1990, a grande maioria dos moinhos do Guadiana aqui em estudo mantinham a estrutura física em relativamente bom estado de conservação, mas estavam devolutos em toda a sua estrutura mecânica, incluindo a roda motriz, o eixo vertical que transmitia o movimento às mós andadeiras e a moega ou tegão. Acresce que muitos moinhos tinham os poços onde trabalhavam os rodetes destruídos, já só restando, em alguns casos, as mós, amiúde em avançado estado de deterioração. Devolutos estavam igualmente a grande maioria dos açudes dos moinhos, parte deles em resultado da destruição a que foram sujeitos após a Revolução de Abril de 1974, como nos testemunhou em 2017 um antigo autarca de Mourão, José Manuel Lopes.

Atualmente, muitos destes moinhos ainda podem ser observados no rio Guadiana a sul do Caia. Porém, como a antiga Aldeia da Luz, cerca de um terço deles estão submersos nas águas retidas pela barragem de Alqueva e pelo açude de Pedrógão, concluídos na primeira década do século XXI. Entretanto, em Montes Juntos, aldeia que serviu de residência a diversos moleiros, os moinhos do Guadiana são o motivo central de um memorial erguido junto ao antigo posto da Guarda Fiscal, mas também de quadras feitas por residentes recentemente colocadas nas paredes do casario em redor do edifício.

CAPÍTULO 2

COMPONENTES SOCIOECONÓMICOS DOS MOINHOS DO GUADIANA

2.1 Propriedade e formas de exploração dos moinhos

Segundo Henrique da Gama Barros (1950: 227), em Portugal, durante a Idade Média, «era livre a qualquer pessoa por lei fazer moinho ou azenha e a respectiva presa em prédio seu, uma vez que não causasse dano a outrem». Então, as condições de construção, reconstrução, aforamento, venda ou troca de moinhos ou conjuntos de moinhos eram estabelecidas mediante contratos, que também instituía a renda a ser paga, a água propulsora e o prazo de titularidade dos moinhos, que podia ser «em fatiota perpétua para o aforador e seus descendentes, ou em três vidas, ao fim das quais muitas vezes se procedia à renovação» (Gil 1965: 166).

Nessa altura, dado o seu elevado custo de construção, os moinhos hidráulicos pertenciam normalmente à Coroa, à grande nobreza, ao alto funcionalismo régio e à igreja. Como notam Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira (1983: 88), à semelhança de outros pontos da Europa feudal, também em Portugal existiram «formas expressas de monopólio senhorial em relação à moagem» que, por vezes, «as liberdades municipais contrabalançavam», particularmente no Alentejo, onde os forais consignam que moinhos e azenhas, «geralmente reservados para a Coroa ou para a nobreza, eram livres, em todo ou em parte, para os vizinhos, pagando um certo tributo».

«Ao longo do século XV», de acordo com a historiadora Maria Olímpia da Rocha Gil (1965: 164), «verificou-se uma certa tendência para a formação ou manutenção do exclusivo sobre conjuntos de moinhos [...]. Exclusivo que, por vezes, se concentrava nas mãos da grande nobreza ou do alto funcionalismo régio». Nos séculos XV e XVI, nota Nelson Borges (1981b: 73), «[o] próprio rei tinha muitos moinhos, bem como a igreja, e até o povo possuía os seus moinhos comunitários».

No rio Guadiana, não há notícia da existência de moinhos comunitários,¹² mas sim de moinhos pertencentes à Casa de Bragança, ao funcionalismo régio, à nobreza e à igreja, incluindo à Ordem religiosa e militar de Avis, como testemunham os seguintes topónimos: Moinho dos Clérigos (o do Alandroal e o de Reguengos de Monsaraz), Moinho dos Bispos, Azenhas dos Almojarifes e Azenha da Ordem.

Segundo Maria Olímpia da Rocha Gil (1965: 165, 184), em finais do século XV e durante o século XVI, havia moinhos dependentes da Coroa em diversos concelhos do Alentejo, nomeadamente, Alcácer do Sal, Arronches, Beja, Castelo de Vide, Évora, Monsaraz, Terena e Veiros.¹³ De acordo com José Pires Gonçalves (1961-1962: 142), o Moinho do Boi no Guadiana deverá o seu nome a Maximiano Gonçalves Boy, lavrador do termo de Monsaraz e tesoureiro do fisco real em 1738, que teria tomado o moinho por aforamento à Casa de Bragança, que, segundo apurámos, também era proprietária dos moinhos do Meirinho.

A partir da sua expansão no século XVI, também as misericórdias tiveram alguns moinhos no Guadiana. Disso mesmo nos dá conta a nota de José Affreixo (1993 [1884]: 195) sobre os foros e rendas da Misericórdia de Serpa na década de 1830, onde constam os Moinhos da Misericórdia e os Moinhos da Azenha da Barca no Guadiana. A Misericórdia de Mourão, por seu lado, foi, por doação, proprietária do Moinho da Albufeira existente junto a esta vila.

Rita Jerónimo (2003: 31) encontrou documentos históricos da existência de municípios que eram proprietários de moinhos do Guadiana

¹² Os moinhos comunitários avultaram em muitos pontos do Norte do país e da Galiza (ver, por exemplo, Dias 1948a; Escalera e Villegas 1983).

¹³ Monsaraz, Terena e Veiros foram sede de concelho até meados do século XIX.

na área aqui em estudo, mas não indica que moinhos pertenceram a que municípios. Entretanto, a empiria diz-nos que muitos outros moinhos, concretamente os que foram edificados a partir de meados do século XIX, pertenceram a proprietários rurais de origem não aristocrática. Proprietários esses que fundaram as denominadas «casas agrícolas», ou seja, «empresas agrícolas dirigidas por uma família ao longo de várias gerações», a partir da repartição dos baldios e das terras pertencentes às figuras do antigo regime, sobretudo à Coroa, à Nobreza e às Ordens Religiosas, nas palavras de José Cutileiro na obra *Ricos e Pobres no Alentejo* (1977 [1971]: 16).

Para além de mais, particularmente nas últimas décadas da sua atividade, existiram outros moinhos que foram propriedade, não só de moleiros, mas também de acarretadores ou maquilões, isto é, «de pessoas que tinham como profissão transportar o cereal em grão da casa dos fregueses para o moinho e o devolviam depois de farinado» (Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 50), incluindo muitos moleiros, a troco de uma porção do volume transportado, em regime de maquia, abordada mais à frente neste texto.¹⁴ Um desses acarretadores proprietários foi Francisco Martins Malato, nascido em São Marcos do Campo e residente no Outeiro de Monsaraz, que herdou do sogro o Moinho de Miguéns.

Entre os moleiros proprietários de moinhos do Guadiana a jusante do Caia encontra-se Inácio Porras, antigo moleiro de Vilanova del Fresno que herdou do pai, igualmente moleiro, o moinho com o seu nome; José Glórias, antigo moleiro de Cabeça de Carneiro que adquiriu os Moinhos do Bolas na década de 1950; Domingos Pinto, antigo moleiro de Monsaraz, cujo pai, também moleiro, possuía o Moinho de Calvinos; Guilherme Vermelhudo Paixão, antigo moleiro de Pedrógão, cujo pai, não sendo moleiro, comprou a Azenha do Correia em 1961 por «40 contos»; José Inácio Sequeira, antigo moleiro de Brinches que, em parceria com um irmão, comprou os Moinhos Velhos a um lavrador da região após a Revolução dos Cravos (1974) por «oito

¹⁴Note-se que este serviço estava sujeito a licenças e regulamentações municipais, como mostra, por exemplo, o Livro de Posturas da Câmara Municipal de Mourão referente a 1786, no seu artigo 73.º. Ver também Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira (1983: 485-486).

contos», tendo-o vendido «a um senhor que queria um moinho para passar férias por 500 contos» em finais dos anos 1980; e José Ralha, antigo moleiro de Baleizão que herdou do pai, que não era moleiro, as Azenhas de Corte Piorninho.

Nelson Borges (1981b: 73) refere que, historicamente, em Portugal, os moinhos foram amiúde aforados, emprazados, dados em parceria ou pura e simplesmente arrendados. Nos moinhos do Guadiana a sul do Caia, as coisas passaram-se de maneira similar. Por exemplo, José Pires Gonçalves (1961-1962: 124) faz saber que o Moinho do Gato «tomou o nome de Pedro Gato, almoxarife em Monsaraz, que, por morte do enfiteuta Manuel Fernandes, falecido sem herdeiros e crivado de dívidas, o tomou por aforamento de 2 500 reis anuais em 18 de Dezembro de 1715». Ainda de acordo com o mesmo autor (1961-1962: 134), o Moinho dos Clérigos do termo de Reguengos de Monsaraz foi, no século XVIII, aforado a um moleiro e sua mulher, Manuel Pestana e Catarina Jorge, pelos seus proprietários, os religiosos do Convento de São Paulo em Portel e João de Quinhones Tojo, que o legou a seu sobrinho, o desembargador José Gil Tojo Borga e Quinhones.

A julgar pelos depoimentos dos antigos moleiros por nós contatados, no último século da sua atividade, os moinhos do Guadiana foram explorados, em alguns casos, pelos seus proprietários, umas vezes de forma direta, quando eram os próprios quem trabalhava no moinho, outras vezes de modo indireto, quando quem trabalhava no moinho era um moleiro recrutado a troco de uma percentagem das maquias apuradas, usualmente um quarto, e normalmente uma amassadura (montante variável de farinha de trigo, semanalmente vencido) ou, em décadas mais recentes, a troco de uma jorna, que oscilava entre os 10 e os 40 escudos, dependendo se era a de comer ou a seco, isto é, se tinha ou não a alimentação incluída. Noutros casos, porém, a exploração dos moinhos era feita em parceria, «à sociedade», no dizer de quem neles trabalhou, entre o(s) proprietário(s) e o(s) moleiro(s).

O regime de exploração mais frequente era, no entanto, o arrendamento. Normalmente, o arrendamento de um moinho do Guadiana – e dos seus afluentes e subafluentes e dos tributários destes – tendia a assumir a forma de um acordo verbal entre o proprietário e o rendeiro, que muitas vezes era um moleiro ou dois, mas que noutras vezes era um acarretador, lavrador ou titular de um ou mais terreiros ou depósi-

tos de farinha, não havendo necessariamente lugar à apresentação de um fiador.

Embora tivessem existido rendas quadrienais escrituradas, como referiu António Maria Diogo, antigo moleiro de Serpa, relativamente à Azenha da Misericórdia e ao Moinho dos Bugalhos, o arrendamento de um moinho do Guadiana, normalmente celebrado no dia de Santa Maria, 15 de agosto, era normalmente válido por um ano, passível de renovação. Veja-se, a título ilustrativo, o depoimento que se segue:

«[A renda], geralmente, era só por um ano, mas, às vezes, estava-se lá vidas. Está a ver que aqui o [moinho] dos Almojarifes foi arrendado pelo meu avô, passaram lá os meus tios, depois ficou lá a gente e, depois, eu vim embora e ficou lá um primo meu [...]. Desde o tempo do meu avô até que deixou de trabalhar, esse moinho esteve sempre na nossa família» (Guilherme Vermelhudo Paixão, antigo moleiro de Pedrógão, entrevistado em 2000).

Para além do montante da renda, muitas vezes fixa, em géneros (cereais) ou em dinheiro, geralmente, os acordos de arrendamento estabeleciam a responsabilidade de o rendeiro pagar a contribuição industrial e a avença, e de garantir a manutenção do sistema motor e do aparelho de moagem, cabendo ao proprietário o pagamento da contribuição predial e o arranjo do açude e do edifício do moinho, caso estes se estragassem:

«Quem tinha os encargos do moinho, licenças e coisas dessas, era o proprietário. Eu só tinha que responder pelas madeiras. Partia-se isto ou aquilo e eu, o rendeiro, tinha que amanhar ou mandar amanhar a um abegão (E se fosse um problema no açude?) Isso também era lá com o proprietário, ele é que amanhava ou mandava amanhar os buracos no açude» (António Fialho Cristo, antigo moleiro do Pedrógão, entrevistado em 1994-1995).

O montante da renda variava em função do valor do(s) moinho(s), valor esse que dependia de um conjunto de fatores, entre eles o número de aferidos de que dispunha(m), a distância em relação aos centros de consumo e os respetivos meios de acesso, a disponibilidade de terras aráveis e a presença ou ausência de caneiro nos respetivos

açudes. Porém, no concelho de Mértola, diferentemente dos restantes concelhos banhados pelo Guadiana a sul do Caia, os caneiros eram objeto de um arrendamento à parte do dos moinhos.

Quando o arrendamento era efetuado por lavradores, maquilões ou outros, havia lugar ao recrutamento de um ou mais moleiros, que normalmente eram arregimentados num sistema percentual, habitualmente um quarto das maquinas apuradas no moinho, amiúde complementado pela amassadura. Mas havia lavradores que recrutavam moleiros a troco das chamadas «comedorias», inclusive quando os moinhos moíam apenas cereais da respetiva casa de lavoura, o que chegou a suceder, por exemplo, no Moinho do Gato, nos Moinhos do Mendonça, nos Moinhos Velhos e nas Azenhas da Canada.

As comedorias eram o vencimento quinzenal ou mensal dos trabalhadores concertados, isto é, dos trabalhadores rurais que eram anualmente contratados pelas casas de lavoura – como os carreiros, os guardas das herdades, os feitores, os maiorais do gado, os pastores e os moleiros – a troco de géneros: trigo, azeite, grão, morcela, toucinho, vencimento esse que era complementado pelo designado «ensacado», vencido no fim do ano de trabalho, que normalmente coincidia com o dia de Santa Maria, 15 de agosto.¹⁵

Havia casos em que um único moleiro dava conta do serviço, particularmente quando o moinho dispunha apenas de um aferido ou casal de mós e, de modo especial, fora do Verão, quando o volume de trabalho era mais reduzido. Porém, os moleiros que trabalhavam por conta própria, fossem eles proprietários ou arrendatários, também se viam frequentemente obrigados a recrutar outro(s) moleiro(s), nos moldes praticados no sistema de exploração indireta, anteriormente abordado, ou a ter um aprendiz do ofício:

«Praticamente, eram dois moleiros dentro do moinho, ou um moleiro e um ajudante, e um acarretador. O meu pai trabalhou sempre assim: ele era o mestre, mais o meu irmão, que era o ajudante, quem diz o meu irmão, diz outra pessoa qualquer, uma criança que quisesse aprender o ofício. Era quase sempre

¹⁵ Sobre as modalidades de contratação e os vencimentos dos trabalhadores rurais, ver Francisco Machado (1980), José da Silva Picão (1983 [1903]) e José Cutileiro (1977 [1971]).

um mestre, um ajudante e um acarretador» (Maria de Jesus Crespim, filha de antigo moleiro, entrevistada em Pardais 1994-1995).

«Tínhamos os dois moinhos a laborar, tínhamos empregados. Lá em baixo, nos Clérigos, chegámos a trabalhar de dia e de noite por turnos e eu estava aqui, em Calvinos, com outros homens. Esses homens eram [pagos] a dinheiro; outras vezes, a dinheiro e a de comer, conforme. Nesse tempo, ganhava-se pouco [de jorna]: 10 escudos a de comer e 20 escudos a seco. Depois, passou a ser mais, 30, 40 escudos. Ao quarto também se metia pessoal, mas isso eram os mestres que trabalhavam de dia e de noite; era ao quarto e dávamos-lhes também a amassadura, conforme a gente combinava o ordenado; se tinha direito à amassadura, ganhava-a todas as semanas, 15 ou 20 quilos de farinha» (Domingos Pinto, antigo moleiro de Monsaraz, entrevistado em 1994-1995).

Era no Verão que a necessidade de mão de obra era mais premente, havendo moinhos que ocupavam permanentemente vários moleiros, entre eles o Moinho de Calvinos, o Moinho dos Clérigos (o do termo de Reguengos de Monsaraz) e os Moinhos da Barca, mas também as Azenhas do Porto do Vale Beirão e a Azenha do Vau de D. Isabel:

«Na parte do Verão, quando a ribeira não secava, claro, aquilo tinha muita clientela, iam lá muitos clientes; chegava a pontos em que o moinho [de Calvinos] e a rua do moinho estavam cheios de sacos. Chegámos a ser ali três e quatro homens sempre efetivos. Agora trabalhavam uns, à noite trabalhavam outros e assim ia» (Domingos Pinto, antigo moleiro de Monsaraz, entrevistado em 1994-1995).

«Aquilo, em vindo o Verão, parecia uma praia. Era bonito. Cá no meu tempo, trabalhávamos lá [nas Azenhas do Porto do Vale Beirão] cinco pessoas, três no moinho e duas cá fora a carregar semente. Tínhamos dois carros de bestas e íamos levar farinha a todo lado. Vinha um para Serpa, ia outro para Baleizão ou para Beja. [...] A gente de noite fazia a farinha; no outro dia, carregávamos os carrinhos e íamos distribuí-la; depois, trazíamos

trigo» (Francisco Manuel Aleixo, antigo moleiro de Serpa, entrevistado em 1994-1995).

Em qualquer dos casos, não havia lugar à celebração de um contrato formal de trabalho entre a entidade empregadora e o empregado. O que havia sim era um acordo verbal entre o patrão e o moleiro, acordo esse que incidia sobre o trabalho a executar e o respetivo vencimento, e que não determinava qualquer especificação temporal, excetuando os casos em que se definiam termos sazonais, como sucedia quando se recrutava um moleiro para fazer o Verão num moinho do Guadiana ou o Inverno num moinho de um dos seus afluentes.

Contudo, diferentemente do que alguns depoimentos transcritos acima nos podem fazer crer, nem todos os moinhos do Guadiana tinham um ou mais acarretadores da casa, na medida em que, como disse um antigo moleiro de Montes Juntos, Venâncio Silva, no contexto de uma conversa informal em 1997-1998, «a maioria [dos moleiros] não tinham carroças» ou qualquer outro meio de transporte de cargas de certo volume.

2.2 Fregueses e usos das farinhas

Uma vez que os moinhos do Guadiana – e de outros cursos de água – estavam construídos em locais relativamente distantes dos locais de habitação, concretamente dos montes e dos núcleos populacionais, o transporte dos cereais e das farinhas era feito a dorso de burros ou em carros de tração animal, de parelha ou de varal.

Em alguns casos, os sacos eram transportados pelos criados das casas de lavoura, concretamente os carreiros ou almocreves, e pelos próprios donos do cereal, os pequenos seareiros. Na maioria dos casos, porém, o transporte de cereais e farinhas era um serviço prestado ora por moleiros ou acarretadores da casa, como vimos anteriormente, ora por acarretadores ou maquilões independentes, como mostram os seguintes trechos de entrevista:

«Aqui [na antiga Aldeia da Luz] havia dois [maquilões]. Havia um que já morreu há uma data de anos e estava aí uma mulherzita, morreu-lhe o marido e, depois, como era viúva e tinha um bur-

rinho, olha, começou a andar a carregar sacos. Mas, como aqui está perto da ribeira, iam eles, os próprios donos do cereal; punham um saco em cima de um burro ou de uma besta e iam lá levar [ao moinho]. Da Granja é que havia muitos maquilões. Aí, havia muitos seareiros, vinham com aqueles taleguinhos de dois alqueires, o burrinho trazia três ou quatro taleguinhos daqueles e alguns traziam cinco e seis burros atrás» (Manuel Leal Frade, antigo moleiro da Aldeia da Luz, entrevistado em 1994-1995).

«Eu era maquilão, ia buscar o trigo ou a cevada ou a bolota, aquilo que calhava, à casa do freguês, levava para o moinho, o moleiro farinava e a gente trazia a farinha aos fregueses. [...] A minha freguesia era toda aqui de Portel e de uns montes aqui à roda. Eu também carregava para as casas ricas que tinham comedorias e gados de lavoura, vacas, porcos e outra bicheza» (Manuel Joaquim Carriço, entrevistado em Portel em 1994-1995).

Mas enquanto os carreiros ou almocreves e os maquilões ou acarretadores se deslocavam frequentemente aos moinhos, por vezes, numa base diária, os pequenos seareiros faziam-no apenas de forma pontual, dado que as suas colheitas não cobriam as necessidades de consumo anual.

No caso dos moinhos erguidos no alto Guadiana internacional, todos os fregueses eram obrigados a fazer-se acompanhar de uma guia de transporte emitida pela Guarda Fiscal, de modo a que o transportado não fosse considerado contrabando. Da mesma maneira que os moleiros tinham que declarar às autoridades aduaneiras as existências – animais e bens – que possuíam junto ao moinho:

«Cinco quilómetros desviado da Guadiana para lá não se podia ter nada sem uma guia do posto da Guarda Fiscal. Fossem galinhas ou porcos. À saída, tinha que se vir dar baixa; se morresse algum animal, tinha que vir dar baixa. Era uma guia passada ali no posto de Montes Juntos. Mesmo esses que andavam carregando para lá, os maquilões, tinham que ir ao posto tirar uma guia. Até 300 quilos, pagavam-se 15 tostões; em passando os 300 quilos, eram 25 tostões. Houve um homem que levava 400 quilos e foi ao posto e disse que só levava 250; mas um guarda desconfiou e foi lá ao carro, fê-lo pesar. Mamou 500 mil reis de

multa porque levava mais. Esse homem era de Ferreira [de Capelins]. Isso há já quase 50 anos. Quinhentos mil reis que pagou e depois teve que levar a guia. Ele ia com a parêlha do pai, ia para os Moinhos Novos de Cima» (José Glórias, antigo moleiro de Cabeça de Carneiro, entrevistado em 1994-1995).

Segundo o padre Joaquim José da Rocha Espanca (1984: 109), a fim de evitar o contrabando de cereais, em 1871, Vila Viçosa transferiu

«para Juromenha a sua Delegação aduaneira [...]. E, não obstante ainda isso para obstar à progressiva introdução de contrabando, teve a dita Delegação de criar nos fins de 1881 uma caseta ou posto fiscal junto ao moinho da Abóbada para ali ser visto o trigo nacional antes de moído, o que nem sempre conseguem os guarda-barreiras visto ser tão fácil a passagem do rio e ter este moinhos por ambas as margens».

Apesar de tudo, estes moinhos davam muitas vezes abrigo a contrabandistas portugueses, que, não raramente, atravessavam o Guadiana a bordo de barcos de moleiros e/ou pescadores. Durante e após a Guerra Civil de Espanha,¹⁶ parte destes moinhos foram ainda muito procurados por habitantes do outro lado da fronteira luso-espanhola para aquisição, não só de farinha, mas também de outros géneros alimentares que os moleiros tinham em depósito junto ao rio, como café, açúcar e arroz, e que podiam vender desde que tivessem o respetivo despacho emitido pela Guarda Fiscal. Nas palavras de um antigo moleiro de Montes Juntos, Venâncio Silva, proferidas numa conversa informal em 1997-1998,

«Os moinhos trabalhavam ali todos. Eu, na Moinhola, tinha lá sempre três mós a moer dia e noite; tinha alturas de nem ir à cama. E havia ali uma convivência muito grande com os espanhóis. Quando foi lá da miséria deles por causa da guerra, quem lhe valeu foi a gente. Vinham ali aqueles espanhóis e aquelas espanholas a comprar farinha, açúcar, café, arroz... bom, os ar-

¹⁶ Relativamente às vicissitudes que a moagem tradicional sofreu em Espanha nesse período, ver Javier Escallera e Antonio Villegas (1983: 44-47).

tigos que a gente lá tinha no depósito; fazíamos um despacho e já podíamos vender aos espanhóis e eles vinham ali comprar».

O facto de os fregueses frequentarem um ou outro moinho dependia de vários fatores, entre os quais a distância a percorrer e os meios de acesso, as relações de amizade e de parentesco que se tinham com os moleiros, o montante das maquinas, a qualidade do serviço, a disponibilidade do moleiro e, inclusivamente, o atendimento. Nas palavras de dois antigos moleiros,

«Nem todos os moinhos tinham muita freguesia; os moinhos que estavam mais longe das povoações tinham menos e, outras vezes, os caminhos e os moleiros também faziam muita diferença. Havia pessoas que gostavam mais de um moleiro, era mais conhecido e tal, fazia boas farinhas. Às vezes, a gente ia para certos sítios onde ninguém o conhecia, enquanto não desse em tomar lá conhecimento com as pessoas, sempre era mais ruim um bocadinho. E dependia da zona em que o moinho estivesse» (José Manuel Torres, antigo moleiro de Mourão, entrevistado no Outeiro de Monsaraz em 1994-1995);

«A freguesia dos moinhos dependia dos concelhos onde eles estavam localizados. Havia uns acarretadores e fregueses que eram conhecidos, mas outros não. Eles, uns com os outros, ‘então, aonde é que vai?’, ‘olhe, vou ao moinho tal’, ‘eu também vou’. Iam lá, eu servia-os bem e eles voltavam; assim é que se arranjava a freguesia. A clientela dependia também da maneira como era servida. A gente quando não tinha vagar de apanhar os peixes, chegava a comprar e oferecia-lhes para eles comerem uma caldeirada enquanto se moíam os sacos» (José Francisco Barradas, antigo moleiro da Estrela, entrevistado em 1994-1995).

O ponto de vista dos acarretadores ou maquilões surge expresso nos seguintes depoimentos:

«(Porque ia a todos esses moinhos no Guadiana [Clérigos, Porto de Évora, Azenha da Rocha, Almoxarifes, Correia e Aldeia]?) Bom... então, a gente tem que apalpar, tem que apalpar onde é que apanha melhores condições. A norma de eu ir aqui e ali...

ia vendo qual era o melhor [moinho]. As pedras não são todas iguais; há pedras que são mais duras que outras e há pedras que fazem melhor farinha. Eu já conhecia aquilo a fundo. Então um homem 40 anos nisso, não me diga que não tinha que aprender qualquer coisa?!» (Manuel Joaquim Carriço, antigo maquilão de Portel, entrevistado em 1994-1995).

«(A que moinhos ia moer os cereais?) Ia aqueles que me davam melhor percentagem e aqueles que faziam melhor farinha. Aquilo era um caminho muito custoso. Um homem tinha que daqui abalar ainda de noite, às 2 horas da noite, para chegar lá a fazer de dia. Chegava lá, tinha lá uma carga feita, vinha para cá, para me safar de lá antes da noite. Chegava aqui de noite. Depois, ia levar farinha ao Redondo, à Aldeia da Serra, aos Foros, a Terena... Havia lavradores e a gente moía dos lavradores. Eu andava sempre sozinho e mais outros companheiros, um que ia daqui, outro que ia de Pardais, que era para nos ajudarmos uns aos outros, porque, às vezes, havia uma partidela, havia uma tombadela. Era uma vida dura» (José Tanina, antigo acarretador de Vila Viçosa, entrevistado em 1994-1995).

Os fregueses dos moinhos ora esperavam (durante um ou mais dias) até que a farinha estivesse feita, ora regressavam a casa e voltavam ao moinho uns dias depois, segundo o acordo estabelecido com o moleiro, para a levar. Também havia quem, por necessidade premente de farinha, realizasse a troca de semente por farinha no momento. Mas muitos fregueses, concretamente os maquilões, como visto num depoimento acima apresentado, tinham uma carga assente no moinho, de maneira que a permuta entre semente e farinha era constante – levavam uma carga de semente e traziam a carga de farinha que já estava feita:

«[Fregueses que esperassem], às vezes, havia, mas isso sempre levava tempo e, então, eles faziam o seguinte: a não ser o próprio freguês, o próprio dono do cereal, esse é que ia deixar e vinha-se embora. Depois, a gente dizia: olhe, daqui a três ou quatro dias venham buscar e, depois, vinham buscar; às vezes levavam mais, outras vezes não levavam. O acarretador era o seguinte: o acarretador ia todos os dias, conforme tinha carga, hoje levava a carga de uns, trazia a carga de outros que tinha lá,

deixava aquela e vinha, trazia a dos outros; depois, no outro dia, levava mais, trazia a outra e assim. No fim-de-semana, somava-se a conta, o cereal que ele tinha lá metido, tantos alqueires, tinha tanto de maquia, metade para o moleiro e metade para ele» (António Maria Pinhão, antigo moleiro da Salvada, entrevistado em 1994-1995).

Os fregueses que aguardavam pela moagem dos cereais no moinho entretinham-se a comer géneros que eles próprios levavam (queijo, enchidos, azeitonas), peixe frito e caldeiradas de peixe do rio (feitas pelos moleiros), bebiam vinho e conviviam com os restantes fregueses. Não raramente, os fregueses deslocavam-se em grupos de homens, «por mor da paródia», nas palavras dos nossos interlocutores, dormindo na rua, na malhada do burro, na casa do moinho ou, ainda, dentro deste, consoante a disponibilidade espacial e/ou as condições climatéricas.

No Verão, os fregueses eram amiúde acompanhados pelas suas famílias, instalando-se à beira do rio, em malhadas construídas para o efeito ou debaixo de uma azinheira, durante períodos que podiam ascender a duas semanas, a fim de descansar e de aproveitar as qualidades terapêuticas da água do Guadiana, aconselhada inclusivamente pelos médicos. Refira-se que já no século XVIII se atribuíam virtudes «diurética» e «desobstruente» às águas do Guadiana, também consideradas «boas para opilações do baço, e das mays entranhas; e para alimpar os rins de areas, e prezervar de pedra, e de dores nephricas», nas palavras do médico Francisco da Fonseca Henriques (1726: 233).

No século XX, de igual modo, era objeto de crença que a água do Guadiana curava os males do reumático e outras enfermidades dolorosas, tanto de pessoas quanto de animais, desde que se banhassem durante nove dias seguidos:

«Nessa altura, até a malta daqui, agora é de praias e Lisboa e aqui e além; nessa altura, era a Guadiana. Receitavam mesmo os médicos, os banhos na Guadiana [porque] antigamente a água da Guadiana era muito boa. Aquilo era uma povoação naquelas margens, era uma festa. (Já me falaram de alguns males que se lá tratavam...) Dava para tudo, para as maleitas do figado, do reumático, do escrofuloso e isso tudo, e [as pessoas] ficavam ali nove dias porque tinham que dar nove banhos, um

por dia, logo de manhã cedo» (Domingos Arranhado, antigo moleiro da Amareleja, entrevistado em 2000).

«Oh, aos domingos, aquilo era uma coisa enorme, é o mesmo que são as praias hoje, era o que era a ribeira [da Guadiana]. Era uma feira, iam lá lavar com os burros. A gente andávamos trabalhando, eu e a minha irmã, andávamos à aceifa e ao domingo é que tínhamos que lavar a roupinha [...]; tínhamos vezes que só íamos lavar a roupa quase à noite porque era o dia inteiro, a ribeira cheiinha de gente, rapazes e raparigas e pessoas idosas, tudo, vinham passar ali os dias. E pessoas que sofriam, que tinham doenças de pele, qualquer problema, iam dar banhos na Guadiana, na pancada da água» (Maria da Saudade Ferro, mulher de um antigo moleiro de Serpa, entrevistada com o marido, Francisco Cataluna, em 1994-1995).

Aliás, apesar do isolamento, os moinhos eram importantes locais de convergência, sendo usual o facto de neles ou nas suas imediações se encontrarem pessoas, incluindo fregueses, lavadeiras, pastores, maiorais de gado, pescadores e, nalgumas zonas, mendigos, sobretudo no Verão:

«A Guadiana, naquele tempo, andava muito mais acompanhada que anda hoje. Uma grande diferença. Hoje, se lá for, é raro encontrar uma pessoa e antes era a todo passo. Em todo o sítio aparecia família. Desconfio até que os maiorais diminuíram. Chegava-se ali a El Rei [ao moinho], em meu tempo, em vindo o Verão, estava sempre povoado de família. Ali no Bolas e na Cinza [era] igual. Ou família de maiorais ou mulheres de maiorais, a família que ia para ali a lavar [a roupa] ou a arranjar uma coisa de moitas ou buinho ou junça. Em vindo o Verão, havia sempre gente. (E do lado de Espanha também?) Também havia quem fizesse isso, mas era menos; só ali à do Pijin [pescador de Chelas]. Havia muitos daqui que iam para lá só para ver banhar as espanholas, elas sabiam banhar bem» (Venâncio Silva, antigo moleiro de Montes Juntos, entrevistado em 1994-1995).

«Essa Guadiana era muito acompanhada nesse tempo; eram os fregueses que iam moer, iam lá com a semente, eram uns que

andavam ceifando buinho, outros andavam à pesca, outros andavam à pida, a pedir uma pouca de farinha. Eu conheci a Guadiana numa altura em que não havia propriedade nenhuma que não desse uns quilos de farinha a essa gente, pessoal que ia à pida... Do Campinho, eram aos ranchos; este pessoal aqui de São Marcos, isso era muito raro aparecer lá uma pessoa. Agora do Campinho, juntavam-se ao domingo, à segunda-feira marchavam por aí abaixo à pida; juntavam a farpela, iam Guadiana abaixo a pedir uma pouca de farinha; a uns, dava-se, a outros, não se podia dar, não se podia dar a todos; a fazenda não ganhava para dar» (Francisco Ramalho dos Santos, antigo moleiro de São Marcos do Campo, entrevistado em 1994-1995).

Uma vez no moinho, o cereal era devidamente identificado e contado, pelo moleiro, na presença dos fregueses, inicialmente em medidas, mais tarde a peso, contagem essa que era determinante para a definição das maquinas. Antes da moagem, o trigo era sujeito a várias operações de limpeza, começando pela lavagem. A lavagem era feita em espartões ou caixotes e destinava-se a extrair cizânias, como fungos, palhas e outras impurezas, sendo o conseqüente humedecer do grão considerado vantajoso na ação de moagem. A quantidade de água usada nessa operação dependia da qualidade do trigo, como decorre da muito propagada ideia de que «o trigo rijo pode com mais água do que o trigo mole».¹⁷

Depois de lavado e enxugado, o trigo era joeirado ou arneirado e bandejado para o separar de pedras, da terra e de outras impurezas. A partir do momento em que a debulha deixou de ser feita à pata de bestas e as máquinas passaram a realizar esta tarefa, o que nos campos de Elvas e em seu redor ocorreu a partir de finais do século XIX (Picão 1983 [1903]: 403), as operações de limpeza do trigo tornaram-se mais simples:

«Noutro tempo, quando se debulhava nas eiras, nas estradas, onde calhava, o trigo tinha muita terra e muita pedra, a gente ti-

¹⁷ Entre os trigos rijos existentes na altura existiam o Canadiano, o Tricórnio, o Preto-Amarelo, o Tremês e o Lobeiro. Entre os trigos moles estavam o Coruche, o Barbela, o Roma e o Galego.

nha que joeirar e que bandejar, às vezes, duas vezes; era muito trabalhoso. Depois, por fim, quando começou a ser semente de máquina, ceifeira debulhadora ou máquina fixa, já dava pouco trabalho; era só molhar e dar umas sacudidelas, porque há sempre pó e semente de ervas, para ficar só o trigo» (Francisco Martins Malato, antigo acarretador de São Marcos do Campo, entrevistado no Outeiro de Monsaraz em 1994-1995).

As chamadas «sementes brancas», a aveia, o centeio e a cevada, e outras gramíneas, como o milho e a bolota, tal como as leguminosas: o chicharro, a fava e o grão, não requeriam qualquer desses procedimentos, a não ser que tivessem pedras, caso em que eram joeiradas ou arneiradas. Estas sementes eram habitualmente moídas em mós ralas, também conhecidas por mós «salgueiras» ou «barroqueiras», embora em anos mais recentes se tivesse multiplicado o uso de mós francesas.

Por sua vez, o trigo, para além de ser moído na mó rala ou na mó francesa, era-o na mó alva ou alveira, dependendo da qualidade da semente e da qualidade da farinha que o freguês pretendia. Proferida por diversos moleiros, a ideia de que «a mó alva só servia para trigos bons», rijos, concorda com o referido, o mesmo acontecendo com a costumeira indicação de que «fazia uma farinha mais branca e melhor», utilizada no fabrico de pão qualitativamente superior e de bolos. A costumeira indicação de que «a mó rala faz a farinha mais trigueira» obedece a um enquadramento similar. Como disse um antigo moleiro de Monsaraz, Domingos Pinto, entrevistado em 1994-1995,

«essa dita pedra alva era para os bolos, pois a farinha sai como esse papel, branquinha, porque descasca o trigo, mas não mói muito moído, sai aquele farelo largo, até o trigo fica branquinho. Era para os bolos e para a gente rica fazer o pão; o pão era branquinho e alto. Já o outro, o que era feito com farinha da mó rala, era mais negro».

Mas havia circunstâncias em que os moleiros, umas vezes de moto próprio, outras de acordo com as disposições dos fregueses, faziam lotações de trigo, compostas por uma percentagem de trigo rijo e outra de trigo mole:

«Numa das abóbadas, tinha lá uma pedra rala e outra alva, fazia misturas, fazia os lotes dos trigos: moles e rijos, sempre as farinhas iam boas para toda a gente. O desgraçado que levava só trigo mole, quando ia amassar a amassadura para comer o pão, estendia, ficava como uma laje. A gente tinha lá muita freguesia, uns levavam rijo, outros mais frouxo um bocadinho, outros mole e, então, fazia uma lotação daqueles trigos todos na água. Os mais rijos eram molhados a braços no espartão, a gente tirava-lhe as impurezas e tinham, depois, o joeiro e a bandeja. Eu estava lá a fazer umas lotações boas com o trigo cá deste gajo [o rendeiro], ele não sabia, para ter mais freguesia» (António José Reis Monteiro, antigo moleiro de Moura, entrevistado em 1994-1995).

Para além disso, existiu uma determinação legal que impedia a moagem de trigo puro, necessitando de uma percentagem de misturas, normalmente 10% de milho, segundo os antigos moleiros vigente por alturas da Guerra Civil de Espanha e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), determinação essa cujo cumprimento era objeto de fiscalização:

«Os fiscais andavam em cima da gente, apertavam a gente que eu sei lá. Agora, já para o fim, estavam sempre em cima da gente, lá nos moinhos. [...] A gente, às vezes, para eles que vinham a ver, punha só um bocadinho de milho, de farinha de milho em cima... Eles arranjam um pau para meterem pelos sacos, para tirarem as amostras de farinha lá de baixo [dos sacos]» (António José Reis Monteiro, antigo moleiro de Moura, entrevistado em 1994-1995).

As restantes sementes eram também moídas em separado ou em lotes, «traçadas», dependendo da vontade do freguês:

«[Moíamos] cevada, fava, milho, grão, centeio, aveia... Essa era toda para animais. Aquilo era tudo traçado. Por exemplo, agora moía dois sacos de favas, depois, moía mais dois de milho ou de cevada e, depois, aquilo ficava tudo misturado. Era misturado com uma pá e, depois, era tudo ensacado. Era para o gado. Conforme os fregueses; havia fregueses que queriam para um porco ou dois, era um saco ou dois, era aquilo que levava. O milho e o centeio eram mais para porcos. A fava, a cevada

branca e a aveia eram para gado, vacas» (Manuel Felício Paulista, antigo moleiro de Serpa, entrevistado em 1994-1995).

Depois de peneiradas, as farinhas de trigo, embora também consumidas sob a forma de papas ou de bolos, entre os quais os chamados «bolos da amassadura», como as tortas e as popias, eram essencialmente utilizadas no fabrico de pão. Apesar de haver padeiras, mulheres cujo modo de vida era amassar e vender pão ao público, o fabrico deste produto era um trabalho caseiro, semanalmente executado, que compreendia várias tarefas, concretamente a preparação do fermento, o amassado, a fermentação, a tendedura e a cozedura (ver, por exemplo, Borges 1986; Machado 1980).¹⁸ A cozedura do pão era feita nos fornos existentes nas casas de lavoura e nalguns montes de habitação, incluindo a casa do moleiro de alguns dos moinhos do Guadiana, nos fornos comunitários de alguns aglomerados populacionais ou nos designados «fornos de poia», presentes em muitas povoações.

Também conhecidos por «fornos de cozer à maquia», os fornos de poia eram fornos particulares onde a população cozia o seu pão mediante o pagamento da designada «poia», equivalente ao sistema de maquia. A poia variava de concelho para concelho e até no interior de um mesmo concelho. O pagamento de um pão de quilo por amassadura, normalmente de 10 ou 15 quilos, era, no entanto, de uso habitual. José Affreixo (1993 [1884]: 113) nota que esta prática constitui uma sobrevivência de um antigo costume representado pelo tributo que os moradores tinham que pagar aos senhores pela utilização dos seus estabelecimentos, na circunstância, fornos de cozer, conhecido por «direito banal», direito «que importava um privilégio de possuir fornos [que] era coevo do princípio da monarquia».¹⁹

As mulheres que tratavam da amassadura para si e para os seus tinham por costume combinarem umas com as outras para cozerem na mesma fornada. Um dado adicional é que, se, nuns casos, como na Aldeia da Luz, havia uma acarretadeira que tinha a missão de ir a casa

¹⁸ Sobre a história da panificação, ver Mário Cardozo (1959) e Javier Escalera e Antonio Villegas (1983).

¹⁹ Leite de Vasconcelos (1983: 15) refere que o forno de poia já vem referido no foral de Terena de 1514.

das freguesas buscar o tabuleiro do pão, de o levar para o forno e de o devolver depois de cozido, noutros casos, eram as próprias freguesas que, à cabeça, tratavam de fazer o transporte do pão de casa para o forno e no sentido inverso.²⁰

O pão do dia ou de fabrico recente era preferencialmente comido seco e acompanhado de condutos, como queijo, azeitonas e chouriço. O pão com alguns dias de fabrico costumava comer-se afogado, sendo utilizado em comeres que levam pão migado às fatias ou em pedaços, como as migas, os gaspachos, as açordas (de peixe, de alho, de bacalhau, de tomate, de batata e de beldroegas), e as sopas (de leite, de peixe, de couve, de grão, de feijão, de repolho, de espinafres, de tomate, de agrião, de coentros, de alabaças, de cebola, de poejos, de hortelã, de beldroegas, da panela, de cação, de cardo, de batata e de cachola, entre outras). As farinhas derivadas das sementes brancas e das leguminosas destinavam-se ao consumo dos animais, incluindo os da lavoura. Os cães de guarda às herdades e aos montes, incluindo os que pertenciam aos moinhos, tal como os de caça, eram alimentados à base de pão, sobretudo o que já tinha alguns dias de fabrico.

Torna-se relevante salientar que, no Alentejo, o fabrico e o consumo generalizado de pão de trigo são fenómenos relativamente recentes, surgidos no limiar do século XX, quando foi estimulada a expansão do cultivo deste cereal e, sobretudo, quando foram vencidas as resistências sociais que se lhe deparavam da parte dos lavradores abastados que se opunham à importação de trigo e que, por isso, defendiam, alegando motivos de ordem ecológica e médica, «o consumo de pão de centeio e de milho nas áreas rurais e entre aqueles grupos sociais que tradicionalmente os haviam consumido», como comenta Nelson Borges (1980-1981: 37).

De acordo com José Cutileiro (1977 [1971]: 32), o pão de centeio foi tradicionalmente consumido pela classe dos trabalhadores rurais, das pessoas que trabalhavam nas casas agrícolas e que recebiam pão como parte integrante da sua fêria em espécie, até à greve de 1911,

²⁰ Como nota Jorge Dias (1993b [1964]: 375), existe «uma diferenciação generalizada entre os sexos em função do tipo e modo de transporte, cuja causa residirá certamente na constituição própria do homem e da mulher. Enquanto a mulher prefere levar as cargas mais pesadas à cabeça, maneira que se tornou tradicional, o homem serve-se principalmente das costas e dos ombros».

quando o pão de centeio foi substituído pelo pão de trigo.²¹ Os restantes cereais, mormente, a cevada, a veia e o centeio foram então relegados para um plano secundário, no sentido em que passaram a ser destinados ao consumo dos animais. Contudo, fosse para produzir pão mais barato, fosse porque assim estava legalmente determinado, vimo-lo anteriormente, existiram períodos em que alguns desses cereais eram adicionados ao trigo.

A importância que o trigo veio a ter na economia da região do Alentejo no século XX, em certa medida similar à do centeio no Nordeste transmontano (O'Neill 1984: 63-64), está patente no facto de o tamanho das herdades ser medido, não em hectares, mas sim em moios de sementeira de trigo (Picão 1983 [1903]: 16-17), bem como na circunstância de ser muitas vezes utilizado como meio de pagamento de serviços de ordem vária. Tal decorre da conjugação de dois fatores, a saber, a centralidade do pão na dieta alimentar das populações e a conversão do trigo em cereal panificável de predileção.

As épocas de maior atividade nos moinhos coincidiam com as colheitas, particularmente nos meses de maio, junho e julho, altura em que se verificava uma forte afluência aos moinhos do Guadiana, também por causa da inatividade dos moinhos dos outros cursos de água, provocada pela falta de água. Essa afluência era de tal ordem que os donos e/ou os rendeiros dos moinhos se viam muitas vezes compelidos a incrementar o número de trabalhadores dos mesmos, recrutando-os nos que então se encontravam inativos, como visto no capítulo anterior.

Em consonância com o referido, era justamente no Verão que o raio de influência dos moinhos do Guadiana se alargava, atraindo fregueses de outros concelhos, especialmente maquilões. Esta situação é exemplificada pela deslocação de acarretadores do concelho de Portel ao Moinho Novo e ao do Porto de Évora, junto a Alqueva, bem como às Azenhas dos Almojarifes e à do Correia, nas proximidades do Pedrogão; mas também pela presença de fregueses do Redondo nos Moinhos do Bolas e da Moinhola, perto de Montes Juntos (Alandroal), e pela procura do Moinho dos Clérigos, no termo de Reguengos de Monsaraz, por fregueses de Évora.

²¹ Segundo José da Silva Picão (1983 [1903]: 137), este pão (de centeio) era conhecido por «marrocate» no concelho de Elvas.

Talvez por isso, o Código de Posturas de Reguengos de Monsaraz de 1920 (páginas 47-48), no seu Capítulo II – «Dos moinhos, azenhas e fábricas de moagem» – do Título IX – «Dos lagares de azeite, moinhos, azenhas e fabricas de farinhas, fornos de alvenaria e de cal» –, consigna: «Os donos de moinhos, azenhas e fábricas de moagem ou os seus rendeiros são obrigados, sob pena de cinco escudos, a farinar os cereais dos habitantes do concelho de preferência aos de fora».

CAPÍTULO 3

OS MOLEIROS DO GUADIANA

3.1 Considerações gerais

De acordo com Javier Escalera e Antonio Villegas (1983: 149-151), o ofício de moleiro surgiu com o apogeu das cidades gregas, ocorrido sensivelmente no século V a.C., desenvolvendo-se na época helenística, isto é, entre os séculos IV e II a.C. Os primeiros moleiros eram sobretudo escravos libertos ou homens de procedência humilde que empregavam moinhos de sangue e que tinham também a seu cargo a panificação, o que se alterou no século X da era cristã, quando a moagem e a panificação se diferenciaram quanto aos seus produtores e quando assistimos à difusão dos moinhos hidráulicos.

O ofício de moleiro teria então adquirido os moldes que o caracterizaram até ao seu desaparecimento, no século XX, embora a figura do moleiro padrão só tivesse surgido após a desintegração do regime senhorial. O moleiro tipo de que falam estes autores era um artífice que tinha uma grande importância na vida e na economia das sociedades rurais e urbanas tradicionais, cuja relevância socioeconómica se manteve acentuada enquanto os moinhos foram o único meio de produção da farinha necessária ao fabrico do pão, o qual era um alimento de base dentro das referidas sociedades.

Como os de outras partes do país (Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 486-488), os moleiros aqui em estudo, os dos moinhos de água do Guadiana, bem como os dos seus afluentes e subafluentes e dos tributários destes, enquadram-se neste modelo, enquanto praticantes de um ofício mecânico que desempenhavam um papel central nas sociedades em que viviam. As *Trovas de Moleiro* «novamente feitas

por trez authores muito graves, em que se contam canseiras e trabalhos, que passou [o moleiro] com seu querido pelote» domingueiro compiladas por Teophilo Braga (1876: 247-260) concordam com o referido.

O pleno entendimento da posição socioeconómica dos moleiros carece, entretanto, de uma leitura simultaneamente diacrónica e sincrónica. Na diacronia, essa posição era seguramente superior quando os moinhos constituíam o único meio de produção de farinhas, como ilustram os privilégios de que gozavam à época da monarquia (Dias 1942: 99; Lima 1948: 183-184; Viterbo 1896: 196-198), o que se foi esbatendo à medida que as fábricas de moagem adquiriram preponderância, a partir sobretudo dos anos 1960.

Do ponto de vista sincrónico, a riqueza gerada pelos moinhos variava em função de diversos fatores, sobretudo da procura e da produtividade dos moinhos, segundo os moleiros também ela dependente do tempo de laboração ao longo do ano (em relação direta com os caudais de água) e do número de aferidos disponíveis, bem como do tipo, do diâmetro e da velocidade de rotação das mós (em relação direta com a potência motriz), e ainda da sua picadura.²² Outrossim, os moleiros que trabalhavam por conta própria, os moleiros patrões, tinham muito provavelmente ganhos e prestígio social superiores aos que trabalhavam por conta de outrem. E os rendimentos destes últimos variavam, não tanto em função do montante de farinha correspondente à amassadura, mas sobretudo em função das quantias maquiadas e, mais recentemente, das jornas.

No entanto, os moleiros tinham geralmente uma condição socioeconómica relativamente boa, sobretudo quando comparada com a dos trabalhadores rurais e a dos outros artífices, em razão da importância e da rentabilidade do seu ofício, mas também das atividades complementares desenvolvidas pela generalidade dos moleiros, quer para consumo familiar quer para venda, como o cultivo de searas, a criação de animais, a exploração de olivais, o serviço de carregamento de sementes e de farinhas à maquia, e a pesca.

²² Sobre a produtividade dos moinhos hidráulicos, ver Rui Guita (1991: 54-64), bem como Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira (1983: 482).

Apresentamos a seguir a caracterização social dos moleiros feita por Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira (1983: 487) na mais completa obra sobre molinologia em Portugal:

«O moleiro tradicional é um homem do campo, e a feição característica do seu viver, o seu mundo mental, os seus valores e gostos, em nada diferem dos das gentes rurais em geral. Aliás, possui as mais das vezes algumas terras, que ele próprio, nas suas horas vagas, ou as pessoas da sua casa, granjeiam directamente, num contexto económico muito simples de auto-consumo; e no agregado familiar o trabalho artesanal e agrícola complementam-se, procedendo os seus proventos ao mesmo tempo das maquinas e da lavoura».

À superfície das nossas observações, as populações do Alentejo mantinham uma valoração positiva dos moleiros, particularmente em termos económicos, como decorre da ideia de que «os moleiros eram todos ricos», ideia essa que também se encontra noutras partes da Península Ibérica (Escalera e Villegas 1983: 164; Felgueiras 1984: 202; Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 484). Nas palavras de António Sequeira, antigo moleiro de Brinches, entrevistado em 2000, «nesse tempo, no dizer do povo, os moleiros eram os mais ricos que havia».

No entanto, no Alentejo, como noutros contextos em Portugal (por exemplo, Carvalho 1951; Dias 1942: 99; Galhano 1978: 129; Nunes 1978: 50, 74; Vasconcelos 1983: 33-34) e em Espanha (Escalera e Villegas 1983: 164), os moleiros são amiúde associados a ganância e a desonestidades, particularmente na cobrança das maquinas (sobre o caso do concelho de Mértola, ver Guita 1991: 70-71). A este respeito nos ensinou um antigo moleiro de Monte do Trigo o verso, ou melhor, a oração irónica que se segue:

«Deus te salve, saco:
Primeiro, vai a minha Maria,
Tira a maquia;
Depois, vai a minha mulher,
Tira o que quer;
Depois, vai lá a minha Inácia,
É uma desgraça;

E eu, se não fosse pelas contas que tenho a dar,
Nem um saco ao dono havia de mandar».

Augusto César Pires de Lima (1948: 191-192) colheu orações irónicas similares na Galiza, em Trás-os-Montes e nas Beiras. O mesmo sucedeu com o padre Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal (2000 [1947]: 337-338), em Bragança, António Dias (1942: 100-101) nas Beiras e Guilherme Felgueiras (1984: 202) no Alto Minho. Do cancionero do Alentejo abordado por José Leite de Vasconcelos (1983: 35 e ss.) e do cancionero popular português coligido por Maria Nunes (1978: 124) constam mandamentos de moleiro equivalentes.

Foi justamente por se prestar a abusos e a desonestidades que o sistema de maquinas foi objeto de atenção nas regulamentações do ofício de moleiro – forais e posturas municipais – produzidas no país desde a Idade Média (por exemplo, Dias 1942: 99; Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 493). De facto, em Portugal, à semelhança de outros ofícios, para além de licenças, a profissão de moleiro estava sujeita a normas de regulamentos ou leis avulsas, Regimentos Municipais, Códigos de Posturas e atas de reuniões camarárias que estabeleciam princípios gerais ou específicos da atividade, princípios que, em muitos pontos, tendiam a reproduzir o estabelecido para atividades afins (Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 92).

Um dos regulamentos mais antigos que conhecemos do ofício de moleiro foi o Título dos Moleiros, datado dos séculos XIV e XV, onde se estabelecem algumas regras sobre as maquinas a cobrar pela farinhação e pelo transporte dos cereais e da farinha, bem como sobre a qualidade desta. Veja-se, por exemplo, o Título dos Moleiros constante do Regimento de Évora do século XV compilado por Sandra Paulo e Hermínia Vilar (2012: 60) que abaixo reproduzimos:

«Muitas vezes foy achado que os moleiros que levam o pam aos moynhos fazem em ell mui grandes malicias levando e entregando-lhe as argaans cheas de pam e dam e entregan-nas muy mingradas e desto husam e não leixam de o fazer porque lhes non he dada pena. E porem ordenou e mandou com acordo dos homeens booms que os moleiros façam em tal guisa que o sacco que levarem cheo de pam que o entreguem cheo com palanca de farinha que non fallesça e a farinha seja boa como deve e o que

o contrairo fazer pague a sseu dono o que minguar e mais ao concelho por cada vez... XX reais.

E sse llevar boom grãao e der maa farinha pague por ella a sseu dono e ao concelho de cooima por cada vez... XX reais

Item leve da maquia de xbj... humm

Item leve do carroto d' oito alqueires ataa dez... humm real

sob a pena suso dicta».

Só a partir do século XVI são consignados alguns preceitos relativamente aos quantitativos dos cereais e da farinha, bem como algumas normas elementares de higiene. Para efeitos de ilustração, reproduzimos a seguir o Código de Posturas de Mourão datado de 1786, onde se institui que

«Os moleiros e atafoneiros serão examinados com juramento de fazerem verdade, e os moleiros e atafoneiros tomarão também juramento de fazerem verdade e ninguém poderá ver moleiro em moinho ou acenha, ou atafona sua... nem terão suas molheres nas ditas moendas, nem ainda em taes fazendas que tragão arrendadas, nem terão cão, nem galinhas, nem porco, nem cavalgadura sua nas ditas moendas, nem ao redor dellas, nem em suas casas. E terão gato ou gata para os ratos, e terão alqueire de..., meio alqueire de pão, e maqueiro e meio maqueiro e tudo aferido e affillado pello aferidor do Concelho nos primeiros oito dias de Janeiro e Julho de cada anno, de que tirarão sequestro, e terão sempre panais postos nas moendas e... de farinhas, e nas moendas andarão descalços, e no principio de cada anno darão fiança sob pena de pagarem por qualquer desttas couzas não cumpridas quinhentos reis e sob a mesma pena não comprarão vinho aos vinhateiros que forem aos moinhos, e nelles não venderão trigo nem farinha a pessoa alguma com pena de mil reis, e salvo emprazadores e senhorios dos moinhos, que tomem conhecimento do tal trigo e farinha que venderem, e duitamente do seu ganho».

Mais recentemente, a respeito das maquinas da moagem e do carregamento de cereais e de farinhas, o Código de Posturas de Reguengos de Monsaraz de 1845 estabelece no seu número 40 que

«Todos os moleiros, de moinho de agoa ou de vento, são obrigados a não darem as partes menos em farinha do que receberem de grão, tendo por isso já tirado meio alqueire em grão que lhes pertence de maquias em cada seis alqueires e todo o que o contrario fizer pagará dois mil reis além do danno que se justificar cauzar. Outro sim ficão obrigados todos os moleiros de pé de mó bem como seus maquilões e acarretadores a apresentarem fiança por todo o mês de Janeiro sob pena de mil reis».

A título de curiosidade, refira-se que, em alguns pontos do Norte do país, os moleiros eram obrigados a cumprir outras funções, particularmente em eventos festivos de cunho pagão ou religioso. Disso nos dá conta a nota de Pires de Lima (1948: 184-185) sobre as obrigações dos moleiros segundo o regimento de 1621 da procissão do Corpus Christi do Porto, a dança dos moleiros referida no tombo das festas do Corpo de Deus de Penafiel em 1657 e o «Título da dança dos moleiros» incluído no tombo das festas da mesma cidade em 1705.

De igual modo, Miguel de Lemos (1989: 119) reporta que, em Ponte de Lima, desde longa data e até 1884, inclusive, os moleiros do concelho eram obrigados a «pegarem às cordas» e a «executarem a corrida» anual da vaca das cordas na véspera do Corpus Christi. Quem não comparecesse ou se furtasse a tal obrigação incorria numa pena de 200 reis «pagos da cadeia», segundo o Código de Posturas Municipais de 1646, e de 480 reis, segundo o Código de 1720.

Todavia, segundo Pires de Lima (1948: 186), aparenta que a Igreja não via com bons olhos os moleiros, na medida em que os moinhos «eram centros aonde concorriam, de noite, homens e mulheres, divertindo-se, como se vê da censura e das sanções eclesiásticas, tanto mais que nos serões apareciam alguns sacerdotes». Isto, apesar de a farinha «para as hóstias de Cristo» sair justamente das mãos dos moleiros, como nota Leite de Vasconcelos (1882: 249).²³

²³ Para uma visão mais detalhada sobre a representação dos moleiros nas tradições populares portuguesas, ver Pires de Lima (1948).

3.2 O ofício dos moleiros visto pelos seus praticantes

Segundo Luís Borges (1986: 155), no Alentejo, os moleiros, tal como os praticantes de outros ofícios, «formavam a categoria dos ‘oficiais’, que se dividiam em ‘mestres’ e ‘aprendizes’». Como na Serra da Grazele na Andaluzia (Escalera e Villegas 1983: 166-167), a aprendizagem do ofício de moleiro tinha aí lugar no círculo familiar, consuetudinariamente, iniciando-se ainda na infância. Veja-se, por exemplo, os seguintes depoimentos:

«A gente, assim que tinha entendimento... escola não tínhamos, não vínhamos à escola; nesse tempo, não era obrigatório, é muito longe das aldeias e das vilas e tudo. Não sabemos, nem um sequer, ler, dos sete irmãos que tenho, tive [...]. E, então, qual era a nossa pertença? Os mais novos, eu, calhei bastante, umas cabras, ‘vai guardar as cabras’, mas, depois, chegando ao moinho, ‘vem fazer’ e fazer para aprender» (Hermelindo Monteiro, antigo moleiro de Moura, entrevistado em 1994-1995).

«Era uma coisa de passar de pais para filhos... Os que eram carregadores, os filhos eram carregadores; os que eram moleiros, os filhos eram moleiros, os netos eram moleiros. E disso havia muito» (Guilherme Vermelhudo Paixão, antigo moleiro de Pedrógão, entrevistado em 2000).

«Foi ele [Domingos António Crespim] que me puxou, era meu tio e padrinho e puxou-me para aquilo, levou-me para lá. Como isso nessa altura dava, olha, toca a ver se eu aprendia para fazer vida com aquilo. Depois, aquilo começou a desvalorizar, a haver estas fábricas, essas coisas, aquilo já não dava para os dois. Eu e eles dormíamos lá no moinho [do Rodete] e tudo. Aquilo trabalhava de noite e de dia, tanto faz aqui a azenha [da Rocha na ribeira de Pardais] como lá o moinho [no Guadiana]» (Domingos Crespim, antigo moleiro de Pardais, entrevistado em 1994-1995).

Mas também havia homens sem antecedentes familiares no ofício que se iniciavam com qualquer moleiro experiente, alguns ainda na adolescência, outros em idade adulta, não havendo, aparentemente,

idade mínima nem máxima para a aprendizagem e para o exercício da profissão.

Durante a aprendizagem, que não era temporalmente definida, o aprendiz não recebia qualquer remuneração, exceto quantias que o mestre lhe conferia voluntariamente e a denominada «mastiga», a alimentação:

«Em aprendiz, [...] só se ganhava a mastiga. Quando vínhamos ao povo, quando se vinha passar um dia Santo ou isso, é que davam alguma coisa à gente» (Manuel António Paixão Galado, antigo moleiro de Pedrógão, entrevistado em Moura em 1994-1995).

«[Os fregueses] iam com o trigo e estava o meu mestre e outro senhor que lá trabalhava... e eu na aprendizagem. Nessa altura, [eu] não ganhava nada, era só a mastiga. O meu mestre, no fim-de-semana, ou no fim do mês, às vezes, é que me dava qualquer coisa. [...] Já depois da aprendizagem, comecei a ganhar metade de um mestre; o mestre, quando fazia um moio [60 alqueires], parece-me que tinha 10 para ele; portanto, eu ganhava metade, ganhava cinco» (Virgulino Carapinha Vicente, antigo moleiro de Pedrógão, entrevistado em Beja em 1994-1995).

Uma vez mais como no contexto espanhol estudado por Javier Escalera e Antonio Villegas (1983: 167), no Alentejo, a ascensão a mestre de moleiro obtinha-se no momento em que o aprendiz dominava todas as vertentes do funcionamento do moinho e da moagem – incluindo os regimes do rio, as variedades de semente e os pressupostos inerentes à produção de farinha de qualidade –, o que em circunstâncias normais ocorria entre os 17 e os 19 ou 20 anos de idade.

No entanto, não existia qualquer instância que normalizasse o processo de aprendizagem, orientado exclusivamente pelo mestre ou mestres, normalmente o pai, um irmão mais velho ou um tio do aprendiz:

«(Quando e como é que o aprendiz de moleiro passava a oficial?) Depois, [o aprendiz] começava a ficar sozinho, a gente deixava-o sozinho e ele já se ia desenrascando... continuava ali e, depois, já ia trabalhar por conta de outro, já ia ganhar o ordenadinho, já ia andando. Assim é que se fizeram muitos que estão,

muitos que estavam, já tem morrido tudo» (José Inácio Sequeira, antigo moleiro de Brinches, entrevistado em 1994-1995).

«(Quem é que decidia que o aprendiz estava capaz de tomar posse de um moinho?) Eram os mestres. Como um sapateiro, como um alfaiate. Os mestres é que diziam. Ao fim dos três anos, se tivesse boa cabeça, era um artista; se não tivesse, era um saca-rabos» (Guilherme Vermelhudo Paixão, antigo moleiro de Pedrógão, entrevistado em 2000).

Significativamente, não havia lugar à realização de um exame formal, com aprovação, nem tampouco à emissão de uma carta de examinação ou carta profissional de moleiro. «Não, não [havia carta profissional]; os moleiros eram como os trabalhadores do campo; é a mesma coisa», afirmou, por exemplo, um antigo moleiro de Moura, Domingos Barradas Coelho, em 1994-1995. «Não, não, não [havia carta profissional]; naquele tempo, não havia nada disso», disse José Inácio Sequeira, antigo moleiro de Brinches, na mesma altura. De igual modo, quando perguntado se para exercer o ofício de moleiro era preciso ter carta profissional ou de examinação, Venâncio Silva, antigo moleiro de Montes Juntos, declarou numa conversa informal junto à lareira da sua casa em 1997-1998: «Não, não havia lá cartas nenhuma. Era aquele que era capaz, fazia e pronto. Eu senti-me capaz com 17 anos, tomei conta daquilo tudo [o Moinho da Moinhola]».

Entretanto, do *Livro das Licenças e Cartas de Examinação dos Ofícios* existentes nos arquivos históricos das Câmaras Municipais de Reguengos de Monsaraz e de Évora consta, não só o licenciamento, mas também a emissão de cartas de examinação do ofício de moleiro ou certificados de aptidão a alguns indivíduos por parte das autoridades municipais, particularmente nos séculos XVIII e XIX. Do arquivo histórico da Câmara Municipal de Mourão, diferentemente, consta apenas o *Livro de Licenças*. Seja como for, após a aprendizagem do ofício, o moleiro ou permanecia no mesmo moinho com outras funções ou ia trabalhar para um outro, normalmente por conta de outrem. Mas era corrente manter-se a trabalhar com os seus familiares, tornando-se independente apenas quando se casava.

Geralmente, o processo de aprendizagem é pelos antigos moleiros considerado como sendo relativamente fácil e célere, sobretudo por

aqueles que sempre conviveram com o ofício, praticamente a partir da data em que nasceram, o que em muitos casos aconteceu justamente no moinho ou na casa que lhe correspondia, como sucedeu com Venâncio Silva, nascido no Moinho da Moinhola, Joaquim António do Monte, nascido nos Moinhos da Barca, e Manuel Felício Paulista, nado no Moinho dos Bugalhos, todos do Guadiana, bem como com Hermelindo Monteiro, nascido no Moinho da Quintinha do barranco da Amoreira, José Ferreira Faria, nascido no Moinho do Coronheiro do rio Brenhas, e Manuel Brás Perico, nascido no Moinho do Vaca do rio Ardila:

«(O ofício de moleiro era difícil de aprender?) Para mim, não foi. Porque via, via fazer aos meus pais, aos meus irmãos mais velhos; a gente ia sempre ajudando e aprendendo, pois» (Hermelindo Monteiro, antigo moleiro de Moura, entrevistado em 1994-1995).

«(O ofício de moleiro era difícil de aprender?) Não, não. Para a gente, não foi. A gente depois de abrímos os olhos, já víamos aquilo, já víamos os moinhos, já víamos as pedras, já víamos como é que se fazia, já víamos aquela coisa toda» (José Inácio Sequeira, antigo moleiro de Brinches, entrevistado em 1994-1995).

Aliás, o exercício da profissão de moleiro detinha muitas vezes um carácter familiar. E, apesar de ser um ofício eminentemente masculino, todos os membros da família do moleiro, incluindo a mulher e os filhos solteiros de ambos os sexos, participavam da labuta do moinho, sobretudo a ensacar farinhas e a deitar trigo na moega:

«Quando estava lá muita gente, de Verão, ela [a minha mulher] ajudava-me. (E ela sabia?) Sabia, sabia fazer tudo! Eu chegava a largar o moinho dias inteiros, ia a Beja, ia aqui e ia além e ela ficava de posse do moinho. Oh! Tenho um irmão que mora ali logo desse lado, esse também... a mulher dele é igual à minha, só o que faltava era carregarem sacos às costas» (José Inácio Sequeira, antigo moleiro de Brinches, entrevistado em 1994-1995).

«Eu fui o que trabalhei menos nos moinhos. Meus irmãos [4] eram mais velhos e, então, eles é que... e eu ajudava-lhes. O geral das coisas eles é que faziam, eram mais velhos. Depois de ser homem, o meu pai arranjou-me um carro e uma besta, fui a

trabalhar. Às vezes, ia buscar semente aqui e além, ia lá fazer ao moinho e ia levar aos donos; também cheguei a fazer isso. Mas eles é que trabalharam mais nos moinhos. [...] Não quer dizer que trabalhassem sempre por conta do meu pai. No Moinho Novo, estavam por conta do dono do moinho, mas, quando tínhamos moinhos à renda, estavam por conta do meu pai» (Francisco Lopes Moreno, antigo moleiro de São Marcos do Campo, entrevistado em 1994-1995).

A participação dos membros da família do moleiro nos labores do moinho era, no entanto, característica dos casos em que o moleiro trabalhava por conta própria, casos esses em que o grupo doméstico habitava numa casa junto ao moinho, que também servia para guardar os pertences do moinho durante as invernadas e que dispunha igualmente de uma quadra para animais, onde alguns fregueses, por vezes, dormiam, sobretudo nas situações em que o moinho se encontrava mais distante dos núcleos populacionais.

Quando o moinho mantinha mais do que um moleiro, era ao rendeiro ou ao proprietário e ao correspondente agregado familiar que cabia o direito de usufruto da casa, ocupada pelo moleiro responsável ou cabeça, como dizem os entrevistados, e sua família nas restantes circunstâncias. Mas existiam moinhos de submersão que dispunham, não de monte para habitação do moleiro – entre eles o Moinho Novo de Cima, o Moinho dos Bispos, o Moinho do Boi e os Moinhos do Meirinho –, mas tão-somente de uma cavaliça ou de uma cabana ou malhada de mato para resguardo do macho, por vezes, construída pelo próprio moleiro.

Noutro nível de análise, é de salientar que os antigos moleiros do Guadiana tendem a valorar positivamente aquele que foi o seu ofício, quer em termos de ganhos económicos, quer de importância para a comunidade. Essa valoração é, no entanto, sensível às já mencionadas razões de ordem diacrónica e sincrónica. Os elementos da diacronia surgem expressos nos depoimentos que se seguem:

«(Já tenho ouvido dizer que os moleiros eram ricos.) Isso era em outros tempos. Os moleiros conquistavam sempre as melhores mulheres. (Porquê?) Porque tinham um ofício bom, ganhavam muito dinheiro. No tempo do meu avô e dessa gente assim,

não havia moagens, a arte de moleiro era um ofício bom. Foi indo, foi indo, agora [por fim] já lhes chamavam oficiais de pé descalço. Isso tem as suas épocas» (José Monteiro, antigo moleiro de Moura, entrevistado em 1994-1994).

«(O ofício de moleiro era importante?) Era, então, não havia mais nada, não havia gasóleo, não havia fábricas. [...] Isso tinha que ser importante. Depois, começou a modificar-se, começou a haver fábricas e essa coisa, pronto, já podiam passar sem os moinhos» (Domingos Coelho, antigo moleiro de Moura, entrevistado em 1994-1994).

Os elementos da sincronia, por sua vez, refletem-se na diferenciação entre os moleiros proprietários, os moleiros arrendatários e os moleiros empregados, cabendo aos primeiros o topo de uma hierarquia baseada em rendimentos económicos:

«Ah, sim, antigamente, [o moleiro] governava-se bem. Os donos dos moinhos... Os outros lá se governavam. (Mas o moleiro ganhava mais do que o trabalhador do campo, não?) Ganhava, ganhava mais, porque o fulano, mormente, o meu pai esteve aqui alguns... 12 ou 13 anos, neste moinho [o da Caveira no rio Ardila], quando eu era rapaz... e a minha mãe chegou a ter ali 50, 70 e 80 galinhas e meu pai tinha 15 e 20 porcos... tinha tudo. [...] E tinha ali uma vida boa. [...] Outros tinham menos» (Domingos Arranhado, antigo moleiro da Amareleja, entrevistado em 2000).

«Pois, [o moleiro até] vivia bem... em relação ao trabalhador do campo. Mas há aí duas coisas que ainda não te explicaram. Havia o moleiro e o moleiro ao quarto, que era como o trabalhador à jorna. Quando era ao quarto, a fazenda tinha que ganhar; o moleiro [ao quarto] foi sempre pobre. [...] E havia aqueles rendeiros, como os meus tios, que já tinham uma vida um bocadinho mais larga» (Guilherme Vermelhudo Paixão, antigo moleiro de Pedróvão, entrevistado em 2000).²⁴

²⁴ Quando existia mais do um moleiro a trabalhar à percentagem num mesmo moinho, estes dividiam entre si a correspondente porção das maquinas apuradas no moinho, ficando o restante para a fazenda.

O pagamento do trabalho do moleiro consistia na maquia, isto é, numa porção de grão ou de farinha que o moleiro reservava para si. Como noutras partes do país (Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 493), no contexto em estudo, as maquias da moagem não eram uniformes, variando de município para município, mas também de moinho para moinho e até num mesmo moinho. Nos concelhos portugueses banhados pelo Guadiana, em décadas mais recentes, essas maquias oscilaram entre os 5 e os 12%, por vezes, em razão do tipo de semente, sendo que a moagem do trigo tendia a ser mais barata do que a das chamadas «misturas» (aveia, cevada, centeio, milho e até bolota):

«A moagem das misturas era mais cara do que a do trigo porque as misturas dão quebra. Por exemplo, 50 quilos de cevada ou aveia dão sempre quebra aí de um quilo porque não são molhadas, são moídas enxutas. No tempo dos maqueiros, a maquia destas sementes era igual à do trigo, mas a quebra era à custa do freguês» (José Francisco Barradas, antigo moleiro da Estrela, entrevistado em 1994-1995).

A moagem do trigo, diferentemente da das misturas, não dava quebra, mas sim fundas ou aumentos devido à sua lavagem, que o moleiro acumulava para o moinho. O facto de alguns moleiros darem aos fregueses um volume de farinha de trigo igual ao montante de semente que lhe fora entregue, de fazerem «quilo por quilo», adquire sentido neste contexto, o que também sucede com a costumeira indicação de que «a água é o ganho do moleiro»:

«Nos moinhos, olhe, aquilo a gente trabalhava sem ordenado, está a perceber? Você levava um saco de 50 quilos de trigo, tinha que trazer 50 quilos de farinha. Era quilo por quilo, chamava-lhe a gente. Mas a gente tinha o aumento da água. O trigo é lavado e, depois, aquilo vai aumentar 10%. A água que se lhe deita dá aumento na farinha. E o nosso ganho era esse» (Hermelindo Monteiro, antigo moleiro de Moura, entrevistado em 1994-1995).

«Os moleiros éramos assim. Todos escapávamos bem. Eu só tinha que pegar num lápis e ver quantos quilos trazia cada um

[dos fregueses]. Assentava o nome da pessoa e a quantidade da semente. E fazia aquilo tudo junto. Nem tirava logo a maquia do trigo. Tirava quando tinha grandes moitões de farinha no chão; agarrava no saco e fazia logo o desconto. O que sobrase, sobrava ali farinha que era um disparate, era para mim. A água é que dava o aumento. Cada 1 000 quilos que moía, dava 100 quilos de aumento. Quem ganhava era o patrão» (António José Reis Monteiro, antigo moleiro de Moura, entrevistado em 1994-1995).

O uso de unidades de peso na definição do montante dos cereais e das farinhas é, no entanto, um fenómeno relativamente recente, que foi precedido pelo uso de unidades de medida, sendo que o litro foi preterido pelo quilo:

«Antigamente, não era a peso, era a litros; não havia cá percentagens. [As maquias faziam-se] com os maqueiros, umas medidas que havia de 1 litro, 2 litros, 10 litros... De um saco de 50 quilos tiravam-se 2 salamins, 4 litros. Depois, aí nos anos 1950, começou essa coisa dos 10% por causa das moagens. Nas moagens [industriais] era à percentagem e a gente começou a fazer as maquias como as moagens porque o freguês começou a abrir os olhos» (José Francisco Barradas, antigo moleiro da Estrela, entrevistado em 1994-1995).

«Primeiro, era com os maqueiros [caixas de madeira com uma certa medida]. Media-se com uma deca o trigo e, depois, tiravam-se os 10% com o maqueiro, o litro; havia de 10 litros e de 20 litros, não havia balança. De há 40 anos a esta parte, passou a ser a 8% quando ia o freguês e 10% quando o transporte era feito pelos meus primos [maquilões da casa]» (Francisco 'Bicho', antigo moleiro de Cabeça Gorda, entrevistado em 1994-1995).

Legalmente, todas as sementes moídas no moinho deveriam ser objeto de registo para determinar a respetiva contribuição industrial. Para o efeito, embora a maioria dos moleiros fossem analfabetos, os moinhos dispunham de um livro de registo, a cujas notações os moleiros frequentemente se furtavam, pelo ónus:

«Os moinhos pagavam um tanto de contribuição predial e um tanto de contribuição industrial. A predial era fixa, a industrial era conforme laborávamos. A gente tinha que ter um controle, a gente ia apontando aquilo que moía. Está claro que a gente não podia apontar tudo, senão aquilo era tudo para eles» (Manuel Brás Perico, antigo moleiro da Amareleja, entrevistado em 1994-1995).

«Os fiscais iam lá ao moinho mesmo, isso era muito rigoroso. A gente estava lá, tinha que ter um documento dos sacos que dizia ‘este saco é de fulano tal’, ‘este é de beltrano’, bom, conforme. Tínhamos que ter aqueles sacos todos apontados para que, quando chegassem, vissem; tinha que ter a escrita daquela semente toda feita, senão era o moinho lacrado. (E quem não sabia escrever?) Tinha que arranjar um escrevente, conforme havia. [...] Aqui, em Brinches, há dois ou três rapazes que estiveram num moinho assim» (José Inácio Sequeira, antigo moleiro de Brinches, entrevistado em 1994-1995).

O produto das maquinas da moagem de trigo e de outras sementes destinava-se ao consumo do moleiro, da sua família e dos seus animais, sendo o excedente vendido no moinho ou nas povoações, quer em casas particulares, quer em depósitos, onde a farinha de trigo podia ainda ser objeto de troca direta por semente, em regime de maquia, tal como era prática nos moinhos:²⁵

«[A farinha] vendia-se. As pessoas iam lá comprar, qualquer pessoa que não tinha, comprava. Muitas vezes, havia pessoas que tinham depósitos para venderem farinha; até se comprava trigo, fazia-se em farinha e, depois, vendia-se no depósito. Nós também tivemos um depósito, era nosso. Estávamos lá no Moinho da Volta, era eu rapaz, íamos vender a Cabeça de Carneiro, eu mais a minha mãe, nos fins-de-semana; tínhamos lá uma casa amiga, parávamos lá; tínhamos lá uma balança; levávamos um carrito que tínhamos, com uma besta, e íamos lá vender. As

²⁵ O trigo comercializado nos depósitos de farinha também provinha das requisições feitas ao Grémio da Lavoura, bem como das aquisições de semente aos produtores. Acerca do Grémio da Lavoura, ver José Cutileiro (1977 [1971]: 206-213).

«pessoas já sabiam, iam ali comprar a farinha» (José Manuel Torres, antigo moleiro de Mourão, entrevistado no Outeiro de Monsaraz em 1994-1995).

«Eu vendia a farinha em casa. O meu marido estava no moinho dos Machadinhos, que era do padraço. Ele trazia a farinha e eu vendia aqui [...]. Primeiro, era a 3 escudos o quilo e, depois, começou a ser a 3 e 200 e a última que eu vendi, há 24 anos, já era a 3 e 400» (Maria da Saudade Ferro, mulher de antigo moleiro de Serpa, entrevistada com o marido em 1994-1995).

No que respeita aspetos extraeconómicos, os antigos moleiros tendem a apreciar aquele que foi o seu ofício por lhes permitir muitas vezes trabalhar por conta própria e, sobretudo, ao ritmo pessoal, o que também sucedia quando laboravam por conta de outrem devido à sua condição de especialistas:

«Pelo menos, andava à minha vontade; nunca patrão nenhum me mandou trabalhar. E, quando ia, trabalhava para os outros, era criado, eles eram patrões, mas eu é que mandava, que eu é que sabia. Lá dentro do moinho, eu é que punha e dispunha. Nunca andei debaixo dos pés de ninguém» (António Sequeira, antigo moleiro de Brinches, entrevistado em 2000).

Por outro lado, o ofício dos moleiros é pelos seus antigos praticantes positivamente caracterizado por sociabilidades prazenteiras com e entre os fregueses do moinho:

«Quando os fregueses lá iam, aquilo era uma festa; bebiam vinho, comiam peixe frito, andavam de paródia... era uma coisa bonita. Aí a esses Moinhos da Barca... havia uns gajos que vinham além da Vidigueira a vender vinho aqui a Moura e, depois, dormiam ali no moinho da Barca já por causa dos peixes. A gente já sabia, apanhava os peixes e fazia a caldeirada. Era um festejo, essa noite» (António José Reis Monteiro, antigo moleiro de Moura, entrevistado em 1994-1995).

«Vinha o freguês e perguntava de caldeiradas. O Manuel, que era o mais velho, ou eu íamos a ver de peixe. Fazíamos uns cevadou-

ros, eh, vinham aquelas tarrafadas cheias de peixe. Fazíamos a caldeirada e, depois, sentávamo-nos de roda de um alguidar grande, um barrenhão, que tínhamos e tudo de roda da mesa. Eu era o mais novo, era sempre o castigado. Eu ficava ao serviço e eles a comer e a beber. Até que cheguei aos 22 ou 23 anos, digo-lhes aqui assim: ‘ó rapazes, isto não tem sentido nenhum, agora passa a ser de outra maneira; em havendo aqui uma pândega de vinho, um dia eu, outro dia tu e outro dia o outro’. Trabalhávamos lá os três. Bom, assim foi. Mas os meus irmãos não tinham sentido para aquilo, eu estava cá sentado: ‘Zé, vai lá a ver que a farinha não vai boa’» (José Ramalho, antigo moleiro de Montes Juntos, entrevistado em 1994-1995).

Em muitos casos, de Verão, havia inclusivamente lugar à realização de bailes em alguns moinhos ou nas suas imediações:

«Isto, em vindo o Verão, era um mimo. Vinha gente dar banhos, levavam 15 ou 20 dias dando banhos. Os moleiros... havia sempre bailes nesses moinhos. Neste moinho [Azenha de Quilos] e naquele [Azenha do Vau de D. Isabel], tanta gente que vinha aí bailar, dançar com as moças, era a toque de flauta e a canto, de Verão. Havia muita gente aí nesses montes, muita moça e muito moço. Passavam de barco, vinham até aqui [ao moinho]» (José Inácio Sequeira, antigo moleiro de Brinches, entrevistado em 1994-1995).

Apesar de tudo, na perspetiva dos antigos moleiros, o seu ofício não estava isento de espinhos e dificuldades. Um dos problemas apontados prende-se com o isolamento dos moinhos e a solidão que muitas vezes experimentava aqueles que aí trabalhavam:

«A vida nos moinhos era uma vida [...] muito sozinha. A gente levava dias e noites naqueles ermos. Era a nossa vida. E além trabalhávamos e além vivíamos e além estávamos e íamos de oito em oito dias à aldeia; naquele tempo, era assim. O nosso dia [de folga] não tinha sábados nem domingos, era quando havia vagar» (Guilherme Vermelhudo Paixão, antigo moleiro de Pedrogão, entrevistado em 2000).

«Isto é bom de compreender; a gente, lá no moinho, tínhamos que trabalhar de dia e de noite, ou dormia-se de dia e de noite. Porque aquilo era assim: se havia freguesia, havia trabalho, tínhamos que trabalhar de dia e de noite; outras vezes, havia aqueles períodos, por exemplo, das sementeiras, não aparecia lá ninguém, um gajo até se aborrecia; um gajo às tantas almoçava, não tinha nada a fazer, deitava-se. À noite, punha-se ali, aquilo era um deserto, não havia rádio, nem televisão e, então, a gente aborrecia-se; às tantas, vá, quando eram 7h30, 8 horas, estávamos deitados. Os pescadores, às vezes, apareciam lá e eram quem fazia a nossa companhia, muitas das vezes, eram os pescadores. Marchavam, por exemplo, de Pedrogão, começavam a pescar até lá acima, ficavam lá até de madrugada e, depois, continuavam à pesca e iam vender o peixe» (Virgulino Carapinha Vicente, antigo moleiro de Pedrógão, entrevistado em Beja em 1994-1995).

Outro aspeto problemático do ofício dos moleiros mencionado pelos antigos praticantes tem a ver com a sazonalidade decorrente da falta e do excesso de água que inviabilizavam a moagem nos moinhos do Guadiana – e nos seus afluentes e subafluentes e ainda nos tributários destes – e que muitas vezes se traduzia em mobilidade laboral ou no desempenho de outras ocupações:

«No Verão, ainda me lembra de os moleiros não terem água. O serviço deles era ir arranjar o caminho para passarem no Inverno; tapavam aqueles buracos com pedras e mato que era para, depois, no Inverno, quando viesse a água à ribeira, começarem a transitar pelo caminho. Agora é que se estranha de a Guadiana secar, mas eu não estranho porque ainda cheguei a ver a Guadiana seca, passar de um lado ao outro sem molhar as botas tampouco. Os [moleiros] que não tinham motor, tinham que ir às fábricas. Aqui, em Serpa, havia duas. Falavam com os donos, cá está a tal maquia, faziam um cambalacho, eram cinco para ti, cinco para mim, dividiam até que viesse a água. Outros iam fazer a aceifa até que viesse a água» (Manuel Felício Paulista, antigo moleiro de Serpa, entrevistado em 1994-1995).

«No Inverno, não se podia trabalhar nos moinhos da Guadiana porque os moinhos estavam debaixo de água [...] (O que fazia

nessas alturas?) Ia moer para o moinho do Inchado no Lucefecit. (O que levava?) Só levava, num carro, numa carroça, de frete, algumas coisas para trabalhar, para poder joeirar os trigos e amanhar... Levava a roupa e uma panela, pronto. Era só quase abrir a porta. Estava tudo preparado. O que pertencia ali ficava lá tudo, cambeiros e isso. Eu ficava lá até que a Guadiana baixasse. Quando o Lucefecit enchia, ali meio dia, esperávamos ali que ela baixasse. A Guadiana levava meses. [...] Dormíamos lá dentro do moinho, fazíamos lá o comer e tudo. Estava lá mais um companheiro, estava lá por minha conta, eu pagava-lhe dinheiro [de jornas] e dava-lhe de comer» (Venâncio Silva, antigo moleiro de Montes Juntos, entrevistado em 1994-1995).

«De Inverno, quando o moinho [de Calvinos] estava parado, a gente não trabalhava por fora, mas tínhamos sempre coisas a fazer: semear a sesmária do moinho, apanhar bolota e azeitona, cortar árvores e amanhar os caminhos; em havendo uma vaga, tinham que se ir amanhar os caminhos; era tudo chapadas e barreiras grandes, tinham que se amanhar» (Domingos Pinto, antigo moleiro de Monsaraz, entrevistado em 1994-1995).

«A gente ali [nos Moinhos do Meirinho] nunca chegou a ir moer a lado nenhum. [...] A gente, quando entra para esses moinhos, vai sempre guardando um pouquinho das amassaduras. Eu estava ganhando a minha percentagem; ia juntando [as maquias] numa saca daquelas grandes e, de 15 em 15 dias, ou todos os meses, partia a farinha com o rendeiro do moinho. E ganhava a amassadura, eram 10 quilos de farinha por semana. A gente tinha lá a farinha guardada para quando havia as cheias; trabalhava no Verão para comer de Inverno. [No Inverno], tinha lá um barco e tresmalhos e eu mais outro íamos à pesca para vender [...]. Dava para os condutos e tínhamos a farinhita certa» (António José Reis Monteiro, antigo moleiro de Moura, entrevistado em 1994-1995).

É de salientar que a pesca de que fala este depoimento era uma atividade exercida pela generalidade dos moleiros, praticamente ao longo de todo o ano. Mas eram poucos os que pescavam para vender, fazendo-o essencialmente para o consumo da casa e dos fregueses. As artes de pesca utilizadas eram então o tresmalho e a atarrafa, ambas

apropriadas para pescar em qualquer altura do ano. Mas também se utilizavam outros aparelhos, designadamente, a nassa, o guito e a corda ou palangre nos períodos em que as águas se encontram turvas, bem como o galricho e o caneiro na Primavera. Na área do Guadiana a jusante do Pulo do Lobo, o conto era igualmente de uso comum para a pesca do sável e da lampreia.²⁶

A atividade da pesca implicava frequentemente o uso de pequenas embarcações, embarcações essas existentes na grande maioria, senão na totalidade, dos moinhos. Normalmente construídas em madeira, por vezes, essas embarcações destinavam-se também ao transporte de sacos de semente e de farinha entre o moinho e as margens do rio, podendo ser ainda utilizadas no transporte de pessoas, bens e animais de pequeno porte. Já o transporte de cargas, animais de grande porte e rebanhos de gado era feito pelas barcas de passagem, públicas e privadas (Silva 2005).²⁷ Mas, na Primavera e no Verão, a comunicação entre ambas as margens do Guadiana também se fazia através de cerca de duas dezenas de vaus ou portos de passagem, entre eles os vaus de Juromenha e de Cheles, bem como os da Barca, do Porto de Évora, de Moura ou Pedrógão, do Laço, da Canada, de D. Isabel, de Corte Sines e da Bombeira (ver Costa 1991: 69).

Paralelamente, os entrevistados consideram o ofício de moleiro muito trabalhoso por causa dos sacos que era preciso carregar e pelo facto de implicar uma dedicação amiúde permanente, quer na lida do

²⁶ Sobre a pesca no Guadiana a sul do Caia, ver Baldaque da Silva (1991 [1891]), Fernando Costa, Maria Franca e Maria Lopes (1987) e ainda Alfredo Ghira (1888). Acerca da pesca na Extremadura espanhola, ver Inacio Puche (1959) e Julian Mora (1988).

²⁷ Vitorino d'Almada (1891: 171) reporta que os moinhos próximos de Elvas – o da Cascalheira, o do Picão, o do Organista, o do Porto, o da Safra e os de São Rafael – tinham uma barca, pelo que usavam cobrar «40 rs. de cada passageiro e pouco mais ou menos o mesmo de cada volume que transportam». Segundo o autor, a possibilidade de exploração privada de barcas no Guadiana, criada por uma deliberação das cortes em 1821, motivou a desistência da exploração municipal da barca que navegava no porto de Olivença, mandada instalar aquando da incorporação desta povoação na coroa Portuguesa pelo tratado de Alcanizes. Sobre a barca de Mértola, ver Joaquim Boiça, Rui Mateus e Júlio Appleton (2013).

moinho, quer a carregar sacos, quer na vigilância dos caudais de água, como mostram os depoimentos abaixo apresentados:

«Era um ofício como outro qualquer, conquanto era muito trabalhoso [e] muito sujo. Tinha que se andar todo o dia carregando sacos de um lado para outro, uns mais pesados, outros mais leves, conforme quanto tinham. Ah, era a vida da gente» (José Rito, antigo moleiro de Montes Juntos, entrevistado em 1994-1995).

«(O moleiro tinha um ofício trabalhoso?) Trabalhoso, mas trabalhoso. Chegavam a lá estar dois, três, por ano e vinham-se embora. Mesmo mestres, mesmo de toda a vida, vinham-se embora. Aquilo não tinha horas, aquilo não há horas; no moinho, não há horas. E algum bocado, às vezes, algum bocado quando podiam ter horas de descanso, [tinha que estar olhando] para a ribeira. De Inverno, ora baixa, ora sobe, ora baixa, ora sobe, aquilo era um trabalhão. Há as cheias... Nesse tempo, era uma miséria. Nesse tempo, tinha-se que tirar [tudo de dentro do moinho] e, depois, as cheias iam subindo e tinha-se que tirar de novo e vinham cheias ainda maiores, continuava a chover e a subir, subir e, então, lá se mudava outra vez tudo» (Domingos Arranhado, antigo moleiro da Amareleja, entrevistado em 2000).

Quando o moinho trabalhava durante a noite, o que era habitual quando os caudais de água assim o permitiam, o moleiro dormia o designado «sono dos ratos», de vigilância parcial, com uma enxerga de palha e umas mantas, erguendo-se ao soar do chocalho inserido na moega para a atestar:

«O meu pai nunca abalava do moinho; só estando doente é que não dormia lá. [...] Tinha uma tarimba lá dentro do moinho [do Rode-te]. Era logo àquele canto de lá, era uma pedra, era ali a tarimba, era ali que ele dormia e encantado da vida. A cama era uma esteira de buinho, [com] uma manta ali em cima da esteira. Em ouvindo o chocalho, lá se levantava para encher a moega. Enchia, punha a argola do chocalho na cegonha; depois, ficava descansado até que se acabasse aquele trigo na moega» (Inácio António Crespim, antigo acarretador de São Romão, entrevistado em 1994-1995).

«A gente dormia lá no moinho, nem camas tínhamos tampouco; era uma esteira de buinho e pronto, era onde a gente dormia. Aquilo era trabalho que a gente dormia pouco tempo; enchíamos as moegas de trigo, caíam as falhas, pronto» (José Monteiro, antigo moleiro de Moura, entrevistado em 1994-1995).

A iluminação do moinho (e do monte) era feita com uma candeia de azeite, mais tarde de petróleo. Por regra, enquanto existissem condições propícias à laboração, os moinhos não encerravam, nem nos dias festivos, muitas vezes celebrados no local, exceto na Quinta-feira da Ascensão (Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 488). Quando o moleiro tinha que se ausentar do moinho, caso não tivesse companheiros de trabalho ou outra qualquer pessoa que o pudesse guardar, recrutava alguém para realizar essa tarefa, sendo que o moinho não podia ser abandonado.

Os antigos moleiros consideram ainda o seu ofício perigoso, por diferentes motivos. Por um lado, existiam os riscos associado à montagem e à desmontagem das mós (perda eventual de membros), bem como à picagem das pedras (lesões nos olhos e nas mãos), feita com picões e picadeiras de ferro, conforme o tipo de pedra:²⁸

«O que era mais custoso era picar as mós, eram pedras com 700 e mais quilos, mas aquilo era uma questão de jeito. (Como faziam?) Levantávamos um lado da mó andadeira, púnhamos uma cunha e íamos repetindo a operação até podermos colocar dois rolos de baixo da pedra. Depois, fazíamos rolar essa mó sobre a mó debaixo, para um dos lados e, com uma alavanca inserida no olho, fazíamos com que a mó descaísse na vertical até assentar, virada ao contrário, sobre o cavalo e a espera [previamente posicionados]. (Mas isso era perigoso, não?!) Era, era, porque a mó podia safar-se e apanhar um braço ou uma perna da pessoa» (António Burrihas, antigo moleiro de Vila Boim, entrevistado em 1994-1995).

«Quando picávamos as mós, as mãos ficavam escorrendo sangue; púnhamos uma vassoura assim pequena à frente da mão, as fagulhas que se safavam da vassoura vinham caminho dos de-

²⁸ Acerca da picagem das mós dos moinhos de água e de vento e dos instrumentos usados na picagem em Portugal, ver Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira (1983: 358-371, 383-385).

dos» (Manuel Felício Paulista, antigo moleiro de Serpa, entrevistado em 1994-1995).

A frequência com que eram picadas as mós, considerada uma das mais trabalhosas atividades do ofício do moleiro, dependia, naturalmente, da natureza da pedra e do uso que se lhes dava:

«[A picagem das mós] era conforme elas moíam. Havia mós que tinham que ser picadas todos os dias, havia outras que levavam ali dois dias ou coisas assim; a gente ali [no Moinho dos Bugalhos] quase todos os dias picava uma; dia sim, dia não, era uma mó picada. Tem que se desmanchar tudo, tem que se por tudo ali de patas ao sol, poem-se em cima do cavalo, que é um pau de azinho, tem a espera...» (Manuel Felício Paulista, antigo moleiro de Serpa, entrevistado em 1994-1995).

«A picadura era como o trabalho. Se a gente punha uma alva que trabalhasse muito, antes de dois ou três dias tinha que ser picada... às vezes, até menos, conforme a laboração que aquilo dava; se moesse dia e noite, dia sim, dia não, tinha que ser picada. E a outra, a rala, demorava oito dias; mesmo moendo dia e noite, durava oito dias antes de ser picada. A francesa leva mais tempo, leva aí um mês» (Guilherme Vermelhudo Paixão, antigo moleiro de Pedrogão, entrevistado em 2000).

Por outro lado, os antigos moleiros consideraram o seu ofício arriscado por causa do contacto frequente com a água, entre eles o risco de afogamento, sobretudo durante as cheias, especialmente as vinham fora de época, isto é, as que resultavam de trovoadas estivais:

«Era [uma vida] trabalhosa e arriscada, por causa das cheias... Eu não olvido aquele ano... O meu irmão, aquilo... estava moendo com o motor, veio um enxurro de água, tapou a porta do moinho [da Solitária no Enxoé], tiveram que sair por cima. Tiveram que furar a abóbada do moinho, hei; vá lá que este moinho é feito em tijolo; [...] se fosse um moinho da Guadiana, ficavam lá dentro. Tinham morrido afogados. Não eram capazes de estoirar [a abóbada]. É por isso que é a primeira a coisa a tirar-se, vem uma cheia, é a porta do moinho» (Hermelindo Monteiro, antigo moleiro de Moura, entrevistado em 1994-1995).

«A vida de moleiro foi uma vida muito triste. Só o que a gente penámos quando vinham cheias e a gente estarmos a tirar sacos e mais sacos para não deixar abalar nada, as limpaduras, fagulhas e essas coisas todas e saindo do moinho dando a água já ao pescoço... [...] Era uma vida muito má. E no Meirinho então... Estive lá 10 meses por conta do Bento e tinha uma malhada ruim lá em cima no olival. Aquilo apareceu uma trovoada e tinha o moinho cheio de sacos, trigo e farinha, tinha lá 30 e tal ou 40 sacos. Se não era a minha mulher ajudar-me... e tinha as minhas filhas. Saímos de lá banhando os dois, eu agarrado à minha Maria para não abalarmos. Eram 2 horas da manhã. [...] Não se via nada e eu a carregar trigo. A primeira coisa que de lá tirei foram as crianças. Pulas ali num cascalho à parte de cima do moinho. Faltou pouco para abalarmos água abaixo. Eu tirando os sacos todos lá de dentro, fugindo, todo molhado. [...] A minha mulher apanhando farinha do chão, quando eu vinha, já ela tinha outro saco, punha-os em cima das pedras que eu já não era capaz de carregar um saco do chão para... já me doíam os rins de tanto trabalhar. Lá dentro, havia um candeeiro de asa e eu alumiaava-me cá fora com os relâmpagos, e carreguei tudo lá para a chapada. As crianças... a mais velha tinha seis anos. Já não fiz caso das limpaduras; moitões ali naqueles cantos das abóbadas e fagulha, isso abalou tudo. A última coisa, tirando a gente, foi o cavalo. Andava já a água a meias abóbadas. Não havia ninguém que nos socorresse» (José Monteiro, antigo moleiro de Moura, entrevistado em 1994-1995).

Paralelamente, os entrevistados dizem que o contacto com a água, sobretudo com a água fria, causava hipotermias, dores do foro reumático e broncopneumonias:

«De vez em quando, entrava um cascalho pela adufa do moinho e travava-se a roda. Às vezes, a mulher estava cá em cima aquecendo vinho e eu vai de mergulhar lá abaixo [ao poço]. Vinha para cima com o corpo vermelho que nem um pimento; as partes nem as sentia, com o frio; deitava-lhe um copo de vinho quente pelas goelas abaixo e pronto. O moinho que me castigou mais foi o do Meirinho porque as paredes, quando a gente ia lá abaixo desencascalhar o moinho, deixavam passar muita água; aquilo parecia um chuveiro. Punha um chapéu velho na cabeça para a água

não me fazer diferença. Penava-se muito. Eu sofri muito de reumático aqui há uns anos por causa disso» (Hermelindo Monteiro, antigo moleiro de Moura, entrevistado em 1994-1995).

«Era [um ofício] trabalhoso e velhaco. (Velhaco, porquê?) Porque muitas das vezes a gente tinha que andar metido dentro da água. De Verão, era bom, melhor do que aquilo não podia ser, mas, de Inverno, era ruim. Muitas vezes, a gente, nas deitadas fora, a ribeira enchia... tinha que tirar tudo [de dentro do moinho]... descalço, despido e tudo para tirar de lá as coisas. Era uma arte sempre ruim. Já lhe disse que os moleiros morriam todos com catarrais, chamavam-lhe nesse tempo, que eram broncopneumonias, e dores, de andar metido naquelas águas frias» (José Monteiro, antigo moleiro de Moura, entrevistado em 1994-1995).

Os antigos moleiros dizem que o ofício provocava ainda problemas pulmonares devido à presença constante de poeiras no moinho:

«Pois, aquilo era um ofício muito mau porque havia muito poeiredo, o pó... (O pó das farinhas?) Pois, então. Eu estou arrumado também por causa disso. O meu mal também é a asma, a gente arranja uma porra de asma e... daquele poeiredo e daquela coisa... Tanto que, quando eu adoeci, que sou doente do coração, o doutor disse-me logo, ‘feche-lhe já a porta e vá-se embora, senão’...» (António Sequeira, antigo moleiro de Brinches, entrevistado em 2000).

«Era uma vida de sacrifícios e de doenças. Os moleiros morriam novos. Estes agora já duram mais anos porque já acabou, não é como [no tempo] do meu avô e dos meus tios. O meu avô morreu com 48 anos, era moleiro; os meus tios morreram com 50 e poucos. Eu é que já tive outra vida, já pude viver mais anos. (Porque é que morriam?) Porque aquilo havia muito pó, o trigo era debulhado no chão e, depois, aquela poeirada... punham-se ali a joeirar e aquela poeirada vinha para os pulmões e dali entupia e era bronquites e aquelas coisas. Aquilo os pulmões iam num instante. [...] Na minha família, morreram todos muito novos por causa disso» (Guilherme Vermelhudo Paixão, antigo moleiro de Pedrogão, entrevistado em 2000).

Parte destas doenças são já mencionadas no estudo que o médico italiano Bernardino Ramazzini (2016 [1700]: 142) publicou no limiar do século XVIII acerca das patologias dos trabalhadores, na circunstância, os moleiros:

«Considero também oportuno ocupar-me dos moleiros de grãos que sempre estão brancos de pó por causa das partículas volantes dos grãos triturados em finíssimo polvilho que enchem o âmbito da moenda onde, queiram ou não, empoeiram-se a boca, o nariz, os olhos, as orelhas e todo o corpo; não poucos se tornam asmáticos e até hidrópicos. Ficam herniados enquanto carregam aos ombros sacos de trigo e de farinha, pois relaxa-se ou rompe-se o peritônio; e porque vivem dia e noite entre o estrépito das rodas e mós e o ruído da água que se precipita de cima, são geralmente surdos, pois o tímpano dos ouvidos, golpeado fortemente, fica como se açoitassem repetidamente e perde seu tom. Chama atenção que padeiros e moleiros sofram de pitiríase, isto é, de enfermidade dos pés, a ponto de o vulgo, por gracejo, denominar de ‘pugas brancas’ os piolhos dos moleiros. Adquirem-nos porque andam sempre com roupas sujas, não as trocando até para dormirem, embora não esteja evidenciado que a mistura da farinha com a sujeira do corpo, na verdade, contribua para o aparecimento dos ditos animálculos; certo é que, não obstante, quase todos os moleiros andam cheios deles».

Para remediar tais maleitas, Ramazzini (2016 [1700]: 143) aconselha:

«Aplicam-se a padeiros e a moleiros os mesmos cuidados quando padecem distúrbios por terem aspirado farinhas; se saem hérnias porque carregam fardos pesados, usem cintas, as quais também servem como medida preventiva do mal; são estes os conselhos. Para afugentar a peste dos piolhos, o principal é cuidar muito da limpeza e da mudança de roupa. Recomendo, em particular, banhos com decoctos de absinto, centúria e tremoço, porém G. Sereno, nestes distúrbios mórbidos, prefere o farelo misturado com vinagre; são mais eficazes os linimentos em que entre mercúrio extinto com saliva, sendo também convenientes os panos de linho que os ourives usam para alisar vasos depois da douração».

Finalmente, segundo os moleiros em perspectiva, o seu ofício caracterizava-se pela precariedade, concretamente pela falta de estabilidade laboral resultante da informalidade das modalidades de exploração dos moinhos e de contratação dos moleiros:

«As rendas [dos moinhos] era conforme se combinava. Eram tantos moios de trigo ou de farinha ou em dinheiro. (E se aparecia alguém que dava mais de renda?) Se aparecia alguém que dava mais de renda, os moinhos mudavam de rendeiro» (Manuel Leal Frade, antigo moleiro da Aldeia da Luz, entrevistado em 1994-1995).

«Aquilo não era um trabalho certo como é agora o contrato. Não havia contrato, era a dias. Não tinha ordenado. Daquilo que a gente trabalhava é que saía o dinheiro para a gente. Não havia compromisso com o patrão, não havia nada. Andávamos bem um com o outro, estávamos lá; não andávamos bem um com o outro, pronto, saía. Enquanto não fosse [trabalar] para outro [moinho], trabalhava por fora, à jorna» (Francisco Manuel Aleixo, antigo moleiro de Serpa, entrevistado em 1994-1995).

Tendo em conta que a aprendizagem era normalmente transmitida de pais para filhos, vimo-lo anteriormente neste capítulo, é significativo que a maior parte dos antigos moleiros por nós entrevistados não tenham ensinado aos seus filhos a arte que haviam aprendido com os seus ascendentes, nem tão-pouco terminado a sua vida ativa no desempenho do ofício, devido essencialmente à perda de rentabilidade do mesmo, o que se acentuou a partir da década de 1960, com o correlato esvanecer do modo de vida camponês em Portugal que Jorge Dias e a sua equipa procuraram retratar.

As razões que ditaram o fim da moagem tradicional atribuem-nas os antigos moleiros do Guadiana ao advento e à difusão das fábricas de moagem, ao favorecimento destas por parte do Governo Central (diretamente através de subsídios e indiretamente pelo avolumar dos impostos aplicados aos moinhos), bem como ao incremento do fabrico e à generalização do consumo de pão comercial ou de padaria, considerado de qualidade muito inferior à do que era amassado com farinha moída nos moinhos hidráulicos. Aliás, ao que apurámos, antigamente, o pão de padaria ou de padeiro só era consumido por pessoas em

circunstâncias económicas muito deficitárias, que não tinham possibilidades de elaborar a sua própria amassadura.

O abandono a que os moinhos do Guadiana estão votados há algumas décadas provoca nos antigos moleiros com quem falámos um estado de tristeza e nostalgia, sobretudo porque os moinhos marcaram fortemente as suas vidas e as dos seus ascendentes, embora a sua desativação seja por eles encarada com alguma naturalidade, como resultado da evolução social e tecnológica, que também significou o desaparecimento de outros ofícios tradicionais, como o de pisoeiro e o de abegão, entre outros.

A presença dos moinhos na atividade onírica de um antigo moleiro de Brinches, António Sequeira, é, no tocante à ligação emocional entre o moleiro e o moinho, paradigmática:

«(Tem saudades dos moinhos, não?) Então não!?!; tenho, tenho, tenho. A gente [...] que tem amor à arte e que trabalhou com vontade, nunca se esquece daquelas coisas. Nunca se esquece, está-se sempre sonhando de noite, sonhando com aquela... labuta. Oh, tanta vez, tanta vez de noite que acordo com aquilo, a gente dentro do moinho além e as aflições, às vezes, com a água, que já entrou tudo para dentro do moinho... assim. Tanta vez».

A submersão a que foram sujeitos os moinhos inseridos na área do regolfo da barragem do Alqueva e do açude de Pedrogão é pelos antigos moleiros encarada como um mal menor e até com alguma indiferença, sendo inclusivamente merecedora de comentários irónicos, entre eles o de que os moinhos passaram a ser a nova moradia dos peixes. Em parte, tal posicionamento deve-se ao facto de os moinhos terem deixado de laborar há décadas, encontrando-se desprezados, para utilizar um termo usual nos discursos dos nossos interlocutores. O facto de essa submersão significar a concretização de um projeto há muitos anos desejado na região do Alentejo, a construção da barragem de Alqueva, é, no entanto, a razão principal. Verbalizada por muitos dos últimos moleiros do Guadiana, a ideia de que «o Alentejo precisa de água, não de moinhos» é, neste ponto, ilustrativa.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, Pe. Francisco Manuel [Abade de Baçal]. 2000 (1947). *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museus, Museu do Abade de Baçal, Tomo IX.
- Abreu, Maurício, e Fernandes, José Manuel. 1990. «Guadiana», in *Rios de Portugal*. Lisboa: Gradiva, 204-227.
- Afreixo, José Maria da Graça. 1993 (1884). *Memória Histórico-Económica do Concelho de Serpa*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa.
- Appadurai, Arjun (ed.). 1986. *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- D'Almada, Victorino. 1889-1891. *Elementos para um Dicionário de Geografia e História Portuguesa. Concelho de Elvas e Extinctos de Barbacena, Vila Boim e Vila Fernando*. Elvas, Volumes I, II e III, s.v. «Ajuda», «Atafona» e «Barca».
- Baldaque da Silva, António Artur. 1991 (1891). *Estado Actual das Pescas em Portugal. Compreendendo a pesca marítima, fluvial e lacustre em todo o continente do Reino, referido ao ano de 1886*. Lisboa: Reedição fac-similada promovida pelo Banco de Fomento e Exterior.
- Baptista, Fernando Oliveira, Brito, Joaquim Pais de, e Pereira, Benjamim (coord.). 1996. *O Voo do Arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia.
- Barros, Henrique da Gama. 1950. *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 2.^a edição, Tomo IX.
- Bloch, Marc. 1935. «Avènement et conquêtes du moulin à eau», *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, 36: 538-563.
- Boiça, Joaquim, Mateus, Rui e Aplleton, Júlio. 2013. *A Travessia do Guadiana em Mértola. As Barcas e a Ponte*. Mértola: Associação de Defesa do Património de Mértola.
- Borges, Luís Figueira. 1986. *Monografia de Pias*. Pias: Edição de autor.
- Borges, Nelson Correia. 1980-1981. «As origens do fabrico do pão», *História*, n.º 26 e 27: 37-43.

- Borges, Nelson Correia. 1981a. «Moinhos rotativos», *História*, n.º 28: 62-69.
- Borges, Nelson Correia. 1981b. «Moinhos hidráulicos», *História*, n.º 29: 66-74.
- Braga, Teophilo. 1876. *Antologia Portuguesa*. Porto: Livraria Universal.
- Branco, Jorge Freitas. 2009. «Antes e agora: paisagens tecnológicas». In Mário Ferreira Lages e Artur Teodoro de Matos (orgs.), *Portugal, Percursos de Interculturalidade*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo, I. P., 264-312.
- Brito, Joaquim Pais de. 1989. «O atlas etnológico e a carta das fogueiras anuais», in Fernando Oliveira Baptista, Joaquim Pais de Brito, Maria Luísa Braga e Benjamim Pereira (eds.), *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 521-536.
- Cardozo, Coronel Mário. 1959. «A mó e a farinha, o forno e o pão», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 17 (1-4): 235-248.
- Carvalho, António Lopes de. 1951. *Os Mesteres de Guimarães*. Guimarães: Edição de autor, Vol. VII.
- Castelo-Branco, Fernando. 1959. «Os moinhos na economia portuguesa», *Revista Portuguesa de História*, VIII: 36-44.
- Correia, Patrícia. 2003. «Caracterização dos edifícios de moagem», in Maria João Lança (ed.), *No Tempo dos Moinhos do Guadiana e Outros Tempos*. Beja: EDIA, S.A., 33-60.
- Cosme, João. 1982. *Nótulas de Estudo sobre o Concelho de Mourão*. Mourão: Edição de autor.
- Cosme, João. 1994. *O Alentejo a Oriente D'Odiana (1600-1640). Política, Sociedade, Economia e Cultura*. Lisboa: Edições Cosme.
- Costa, Fernando Correia da, Franca, Maria de Lourdes Paes da, e Lopes, Maria de Fátima Rosa. 1987. *Contribuição para o Conhecimento da Pesca no Rio Guadiana, em Particular no Baixo Guadiana*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação das Pescas.
- Costa, Francisco Dias da. 1991. *Maravilhoso Guadiana. As Grandezas, as Misérias, o Mistério: Entendimento de um Rio*. Caridade – Reguengos de Monsaraz: Centro Cultural Caridadense 1.º de Maio.
- Cutileiro, José. 1977 (1971). *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa editora.
- Dias, António. 1942. «Etnografia – moinhos e moleiros», *Altitude*, II-III: 98-101.
- Dias, Jorge. 1948a. *Vilarinho da Furna. Uma Aldeia comunitária*. Porto: Instituto de Alta Cultura.

- Dias, Jorge. 1948b. *Os Arados Portugueses e as Suas Prováveis Origens*. Porto: Instituto de Alta Cultura.
- Dias, Jorge. 1949a. «O pio de piar os milhos», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XII, 1-2: 173-178.
- Dias, Jorge. 1949b. «Um ‘metate’ em Vilarelho da Raia», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XII, 1-2: 173-178.
- Dias, Jorge. 1953. *Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril*. Porto: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.
- Dias, Jorge. 1968. «Moagem tradicional», in Joel Serrão (org.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, Vol. III.
- Dias, Jorge. 1993a (1964). «Moinhos portugueses», in *Estudos de Antropologia*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, Vol. II, 173-219.
- Dias, Jorge. 1993b (1964). «Maneiras dos homens acartarem em Portugal», in *Estudos de Antropologia*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, Vol. II, 375-378.
- Dias, Jorge. s/d. *Aspectos da Vida Pastoril*. Porto: Junta Distrital do Porto.
- Dias, Jorge, e Galhano, Fernando. 1950. «Moinhos de descascar milho miúdo e o mijolo brasileiro», *Actas do XII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Lisboa, Tomo VIII, 325-334.
- Dias, Jorge, e Galhano, Fernando. 1953a. *Aparelhos de Elevar a Água de Rega: Contribuição para o Estudo do Regadio em Portugal*. Porto: Junta de Província do Douro-Litoral.
- Dias, Jorge, e Galhano, Fernando. 1953b. «Algumas relhas de arados portugueses actuais», *Sep. de XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Tomo VIII, 7ª secção, Ciências Históricas e Filológicas. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Dias, Jorge, e Galhano, Fernando. s/d. *Atlas Etnológico de Portugal Continental*. Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Instituto de Alta Cultura.
- Dias, Jorge, Oliveira, Ernesto Veiga de, e Galhano, Fernando. 1959a. *Sistemas Primitivos de Moagem em Portugal. Moinhos, Azenhas e Atafonas. I. Moinhos de Água e Azenhas*. Porto: Instituto de Alta Cultura.
- Dias, Jorge, Oliveira, Ernesto Veiga de, e Galhano, Fernando. 1959b. *Sistemas Primitivos de Moagem em Portugal. Moinhos, Azenhas e Atafonas. II. Moinhos de Vento*. Porto: Instituto de Alta Cultura.
- Dias, Jorge, Oliveira, Ernesto Veiga de, e Galhano, Fernando. 1994 (1963). *Os Espigueiros Portugueses. Sistemas Primitivos de Secagem e Armazenagem de Produtos Agrícolas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- Escalera, Javier, e Villegas, Antonio. 1983. *Molinos y Panaderías Tradicionales*. Madrid: Editora Nacional.
- Espanca, Pe. Joaquim José da Rocha. 1984. *Memórias de Vila Viçosa*. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, Vol. 18.
- Espanca, Pe. Joaquim José da Rocha. 1983-1992. *Memórias de Vila Viçosa*. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, 36 Vols.
- Felgueiras, Guilherme. 1984. «Moinhos e azenhas no Alto-Minho inertes ou decadentes», *Cadernos Vianenses*, Tomo VIII: 199-207.
- Galvão, Armando, Mosca, Francisco, Amador, Jorge e Barnabé, José. 1979. *Contribuição Para o Estudo Etnográfico dos Moinhos do Guadiana*. Beja: Casa da Cultura de Beja, Instituto da Juventude.
- Galhano, Fernando. 1967. «Algumas notas sobre a debulha de cereais», *Geographica*, 10: 21-33.
- Galhano, Fernando. 1972. «Carro de bois transmuntano», *Geographica*, 30: 59-74.
- Galhano, Fernando. 1973. *O Carro de Bois em Portugal*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia.
- Galhano, Fernando. 1978. *Moinhos e Azenhas de Portugal*. Lisboa: Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos, Secretaria de Estado da Cultura.
- Ghira, Alfredo. 1889. *Relatório sobre a Pesca Marítima e Fluvial e Indústria da Pesca do Distrito Marítimo de Vila Real de Santo António*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Gil, Maria Olimpia da Rocha. 1965. «Engenhos de moagem no século XVI (técnicas e estruturas)», *Do Tempo e da História*, I: 161-192.
- Gonçalves, José Pires. 1961-1962. «Monsaraz e o seu termo. Ensaio monográfico», *Boletim da Junta Distrital de Évora*, n.º 2-3: 1-158, 267-357.
- Guita, Rui. 1991. *Moinhos de Água do Concelho de Mértola*. Mértola: Associação de Defesa do Património de Mértola, policopiado.
- Henriques, Francisco da Fonseca. 1726. *Aquilégio Medicinal*. Lisboa: Oficina da Musica.
- Jerónimo, Rita. 2003. «Enquadramento histórico», in Maria João Lança (ed.), *No Tempo dos Moinhos do Guadiana e Outros Tempos*. Beja: EDIA, S.A., 27-32.
- Lança, Maria João (ed.). 2003. *No Tempo dos Moinhos do Guadiana e Outros Tempos*. Beja: EDIA, S.A.
- Leal, João. 2000. *Etnografias Portuguesas 1870-1970: Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Leal, João. 2009. «A 'Bibliografia Analítica da Etnografia Portuguesa': uma obra de referência», in Benjamim Pereira, *Bibliografia Analítica*

- da Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, s/p.
- Leão, Duarte Nunes de. 1610. *Descrição do Reyno de Portugal*. Lisboa: impresso com licença, por Iorge Rodriguez.
- Lemos, Miguel de. 1899. «A corrida da vacca das cordas em Ponte de Lima», *A Tradição. Revista Mensal d'Ethnographia Portuguesa*, Anno I, n.º 8, Série 1: 119-120.
- Lima, Augusto César Pires de. 1948. «As artes e os ofícios nas tradições populares. Os moleiros», *Portucale*, v. 3, n.º 16 e 17: 19-39, 172-201.
- Machado, Francisco. 1980. *Monografia de Vila Verde de Ficalho*. Vila Verde de Ficalho: Biblioteca – Museu de Vila Verde de Ficalho.
- Mattos, José Maria Melo de. 1899. «As azenhas do rio Ardila», *Portugália*, I: 849-850.
- Mora, Julian. 1988. *La Pesca Fluvial en Extremadura. Um Modo de Vida*. Badajoz: Editora Regional de Extremadura.
- Nunes, Maria Arminda Zaluar. 1978. *O Cancioneiro Popular em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.
- Oliveira, Ernesto Veiga de. 1965. «Espigueiro», in Joel Serrão (org.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, Vol. II.
- Oliveira, Ernesto Veiga de. 1966. *Instrumentos Musicais Populares Portugueses*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Oliveira, Ernesto Veiga de. 1967. «Moinhos de água em Portugal», *Geographica*, 9: 48-69.
- Oliveira, Ernesto Veiga de. 1971. «Sistemas primitivos de secagem e armazenagem», in Joel Serrão (org.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, Vol. IV.
- Oliveira, Ernesto Veiga de. 1982. *Instrumentos Musicais Populares dos Açores*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Oliveira, Ernesto Veiga de. 1984. *Festividades Cíclicas em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Oliveira, Ernesto Veiga de. 1985. *Os Jugos Portugueses – A Canga Vareira*. Ovar: Comissão Municipal de Turismo de Ovar.
- Oliveira, Ernesto Veiga de. 1992. *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Oliveira, Ernesto Veiga de, e Galhano, Fernando. 1958. «A apanha de sargaço no Norte de Portugal», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XVI, 1-4: 67-170.
- Oliveira, Ernesto Veiga de, e Galhano, Fernando. 1960-1961. «Pisões portugueses», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XVIII, 1-2: 63-120.

- Oliveira, Ernesto Veiga de, e Galhano, Fernando. 1977. *Tecnologia Tradicional. Pisões Portugueses*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Oliveira, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, e Pereira, Benjamim. 1969a. *Construções Primitivas em Portugal*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Oliveira, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, e Pereira, Benjamim. 1969b. «Attelage des boeufs au Portugal», *Bulletin d'Ethnographie Tchecoslovaque*, III-IV: 55-76.
- Oliveira, Ernesto Veiga de, Fernando Galhano, e Benjamim Pereira. 1988. «Os arados portugueses», in AAVV (org.), *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Vol. II, 259-280.
- Oliveira, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, e Pereira, Benjamim. 1965. *Moinhos de Vento. Açores e Porto Santo*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.
- Oliveira, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, e Pereira, Benjamim. 1973. *Sistemas de Arelagem de Bois em Portugal*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Oliveira, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, e Pereira, Benjamim. 1975. *Actividades Agro-Marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Oliveira, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, e Pereira, Benjamim. 1976. *Alfaia Agrícola Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Oliveira, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, e Pereira, Benjamim. 1978. *Tecnologia Tradicional Portuguesa. O Linho*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Oliveira, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, e Pereira, Benjamim. 1965. *Moinhos de Vento. Açores e Porto Santo*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.
- Oliveira, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, e Pereira, Benjamim. 1983. *Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Moagem*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Oliveira, Ernesto Veiga de, Pereira, Benjamim, e Galhano, Fernando. 1987. *Tecnologia Tradicional Agrícola dos Açores*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- O'Neill, Brian Juan. 1984. *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras*. Lisboa: Dom Quixote.
- Paulo, Sandra e Vilar, Hermínia. 2012. *Fontes & Inventários. Os Regimentos de Évora e Arraiolos do Século XV*. Évora: Universidade de Évora, CIDEHUS.

- Peixoto, Rocha. 1903. «Do emprego ainda recente de uma mó manual», *Portugália*, I: 828-831.
- Pereira, Benjamim. 1960-1961. «Subsídios para o estudo da fiação e tecelagem em Portugal», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XVIII (1-2): 141-148.
- Pereira, Benjamim. 1967. *Técnicas de Fiação Primitivas: As Rocas Portuguesas*. Barcelos: Museu Regional de Cerâmica.
- Pereira, Benjamim. 1973. *Máscaras Portuguesas*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Museu de Etnologia do Ultramar.
- Pereira, Benjamim. 1990a. *Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Serração de Madeiras*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Pereira, Benjamim. 1990b. «Arcaísmo tecnológico: a extração do azeite em dois lagares do Minho», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 30: 115-127.
- Pereira, Benjamim. 1997. *Tecnologia Tradicional do Azeite em Portugal*. Idanha a Nova: Centro Cultural Raiano.
- Pereira, Benjamim. 2009 (1965). *Bibliografia Analítica da Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.
- Picão, José da Silva. 1983 (1903). *Através dos Campos: Usos e Costumes Agrícola-Alentejanos* (concelho de Elvas). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Puche, Inacio. 1959. «Pesca fluvial», *Temas Españoles*, n.º 330: 3-27.
- Ramazzini, Bernardino. 2016 (1700). *As Doenças dos Trabalhadores*. São Paulo: Ministério do Trabalho. Tradução de Raimundo Estrêla.
- Ribeiro, Orlando. 1967 (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Silva, Luís. 2003. «Um olhar antropológico», in Maria João Lança (ed.), *No Tempo dos Moinhos do Guadiana e Outros Tempos*. Beja: EDIA, S.A., 61-89.
- Silva, Luís. 2004. «Moinhos e moleiros no Alentejo oriental: uma perspectiva etnográfica», *Etnográfica*, 8 (2): 221-242.
- Silva, Luís. 2005. «As barcas de passagem e o tráfego do Guadiana: apontamentos etnohistóricos», *ERA Arqueologia*, 7: 126-133.
- Silva, Luís. 2016a. *Identidade Nacional. Práticas e Representações junto à Fronteira no Guadiana*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Silva, Luís. 2016b. «‘The Spaniards’ ways of being is different from ours’: discourses of national identification in the border of Alentejo», *Análise Social*, 221, LI (4.º): 922-941.
- Silveira, Fradesso da. 1864. *As Fábricas de Portugal. Indagações Relativas aos Tecidos de Lã*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- Viana, Abel. 1946. «Pelo baixo Guadiana. Notas históricas, arqueológicas e etnográficas», *Arquivo de Beja*, Vol. III, fasc. I e II: 3-36.
- Vasconcelos, José Leite de. 1882. *Tradições Populares de Portugal*. Porto: Livraria Portuense de Clavel.
- Vasconcelos, José Leite de. 1980. *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, Vol. III.
- Vasconcelos, José Leite de. 1982. *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, Vol. V.
- Vasconcelos, José Leite de. 1983. *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, Vol. VI.
- Viterbo, Sousa. 1896. «Arqueologia industrial portuguesa: os moinhos», *O Archeologo Português*, II, n.º 8-9: 193-204.

ANEXOS

Anexo I

Topónimos dos moinhos do Guadiana a jusante do Caia (sentido nascente – foz)

1. Moinho da Alagada
2. Moinho da Cascalheira
3. Moinho da Rendeira
4. Moinho do Freixial
5. Moinho do Organista
6. Moinho de Malpique
7. Moinho do Porto
8. Moinho da Safra
9. Moinhos de São Rafael
10. Moinho do Barrocal
11. Moinho das Aversadas
12. Moinho de la Fábrica
13. Moinho Velho
14. Moinho da Palmeira
15. Moinho do Rodete
16. Moinho da Abóbada
17. Moinho dos Bispos
18. Moinho dos Mociços
19. Moinho del Tio Justo
20. Moinho dos Clérigos
21. Moinho das Beatas
22. Moinho de Verjana
23. Azenhas d'El Rei
24. Moinhos do Bolas
25. Moinho da Cinza
26. Moinho Novo de Cima
27. Moinho Novo de Baixo
28. Moinho da Moinhola
29. Moinho de Miguéns
30. Moinho da Volta

31. Moinho de Manzanes
32. Moinho del Escobedo
33. Moinho del Porras
34. Moinho de Calvinos
35. Moinho do Gato
36. Moinhos de Mendonça
37. Moinho de Cordeiros
38. Moinho de Valadares
39. Moinho Novo
40. Moinho dos Clérigos
41. Moinho das Cabanas de Cima
42. Moinho das Cabanas de Baixo
43. Moinhos do Cirieiro
44. Moinho do Pisão
45. Moinho do Boi
46. Moinho do Cú de Pato
47. Moinhos do Meirinho
48. Moinhos da Espada
49. Moinho do Porto de Évora
50. Moinho Novo
51. Moinhos do Caneiro
52. Moinhos da Barca
53. Moinhos de Catalão
54. Moinho de Bilores
55. Azenha da Rocha
56. Azenha da Rabadoa
57. Azenhas dos Almojarifes
58. Azenha do Correia
59. Azenha Velha
60. Azenha da Aldeia
61. Moinho das Fazendas Novas
62. Moinho das Abóbadas
63. Moinhos de Besteiros
64. Azenhas do Laço
65. Moinhos Velhos
66. Moinho dos Doutores
67. Azenha dos Manuéis

68. Azenhas da Canada
69. Azenhas das Águas Perdidas
70. Azenhas da Rasquinha
71. Azenhas do Porto do Vale Beirão
72. Azenhas de Corte Piorninho
73. Azenhas de Fagundes
74. Azenha do Farrobo
75. Azenhas da Barca
76. Azenhas dos Machados
77. Azenha dos Machadinhos
78. Azenhas de Quilos
79. Azenha do Vau de D. Isabel
80. Azenha da Ordem
81. Azenha da Misericórdia
82. Moinho dos Bugalhos
83. Moinho do Escalda
84. Moinho da Brava
85. Moinho dos Canais
86. Azenhas das Carochas

Anexo II

Fotografias de alguns moleiros e moinhos
do Guadiana e não só

Foto 1. O moleiro, Domingos António Crespim, a mulher, Maria Lucaida de Jesus, e o filho, Inácio Crespim, junto à casa do moleiro de um dos moinhos de São Rafael (Elvas) no Guadiana. Anos 1930. Autor desconhecido. Cortesia de Maria de Jesus Crespim, filha do moleiro (Pardais).



Foto 2. O moleiro, Domingos António Crespim (ao centro), o filho acarretador, Inácio Crespim, e o sobrinho aprendiz, Domingos Crespim (à esquerda da imagem), empunhando utensílios de limpeza do trigo (o latão, o arneiro e a bandeja), ladeados pela mulher do moleiro, Maria Lucadia de Jesus, e pela neta mais velha, Rosário Sánchez, à entrada do moinho do Rodete (Alandroal) no Guadiana. Anos 1940. Autor desconhecido. Cortesia de Maria de Jesus Crespim (Pardais).



Foto 3. O moleiro, Domingos António Crespim (junto à porta), o filho acarretador, Inácio Crespim (ao seu lado esquerdo), o sobrinho aprendiz, Domingos Crespim (ao lado do filho), o genro e amigos pescadores (espanhóis) numa ramboia junto ao moinho do Rodete (Alandroal) no Guadiana. Anos 1940. Autor desconhecido. Cortesia de Maria de Jesus Crespim (Pardais).



Foto 4. O moleiro, Domingos António Crespim, a filha, Maria de Jesus Crespim, um guarda fiscal e a mulher a atravessarem o Guadiana para o lado de Espanha perto do moinho do Rodete (Alandroal) no Guadiana. Anos 1950. Autor desconhecido. Cortesia de Maria de Jesus Crespim (Pardais).



Foto 5. O moleiro, Francisco Vieira (sentado a beber), a mulher, Francisca Ferro, cinco filhos e alguns amigos, incluindo dois guardas fiscais, no decurso de uma paródia junto à casa do moleiro do moinho da Cinza (Alandroal) no Guadiana. Anos 1950. Autor desconhecido. Cortesia de Maria Eugénia Falcoeiras e António da Cinza, filho do moleiro (Montes Juntos).



Foto 6. O moleiro, António da Cinza (à esquerda da imagem), na companhia de familiares e amigos num dia de paródia no moinho da Cinza (Alandroal) no Guadiana. 1956. Autor desconhecido. Cortesia de Maria Eugénia Falcoeiras e António da Cinza (Montes Juntos).

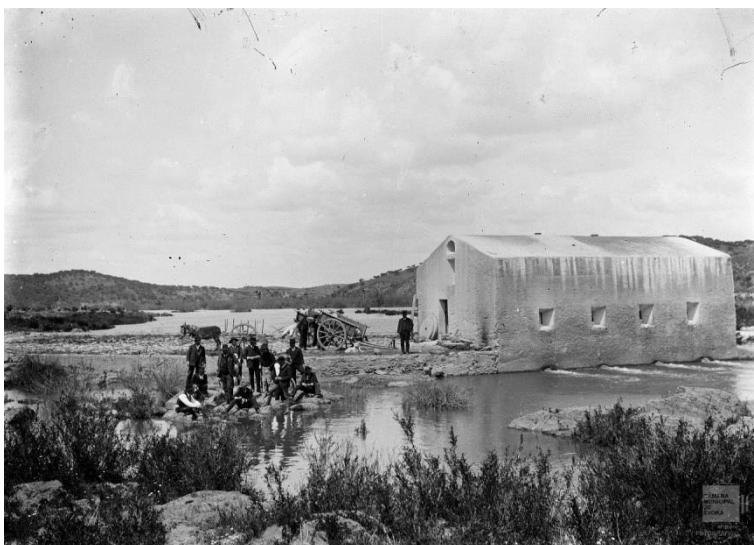


Foto 7. Moinho dos Clérigos (Reguengos de Monsaraz) no Guadiana. Fotografia da autoria de Rozalino Sayal. Anos 1890-1920. Cortesia do Grupo Pró-Évora.



Foto 8. O moleiro, Manuel Leal Frade, a família e o cão perto do moinho da Padeira (Mourão) na ribeira de Alcarrache. Anos 1940. Autor desconhecido. Cortesia de Manuel Leal Frade (Aldeia da Luz).



Foto 9. O moleiro, 'Póvoas' (lado esquerdo da imagem), e fregueses à entrada do moinho do Pé Garrido (Moura) no rio Brenhas. Autor desconhecido. Anos 1970-1980. Cortesia de Josefa Victória Póvoa, filha do moleiro (Moura).



Foto 10. O moleiro a caminho dos Moinhos Velhos (Brinches) no Guadiana. Foto retirada do livro *Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Moagem* (Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 125).

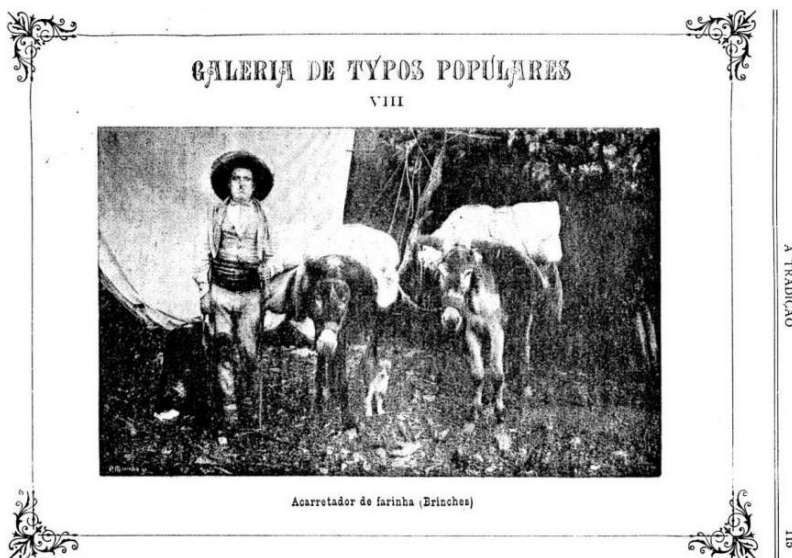


Foto 11. Acarretador de Brinches. Autor desconhecido. Foto retirada da Revista *A Tradição* (agosto de 1899: 115).



Foto 12. Azenha ~~do Farrobo~~ (Serpa) e Azenhas ~~de Fagundes~~ (Beja) no Guadiana, com as ruínas do caneiro ao meio do açude e o moleiro no seu barco com alguns fregueses. Anos ~~1930-1950~~. Autor desconhecido. Cortesia de Francisco Manuel Aleixo, antigo moleiro (Serpa).



Foto 13. Moinho da Cinza (Alandroal) no Guadiana, com vestígios do caneiro. 1997-1998. Foto do autor.



Foto 14. Moinho de Bilores (Moura) no Guadiana, com vista sobre as ruínas do caneiro, a casa do moleiro e o forno de cozer pão. 1994-1995. Foto do autor.

COLIBRI – ARTES GRÁFICAS

APARTADO 42 001 – 1601-801 LISBOA

TELEFONE | (+351) **21 931 74 99**

www.edi-colibri.pt | colibri@edi-colibri.pt
